REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

Ano 1999

Nº 51

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Diretoria

Presidente:	Miguel Depes Tallon
1º Vice-Presidente:	Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
2º Vice- Presidente:	Anibal de Athayde Lima
Secretário-Geral:	Victor Biasutti
Secretário-Adjunto:	Zoel Corrêa da Fonseca
Tesoureiro-Geral:	João Bonino Moreira
Tesoureiro-Adjunto:	Paulo Stuck Moraes
Oradores:	Aylton Rocha Bermudes
	Neida Lúcia Moraes
	José Paulo de Souza Filho
Curadora da Casa Elmo Elton:	Maria José Salles de Sá
Coordenador de Relações Públicas:	Windsor Eisenhower Fernandes
Editor da Revista:	Marien Calixte
Revisor da Revista:	Érico Freitas Machado
Coordenador Jurídico:	Sebastião Teixeira Sobreira
Presidentes de Honra:	Renato José Costa Pacheco
	Adelpho Poli Monjardim
	Ormando de Moraes

Conselho Editorial da Revista

Anésio Otto Fiedler
José Hygino de Oliveira
Renato José Costa Pacheco
Ivan Borgo
Miguel Depes Tallon
Adriana Pereira Campos
Francisco Aurélio Ribeiro
João Bonino Moreira
Iryson da Silva
Windsor Eisenhower Tristão Fernandes

Este número da Revista está sendo editado com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Vitória, em virtude de convênio.
Distribuição gratuita às escolas do Município de Vitória.

Endereço: Av. República, 374 - Parque Moscoso - Vitória - ES

**REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

Ano 1999

Nº 51

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito
Santo. -º 51 (julh/dez/98) - Vitória:
IHGES, 1998 - 209p.: II.; 27cm
semestral.

1. Espírito Santo (Estado) - História. 2. Espírito
Santo (Estado) - Geografia. 3. Literatura
Brasileira - Poesia. 4. Ensaio brasileiro.

CDU: 981.52(05)

CATALOGAÇÃO : Ana Maria Matos Mariani

ÍNDICE

Apresentação.....	05
Homenagens.....	07
— Homenagem a Christiano Woelffel Fraga - José Hygino de Oliveira	
— A Despedida de Garajau - Miguel Depes Tallon	
— Mário Bonzano - José Paulo de Souza Filho	
— Homenagem a Júlio de Oliveira Pinho - Windsor Tristão Calmon Fernandes	
Estudos, Ensaios e Palestras.....	15
— A Baía de Vitória e suas Ilhas - Ricardo Brunow Costa	
— A Carnavalização da História em “As Chamas na Missa” de Luiz Guilherme Santos Neves - Maria Thereza L. Coelho Ceotto	
— A Conquista do Mar e o Descobrimento da América - Zoel Corrêa da Fonseca	
— História da Vila Rubim - José Hygino de Oliveira (Taneco)	
— A Imigração Grega no Espírito Santo - Regina Menezes Loureiro e Carmen Déa Gonçalves Frattini	
— Os 500 Anos da Descoberta do Brasil - Miguel Depes Tallon	
— Borges e Clarice: a escritura singular - Maria Isolina de Castro Soares	
— Os Jesuítas no Espírito Santo - 1551 - 1760 - Carlos José Fernandes e Jaklane de Souza Almeida	
— Educação nos Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX - Maria da Penha dos Santos	
— Imigração Árabe no Espírito Santo - Annaelisa Aarão Marques	
— Os Viajantes Estrangeiros no Século XIX na Província do Espírito Santo - Maria Aparecida Gonçalves da Silva	
Cartas e Depoimentos.....	135
— Carta do Poeta Virgílio López Lemus aos consócios do IHGES	
— Carta do Sócio-correspondente José Manoel Oliveira Machado de Faria	
— Um Certo Detetive Wells - Reinaldo Santos Neves	
Contos.....	145
— O Velho Bernardo - Berredo de Menezes	
— Pretérito Perfeito - Maria Helena Teixeira de Siqueira	

- Conto Ucrônico - João Bonino Moreira
- Resquícios do Passado no Presente - Madalena de Assis Torres

Crônicas.....157

- Resgatando um Velho Sonho - Zoel Corrêa da Fonseca
- A Orquídea Branca - Érico de Freitas Machado
- Exposição Dalí Monumental - Maria Helena Teixeira de Siqueira
- Figuras Femininas Inesquecíveis - Ormando de Moraes
- Fumaças do Trianon - Ivan Borgo

Traduções.....177

- Exemplo, de Octávio Paz - Tradução de Ommar Melladah
- Ah, que tu escapes, de José Lezama Lima - Tradução de Virgílio López

Lemus

- O Outro, de Roberto Fernández Retamar - Tradução de Virgílio López

Lemus

NOBEL.....183

- Nobel - O.M.

A POESIA É NECESSÁRIA.....189

- Manoel de Barros
- En Ti - Alberto Acosta Pérez
- Paciência - Xerxes Gusmão Neto
- Distante - Heraldo Brasil
- Pedra dos Dois Olhos - Simone Maria de Oliveira Gonçalves
- Ouro Preto - Jô Drummond
- O Homem e a Cruz - Josafat Joaquim Costa
- Chama Extinta - Athayr Cagnin
- Voz do Vento - Antônio Monteiro
- Araguaia - Miguel Depes Tallon

Resenhas e Críticas.....203

- Resenha - Renato Pacheco
- Escritor Gaúcho - Luiz Carlos Biasutti
- À Margem - Miguel Depes Tallon
- Coleção Almeida Cousin - Érico de Freitas Machado
- Fantasmas da Infância - Maria Helena Teixeira de Siqueira
- Nos Sulcos do Tempo - Maria Helena Teixeira de Siqueira

APRESENTAÇÃO

Este é o 51º número da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**.

Criada em 1918 – dois anos depois da fundação do Instituto – a **Revista** enfrentou revoluções, uma grande guerra, ditaduras e sobreviveu, como a mais antiga revista cultural capixaba em circulação.

Agora, o Instituto sente-se gratificado em poder colocar mais este número à disposição do seu público leitor, dedicado aos 70 anos do seu Presidente de Honra, Renato José Costa Pacheco, e à memória dos saudosos consócios Júlio de Oliveira Pinho, Christiano Woelffel Fraga, Mário Bonzano, José Garajau da Silva e Jayme Santos Neves, para os quais o Instituto foi uma verdadeira segunda casa.

No mais, aí está a **Revista**, com suas costumeiras seções.

Vitória, Dezembro de 1998

A Diretoria

HOMENAGENS

HOMENAGEM A CHRISTIANO WOELFFEL FRAGA

JOSÉ HYGINO DE OLIVEIRA

(Taneco)

Senhor Presidente, meus Confrades.

Dizer o que sentimos, quando somos surpreendidos com a realidade, temos que meditar e pensar. É o momento de reflexão, temos que procurar dentro de nós mesmos o que nos vai na alma, em se tratando de um amigo e irmão. Quanta coisa tivemos em comum em nosso passado, pelos caminhos por onde nossos pés pisaram, DURANTE TEMPOS...

Ele nos deixou, passando para o outro lado da vida. Seu legado, temos como HOMEM que soube ser, perante os HOMENS durante sua passagem entre nós.

Não só o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO E A LOJA MAÇÔNICA UNIÃO E PROGRESSO, PERDERAM UM DOS SEUS EXPOENTES, de igual modo todos aqueles que tiveram a felicidade de tê-lo como irmão e amigo...

Christiano Woelffel Fraga, fomos amigos e irmãos perante Deus e os homens livres e de bons costumes, porque sempre comungamos juntos, nossas idéias e pensamentos, brotavam de um único coração de nós mesmos.

Foi um dos nossos MESTRES, dentre tantos outros que tivemos, durante nossa caminhada...

Sua Senhora, Filhos, Genro, Nora e Netos, sentem como todos nós sentimos, temos certeza. Foi uma perda, mais de sã consciência, que o GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO, o receberá, como HOMEM LIVRE PURO E DE BONS COSTUMES, PORQUE SOUBE SER JUSTO, PURO E BOM ENTRE OS BONS...

Poeta e cronista, é membro do IHGES, da Academia Espírito-Santense de Letras e da Academia Humberto de Campos.

A DESPEDIDA DE GARAJAU

MIGUEL DEPES TALLON

José Garajau da Silva foi, sem embargo, uma das maiores aquisições que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo fez para seus quadros.

De início, Garajau passou a exercer o cargo de 2º Secretário, responsável pela elaboração das atas e com tal rigor se esmerou na escrituração das atas, que passando a Secretário-Geral a tarefa o acompanhou. Mesmo depois de alçado à Vice-Presidência da Casa, a pedido dos colegas que queriam designá-lo como **Secretário Eterno** do Instituto continuou fazendo suas atas.

Como Vice-Presidente, acumulou, também, as funções de 1º Orador do Instituto, tendo se notabilizado pelas brilhantes orações que proferiu e que, felizmente, se acham preservadas nos diversos números da Revista do Instituto.

Marido exemplar, pai extremoso, profundo conhecedor do idioma e do Latim, professor dos melhores, amigo leal e prestativo, não houve quem convivesse com Garajau e dele pudesse apresentar a mínima queixa que fosse.

Ultimamente, instado pela enfermidade que o acometia, não vinha freqüentando o Instituto, mas na quarta-feira, 9 de setembro, num esforço sobre-humano compareceu à Casa de Domingos Martins, para rever os amigos e, tenho certeza - na hora eu não quis dizer para ninguém - para de todos se despedir, num gesto cuja grandeza só hoje se compreende.

Depois, sem alarde, como um passarinho, foi-se, deixando em todos essa enorme sensação de vazio.

Presidente do IHGES.

MÁRIO BONZANO

José Paulo de Souza Filho

Oriundo da Itália, nascido aos 05/06/920, Mário Bonzano, ficou orfão de mãe aos oito anos de idade. Seu pai, Luigi Bonzano, homem conservador e tradicionalista de grande tradição na sua pacata cidade interiorana de Senalunga de Créa, muito radical, sentindo-se impossibilitado de educá-lo, convenientemente dentro dos padrões mantidos pela família, resolveu interná-lo num colégio de padres, onde encontrava o refúgio e fortaleza para a boa e seleta educação de seu pupilo.

Mário Bonzano, era filho único. Por isso, toda atenção era pouca na educação do Bambino, para preservar o bom nome da tradicional família Bonzano. Mário Bonzano, só podia ser visitado de 15 em 15 dias. Por se tratar de um menino dócil, a adaptação foi fácil. Volatilmente, o tempo foi passando, e o Petit L'enfant já adulto, concluía seu curso em filosofia, tendo o direito de escolher seu destino. Sua decisão era facultativa. Mário, com seu dom de liderança, reuniu seus colegas de formatura para deliberarem que destino lhes era mais promissor. Após vários debates, chegaram a conclusão que o caminho mais viável era o Brasil, por se tratar de um país em desenvolvimento e muito futurístico. Liberados, um grupo de 17 arrumou suas tralhas e partiram para terra estranha. Aqui chegando, cada um tomou seu destino, porém todos na área pedagógica. Mário, optou ir para S. Paulo como início de uma jornada que perdurou até seus últimos e gloriosos dias.

O COTIDIANO

Onde quer que esteja, Mário Bonzano era uma figura marcadamente distinguida e visada. Distinguido pela capacidade e habilidade de transmitir a seus alunos de forma objetiva as matérias que dominava com maestria e profundidade. E visado pela bondade e sutileza com que tratava seus pupilos. Foi Mário, o introdutor do sistema audio-visual nas faculdades. Isto fê-lo projetá-lo no conceito por onde passava. Este sistema, (audio-visual), contribuiu de forma decisiva para minimizar de forma acentuada o índice de reprovação de alunos.

FATOS INUSITADOS

Certa vez foi aberta a vaga para ocupar a cadeira de latim. Duas pessoas se inscreveram para disputar a referida cadeira: Mário Bonzano e uma colega que atuava na mesma faculdade. Sua colega que muito necessitava desta cadeira para aumentar seu apanágio, consciente de que Mário Bonzano era cobra nesta matéria e que sua chance seria mínima, decidiu ir até seu concorrente fazendo um apelo em formula de súplica: Mário — disse ela. Eu, como ninguém preciso desta cadeira, entretanto, me sinto incapaz de poder concorrer com você. Assim sendo, conto com sua benevolência me permitindo fazer uma prova melhor do que a tua. Mário, esboçou um sorriso jocoso respondendo-lhe: Pode ficar tranquila. Só quero tirar nota 10 para provar que conheço a matéria. Em seu favor, vou renunciar. — Aconteceu... o resto foi festa...

Noutra oportunidade, estávamos no sacolão da rua 7 de setembro, quando uma senhora de nós acercou, dirigindo-se ao Prof. Mário, cumprimentando-o de forma efusiva, beijando-lhe a mão, em pranto assim se expressou: Prof. Mário, é um prazer imenso encontrá-lo. Chorando copiosamente, disse-lhe: Muito grato Prof., graças ao senhor, eu aprendi geografia... Que saudade... limpando as lágrimas, retirou-se. Parecia presumir o que estava por vir... Me emocionei, confesso.

COMO CHEFE DE FAMÍLIA

O prof. Mário Bonzano, conheceu dona Dircia com quem logo se enamorou, pedindo sua mão em casamento. O casamento não demorou muito a vir. Desta união, nasceu uma robusta e traquina menina, que deram-lhe o nome de Lucy Vandete, a quem o prof. Mário dedicava todo seu carinho e ternura. Tratamento este extensivo a dona Dircia, que com sua batuta soube reger a orquestra com toda maestria e genialidade. Mário, com sua sobriedade, sempre se notabilizou pela ponderalidade e gentileza, da qual fazia seu hobby. Hábitos estes adquiridos na vida eclesiástica, onde a disciplina se fazia presente a todo momento. Sua perenidade de rotina no cotidiano, era infalível: De casa para o trabalho, já que lecionava em três colégios, a exigüidade de tempo não lhe permitia lazer.

Retrocedendo um pouco, neste limiar, Lucy já atingira a maioridade: Terminou seu curso de contabilidade, em seguida enveredou-se para pintura (com grande destaque) de causar inveja a Da Vinci. Neste ínterim Cupido já fusticava seu CORI, até que um dia surgiu-lhe o príncipe encantado de nome Roberto Luiz Comper, que não tardou em pedir sua mão em casamento. Foi de grande impacto para Mário Bonzano, pois, aquela filha era um pedaço seu que se desprendia. Atonito, Mário respirou fundo... Após consultar dona Dircia, foram a pretendida Lucy, a fim de saber sua opinião. Acertado tudo, começou a New Life da princesa do lar, que pouco durou. Casaram-se e, nove meses depois surgia mais um integrante dos Bonzanos. Com o casamento da Lucy, a casa ficou lúgubre, o silêncio pairava, até entrar na rotina: Com a chegada do Príncipe, a alegria se renovou de forma até hilariante. Príncipe este que levou o nome de Mário Roberto Comper. Isto reavivou os ânimos do prof. Mário, que se repetiu por mais duas vêzes: vindo depois Alessandro e por último Hainer Renier - o caçula da trinca e menina dos olhos do prof. Mário. Um pai exemplar e um marido modelar, que deixou uma lacuna e um mar de saudade...

“HOMENAGEM A JULIO DE OLIVEIRA PINHO”

Windsor Tristão Calmon Fernandes

Embora moremos num Estado pequeno em relação ao restante deste país continental, mas nascedouro de grandes e ilustres brasileiros, muitas vêzes chega-nos a notícia do passamento de um amigo, e a tristeza nos enche o coração, embora este seja o curso natural da vida: nascer, crescer, procriar, construir (inclusive as amizades) e morrer. Morre o corpo, a matéria, mas continua vivo o homem espiritual. Assim foi com o passamento recente do nosso amigo e ilustre Consórcio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, JULIO DE OLIVEIRA PINHO.

Nascido em 14 de abril de 1919, em Vila do Conde, em Portugal, viveu a infância e adolescência bastante amarguradas, pois tratava-se do período sombrio que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. Em 1940, aos 21 anos, foi incorporado ao exército português, onde permaneceu por mais de 5 anos, tendo servido nas colônias de Angola, Moçambique e Timor (hoje Timor Leste). Após dar baixa no exército, entrou para o Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, onde concluiu o curso de Engenheiro agrônomo, em 1953. Neste mesmo ano, 1953, emigrou para o Brasil, iniciando sua atividade profissional na recém instalada Estação Viti-Fruticultura da Secretaria de Agricultura, em Araçê, Domingos Martins, sendo que, durante mais de 20 anos dirigiu, naquela Estação, os trabalhos de introdução e adaptação de frutas européias. Dirigiu a Cooperativa Agro-Industria de Pedra Azul, (CAIPA) até recentemente, quando faleceu, sendo que esta Cooperativa conseguiu transformar, naquela região, uma empírica agricultura de subsistência, em aprimorada atividade agro-comercial, que continuava em franco desenvolvimento. Dirigiu também a Sociedade dos Amigos de Pedreiras, criada em 1979, a qual, com a participação ativa de atuantes associados, moradores daquela região, lutam ativamente para promover o desenvolvimento harmônico e ordenado evitando assim o crescimento desarmonico e desordenado, que prejudicaria, sem dúvida, sua vocação turística. Em 1982, com o apoio do BANDES, colocou em funcionamento o primeiro hotel fazenda da região serrana do sul do Estado, o qual serviu de modelo e incentivo para tantos outros hotéis implantados naquela região.

Seu falecimento nos abalou a todos, profundamente, deixando-nos saudades, embora saibamos, que, pela nossa fé espiritual, temos a firme convicção de que JULIO DE OLIVEIRA PINHO continua vivo, atuante, produtivo e nosso grande amigo na vida pós-morte. Aos seus familiares, nossos sentimentos de seus amigos do Instituto Histórico e Geográfico do E. Santo.

Membro do IHGES, do qual é Relações Públicas.

**ESTUDOS,
ENSAIOS
E
PALESTRAS**

A

Baía de Vitória

e Suas Ilhas

Ricardo Brunow Costa

Palestra proferida em setembro de 1998. Membro do IHGES.

I - Introdução

Não temos por objetivo neste trabalho preocupação de ordem histórica no sentido de como são tratadas as interpretações das causas dos fenômenos sociais, sua evolução, o relato e a descrição dos acontecimentos humanos verificados na área delimitada pela baía de Vitória e circunvizinhança, mesmo porque isto seria tarefa do historiador. Nossa intenção aqui está, podemos dizer, presa à visão físico - geográfica, ou, mais precisamente, a fatores de ordem fisiográfica ou morfológica da Baía de Vitória.

Como geógrafo sentimo-nos quase sempre atraídos pelo que percebemos através do sentido da visão do meio físico em que vivemos, e, muito a miúdo, temos determinada tendência geral de quereremos perscrutar e analisar dentro de nossos modestíssimos conhecimentos geográficos os aspectos naturais da paisagem daqui e dali.

Estamos bem cientes que para um estudo de profundidade abrangendo múltiplas facetas da paisagem geográfica, mesmo de uma área relativamente pequena como esta que propusemos, seriam necessários especialistas em vários campos do conhecimento geográfico e das ciências afins da geografia, porém, como este não é o objetivo em tela, apresentamos um pequeno apanhado de considerações sobre a Baía de Vitória que nesta oportunidade apresentamos a esta ilustrada e sempre atenta assembléia.

II - A Baía de Vitória

Qual a origem da Baía de Vitória? Bem, a sua origem é semelhante a de outras do litoral brasileiro, como ocorreu na Baía de Todos os Santos (Bahia) e Guanabara (Rio de Janeiro), onde tendo havido a imersão do litoral e em consequência a invasão do mar (cobrindo as terras que antes estavam em situação mais elevada), as fozes dos rios tiveram também suas embocaduras afogadas tendo em vista a ocorrência do fenômeno da transgressão marinha. Claro que em cada uma delas há aspectos particulares a examinar que não cabe aqui comentar.

No caso da baía de Vitória há que se considerar as observações do eminente geólogo e geógrafo “John Gaspar Branner” que permaneceu em nosso país por muitos anos tendo sido agraciado com o título de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Disse ele parecer provável ter havido ligeira elevação da América do Sul durante o Período Pleistoceno ou logo depois dele. Aí estaria incluída a região de Vitória, evidentemente.

O nosso saudoso consórcio professor Alberto Stange, por sinal, constatou a presença de grande quantidade de conchas a muitas dezenas de metros acima das marés atuais, nos morros de nossa cidade, o que vem corroborar o parecer de Branner.

Há que se levar em conta também, as afirmações de outro não menos notável geólogo o canadense “Charles Frederick Hartt” que viveu muitos anos em nosso país, tendo falecido no Rio de Janeiro em 1878. Foi nomeado chefe da comissão geológica do Império do Brasil em 1875 e tendo viajado ao nosso Estado esculpiu a cinzel no Penedo uma cavidade precisamente no ponto atingido pela maré alta de 13/09/1867. Esta marca não é mais atingida, nem mesmo pelas atuais marés de sizígia, segundo o que escreveu o professor Stange. Este fato viria confirmar que a região estaria se elevando.

Deixando de lado a gênese vamos passar para realidade de hoje da baía de Vitória e, deste modo, estudá-la da maneira a mais didática e simples possível. Neste estudo vamos dividi-la em três seções:

Seção (01) - A entrada da baía ou barra, cobrindo toda a enseada de Camburi desde a ponta do Tubarão (hoje, porto) passando pela Ilha

da Galheta de Fora e fechando na ponta onde se encontra o Farol de Santa Luzia (em Vila Velha);

Seção (02) - Começando ao sul da Ilha do Boi, seguindo por todo o sul da Ilha de Vitória (compreendendo portanto os cais comerciais) até o sul da Ilha do Príncipe (Ponte Florentino Avidos, conhecida vulgarmente como “Cinco Pontes”)

e continuando pela outra margem, município de Vila Velha até a Ponta do Tagano, no sopé do Morro Moreno.

Seção (03) - Inicia ao sul da Ilha do Príncipe e termina ao Norte da Ilha de Vitória.

Estas 3 seções têm certa razão de ser porque apresentam características físicas distintas que vamos a seguir descrever.

A barra é ampla e constitui-se numa angra ou enseada cuja entrada é marcada pela ponta rochosa onde se encontra o Farol de Santa Luzia, no município de Vila Velha, ao sul, e pela ponta de Tubarão (hoje um porto), ao norte. Essa entrada mede aproximadamente 3.750m, ligando estes dois pontos citados.

Os navios que se destinam ao Porto de Tubarão penetram na enseada seguindo direção aproximada de Sul - Norte, atravessando um canal cuja profundidade está em torno de 22,5m, permitindo que o aludido porto receba navios que deslocam centenas de milhares de toneladas de minério de ferro. Tanto os navios que se dirigem para Tubarão como os que demandam à Ilha de Vitória devem ter o máximo cuidado com os baixios que se encontram logo na boca da barra: Baixio Grande, Baixio Pequeno e Laje do cavalo.

Todos eles estão devidamente assinalados nas cartas náuticas possuindo cada um deles sinais de identificação próprios. É importante também assinalar que entre o Porto de Tubarão na altura do paralelo 20°17' indo até as proximidades da Ilha da Galheta de Fora, existe uma soleira submarina cuja "cumeada" encontra-se em média em torno de 2,5 a 3,5m, por ocasião das marés baixas. Essa soleira funciona como um verdadeiro quebra-mar natural, impossibilitando que os ventos produzam ondas muito altas na Praia de Camburi.

Quanto ao navios que se dirigem ao Porto de Vitória propriamente dito o seu curso segue a partir da entrada da barra, primeiro uma direção noroeste para em seguida tomar a direção leste - oeste, seguindo pelo canal que possibilita acessos até a parte mais profunda e abrigada do porto, já em frente e às margens desta cidade.

A batimetria do canal de acesso está em média em torno de 10-11m sendo que em dois pontos, em frente ao Penedo e entre as Ilhas da Pombas e da Fumaça, atinge a 23m. À medida que se afasta do canal de acesso em direção a margens da Baía as medições batimétricas vão apresentando cifras cada vez menores, de metro e ½ a menos de metro, com exceção das margens onde se encontram os cais pois ali evidentemente as profundidades são bem maiores para permitir o acesso aos grandes navios.

Todas estas profundidades tem como referência a baixa-mar.

A bacia de evolução do porto está localizada entre o morro Pela Macaco

Proponho visualizar-mos através da cartografia esses contornos pelo exame de três documentos bem distintos:

- 1 - Plano hidrográfico da Barra e Porto de Vitória, de 1888;
- 2 - Planta Geral da Cidade de Vitória, 1938;
- 3 - Porto de Vitória e Tubarão, com correção até 1998.

De pronto, constatamos que o “Plano Hidrográfico da Barra e Porto de Vitória” (documento cartográfico 1) nos permite visualizar um maior número de reentrâncias na margem sul da Ilha de Vitória, uma vez que não havia sido deflagrado o processo de aterragem artificial por que passou a ilha ao longo dos últimos quase cem anos. Os morros cristalinos constituíam sempre as saliências do encontro entre o mar e a terra.

Entre os morros e a baía, aqui e ali, os mangues tomavam conta da paisagem. Do outro lado da baía, do lado sul, a situação era semelhante com a presença de morros cristalinos agrupados lado a lado sendo intercalados por mangues. Até à entrada da barra o quadro visual era o mesmo: Morros Cristalinos, intercalação de Mangues e presença de abras (mini-baías).

A partir da Ponta Suá a margem da Ilha toma a direção SE - NE porém, os morros mais distanciados entre si são intercalados por mangues ou praias. Bem ao norte está o que hoje cognominamos de Praia de Camburi, sem os aterros que lhe foram acrescentados modernamente.

* * * * *

Passando para análise de Planta Geral da Cidade de Vitória (doc. Cartográfico 2) notamos que a linha que delimita o sul e o sudeste da Ilha de Vitória teve uma acentuada transformação a começar pelos aterros verificados no início deste século na área entre o centro da cidade e o morro do Azevedo. O mar penetrava ali formando uma mini-baía com profundidades de até 3,5m, próximo das margens da Ilha.

Do sopé do Morro do Azevedo, junto ao Forte São João, lado leste, prosseguia um mangue só interrompido pelos Morros Santa Maria, da Fábrica e Bento Ferreira, embora houvesse alguma urbanização em 1938 desta área e adjacências. Aliás o ante-projeto de urbanização de toda a Praia do Canto, Praia do Suá, Praia de Santa Helena e de Jucutuquara, realizado pelo engenheiro Saturnino de Brito no governo de Muniz Freire, data de 1896, embora só tenha sido implantado mais tarde, no século atual.

Novamente constatamos aterros próximos aos sopés dos Morros da Fábrica, de Bento Ferreira e do Suá, mudando o desenho anteriormente existente da margem

da Ilha. A Praia do Suá ainda aparece no seu aspecto natural.

A nordeste já no continente, a Praia de Camburi se nos apresenta como era naquela época, sem os aterros sofridos há uns poucos anos.

* * * * *

Sem mais delongas passemos ao exame do documento cartográfico 03, Porto de Vitória e Tubarão, onde podemos observar como se apresenta hoje, em 1998, a linha que margeia a Baía de Vitória.

Claramente percebemos que não se trata mais de uma delimitação natural pois os ângulos são muito fortes, as curvas com saliências e reentrâncias não seguem a leveza comumente observada pela natureza. Há muitas linhas completamente retas como as do cais do porto nos dois lados da baía.

Há a reta da Av. Marechal Mascarenhas de Moraes na Esplanada da Capixaba; a reta da Av. Marechal Mascarenhas de Moraes entre o Forte São João e a Ilha da Fumaça.

Existem muitas outras retas em consequência dos aterros realizado pela Comdusa nas antigas Praias do Suá, Santa Helena e Comprida; a ligação entre a Ilha de Vitória e a Ilha do Boi, ocasionando dita ligação o desaparecimento de várias pequenas ilhas como a do Papagaio, do Sururu, do Bode, Rasinha e Cinzenta.

As areias da antiga Praia do Canto, tiveram também um enorme deslocamento avançando sobre o mar graças aos aterros realizados que vieram permitir mais tarde a construção da Praça dos Namorados e da continuação da Av. N^a S^a dos Navegantes.

Está assim demonstrado à sociedade que todo o delineamento da antiga baía de Vitória sofreu alterações profundas no seu desenho graças a todas essas intervenções humanas.

Concluindo, não podemos deixar de lembrar que a própria Praia de Camburi ficou sujeita aos aterros hidráulicos de grande monta e a Ponta de Tubarão, ponto extremo Norte da barra da baía de Vitória, mudou radicalmente o seu contorno anterior cambiando sua configuração natural por um desenho totalmente artificial em virtude da construção do Porto de Tubarão e de seus anexos.

AS ILHAS DA BAÍA DE VITÓRIA

Gostaria de fazer algumas observações antes de mais nada. Na pesquisa que encetamos para o presente trabalho verificamos existir muitas discrepâncias e incongruências quanto aos nomes das ilhas da Baía de Vitória, e por vezes os

mapas deixam de consignar outras tantas de efetiva existência. Há em alguns casos uma certa confusão na conceituação de um escolho e de uma ilha propriamente dita. Falta uma maior precisão na toponímia. Dependendo da escala dos mapas ou plantas é evidente que ilhas ou escolhos muito pequenos não podem aparecer em mapas de escalas numéricas cujo denominador é muito grande e como tivemos que trabalhar com mapas e plantas nessas escalas nossa tarefa ficou prejudicada em parte, na sua precisão. Não incluímos a Ilha de Vitória nesse conjunto de ilhas, pelo simples motivo de que esta mereceu de nossa parte um trabalho todo especial a ser publicado pelo I H G E S intitulado “A Ilha de Vitória – uma abordagem do seu crescimento físico natural e artificial”.

Feitas essas considerações passemos as ilhas da Baía de Vitória. Numa sucinta análise das peças cartográficas e textos outros que compulsamos temos as seguintes informações das fontes:

A - No Plano Hidrográfico da barra e do Porto de Vitória, carta náutica elaborada pela Marinha Brasileira nos idos de 1888, contactamos a presença de grande número de ilhas que embora não estejam com seus nomes gravados estão entretanto consignadas cartograficamente. Assim encontram-se as ilhas do Príncipe, Fumaça, Urubu, Rasinha, Rasa, Cinzenta e Socó. Como não é de se estranhar também há casos de nomes de ilhas que estão gravados diferentemente do que constam nas cartas atuais, como é o caso da ilha das Cobras, que, entretanto, está gravada como ilha de Bento Fernandes. Totalizam 18 ilhas fora mais alguns rochedos.

Esta carta entretanto não abarca a 3ª seção da baía que nós propusemos para este estudo, o que vem diminuir o número total de ilhas em pelo menos duas maiores, a do Cal e da Pólvora, além de outras pequenas próximas ao delta do rio Santa Maria.

B - Passemos ao exame da Planta Geral da Cidade de Vitória, escala 1: 10.000, Cia melhoramento de São Paulo ano de 1938. Nesta o norte e o noroeste da baía não estão representados. A representação cartográfica da baía começa no meridiano a leste de ilha Rasa, junto à Ilha do Frade.

A Ilha do Fato está aí cognominada de Ilha do Pato.

Há um total de 16 ilhas com toponímia e 8 sem denominação. Na verdade, algumas destas são apenas escolhos e não ilhas propriamente.

C - No seu livro Geografia do Espírito Santo o eminente e saudoso professor Cícero Moraes apresenta a toponímia insular da baía da seguinte forma:

1 - Na sua entrada: Ilhas do: Fato, Rosa, Rasa, Frade, Galheta de Dentro, Galheta de Fora, Boi, Baleia (na verdade são 2).

2 - Dentro da baía: Ilhas do: Bode, Sururu, Rasinha, Cinzenta, Papagaio,

Maria Catoré, Forca, Cobras, Pombas, Fumaça, Urubu, Príncipe (ligada a Ilha de Vitória) Itaquari, Pólvora, Cal e Caieiras sem contar com pequenos escolhos: Total: 25 ilhas.

D - Analisando a Folha de Vitória, da Carta do Brasil, escala 1: 50.000 do F I B G E, 1980, constatamos que pela referida data, várias ilhas já não existiam mais devido aos aterros realizados na Capital, principalmente o da Comdusa na Praia do Suá e Santa Helena, local em que desapareceram as Ilhas Rasa, Rasinha, Sururu, Bode e dos Papagaios. Observando esta seção na Carta do Brasil constatamos, que estão gravadas 12 ilhas com toponímia própria em todas as 3 seções em que dividimos a baía. Mais 11 pequenas ilhas sem denominação encontram-se cartografadas além de mais uma, a ilha do Lameirão, ao norte da Ilha de Vitória.

As 13 ilhas representadas cartográfico - toponimicamente são: ilhas do Cal, Pólvora, Fumaça, Araçá, (dos Pombos), Cobras, dos Práticos, Baleia, Galheta de Dentro, Galheta de Fora, Frade, Fato, Socó e Lameirão.

E - Exame de outra fonte cartográfica denominada Planta Polivisual da Grande Vitória, escala de 1: 16.000, impressa pela Polimapas Editora, ano de 1983. A ilha do Tatu não aparece com esta denominação em nenhum outro documento cartográfico compulsado. As ilhas do Sururu e do Papagaio estão representadas destacadas da Ilha de Vitória, quando, na verdade, foram anexadas a esta por ocasião do aterro da Comdusa. Apresenta um total de 21 ilhas em toda a baía.

F - Observando atentamente o que vem configurado na Planta do Município de Vitória, publicada para a prefeitura desta Capital pela Editora Holon, na escala de 1: 17.000 datada de 1995, verificamos que: 1) Não vem assinalada a Ilha do Socó, na Praia de Camburi - 2) Aparecem Ilhas sem toponímia própria - 3) Apresenta um total de 27 ilhas.

G - “Vitória do Futuro”, Plano estratégico 1996 - 2.010, Prefeitura Municipal de Vitória ano de 1996. Referido documento assim se expressa: “...com paisagem privilegiada Vitória é a principal Ilha de um arquipélago de 34 ilhas”. Não menciona a toponímia do conjunto insular;

H - Finalmente, examinando a Carta Náutica do Porto de Vitória e Tubarão (1.401) publicada pela Marinha do Brasil com levantamentos realizados até 1989 e correção até 1998, escala 1: 15.000 podemos fazer as observações que se seguem: Há variação da toponímia em relação às Cartas mais antigas, aparecendo a denominação de Ilha dos Índios (duas ilhas) figurando a leste da Ilha do Fato. Nenhuma outra carta apresenta este topônimo, “Ilha do Índios”.

Em vez da Ilha da Baleia ao lado da Ilha dos Práticos, próxima à entrada da Barra, aparecem duas ilhotas acompanhadas de mais cinco escolhos com o nome de Ilha Itaitis (nenhuma outra carta compulsada apresenta este nome).

Próximo ao Farol de Santa Luzia, exatamente no limite sul da entrada da barra está gravada “Ilha do Igarapé” que entretanto não está assinalada em nenhuma outra das cartas que analisamos.

Do lado oeste próximo à parte Central da 2ª Ponte, nas imediações da rodoviária está assinalada a existência da Ilha do Meio, acidente natural apresentado pelas outras Cartas cartograficamente, porém, não toponimicamente.

Quanto as ilhas designadas cartográfico - toponimicamente pelo documento em questão, organizamos e apresentamos a seguinte listagem:

De oeste para leste:	Ilha da Pólvora
	Ilha do Meio
	Ilha do Urubu
	Ilha das Pombas
	Ilha da Fumaça
	Ilha das Cobras
	Ilha Maria Catoré
	Ilha do Boi, que não é mais ilha
	Galheta de Dentro
	Galheta de Fora
	Ilha das Andorinhas
	Ilha do Frade
	Ilha Rasa
	Ilha do Fato
	Ilha dos Índios
	Ilha do Socó
	Ilha dos Práticos
	Ilha dos Itaitis
	Ilha do Igarapé

* * * * *

Relativamente às ilhas cartografadas porém sem apresentação de sua toponímia constatamos atingirem a cifra de 10 (dez).

Outrossim existem os rochedos ou escolhos que muitas vezes podem ser assinalados como ilhas mas que, na verdade, não o são. Total aproximado de 27. Em

muitos deles há inclusive sinalizações (bóias cegas, bóias luminosas, bóias de amarração, faroletes, etc) visando orientação à navegação marítima que demanda aos portos de Tubarão e de Vitória.

Quisemos apresentar todos esses dados de diferentes fontes para mostrar que as discrepâncias que podemos encontrar nessas informações extraídas da cartografia de épocas distintas são devidas a várias razões que tentamos resumir no seguinte:

A - Nas cartas antigas o número de ilhas enumeradas e as informações sobre a baía não nos parecem completamente fidedignas devido talvez à rarefação do povoamento da área e por consequência uma falta de melhor conhecimento do meio natural, de então. Para se ter uma idéia disto basta dizer que “a população de Vitória na última década do século passado concentrava-se num raio de 1.000m, na sua parte mais densamente povoada ocupando uma área de 50 hectares” (in “A Ilha de Vitória”, deste autor, inédito, segundo “O Novo Arrabalde”, Campos Júnior, Carlos Teixeira, 1996);

B - O levantamento topográfico não era ainda tão necessário para as administrações pretéritas, perpetuando desta maneira o desconhecimento do território insular;

C - A construção das plantas ou cartas antigas exigiam muito mais trabalho árduo no campo do que as atuais, porque todo o terreno tinha que ser palmilhado, praticamente. Com o avanço da tecnologia a tarefa hoje tornou-se de mais fácil execução além de mais precisa nos resultados obtidos;

D - Há ainda a considerar a questão do critério usado pelo responsável (cartógrafo, geógrafo) para o enquadramento do acidente geográfico na categoria precisa: ilha, abrolho, rocha nua...etc. Há muita confusão ao que nos parece nesta questão. Daí aparecer tanta diferença no número exato dos acidentes geográficos tratados;

E - Existe muita falta de precisão nos levantamentos cartográficos mesmo nos modernos quer no que se refere à toponímia quer na área real dos objetos representados.

É por causa de todas essas dificuldades que apresentamos nas páginas anteriores os dados de cada documento de per si.

Como quantificar se há tanta disparidade! Como observar a toponímia se ela não se apresenta uniforme nas plantas e mapas? Sanar este problema exigiria por si só um trabalho denodado de pesquisa.

Para concluir este tópico queremos apenas acrescentar que as ilhas em sua totalidade têm origem geológica comum, ou seja, são provenientes de material rochoso cristalino, algumas vezes já moderadamente decomposto em sua superfície, permitindo o aparecimento de solo biológico que permite até o crescimento de vegetação de porte médio. Outras vezes as ilhas são constituídas apenas de rocha pouco decompostas e quase sem vegetação. Noutros casos surgem os escolhos que são em geral rochas nuas

sem vegetação. E, finalmente, para encerrarmos fazemos menção à Ilha do Lameirão por ser de origem pantanosa juntamente com outras menores sem toponímia própria.

IV - Palavras Finais

No corpo deste trabalho demonstramos as dificuldades para obtenção de informações cartográficas corretas pois as próprias fontes compulsadas não nos satisfizeram plenamente, tendo em vista que apresentam lacunas tanto nos levantamentos de campo, na pesquisa da toponímia ou na própria impressão das cartas. Some-se a isto as falhas que podem ter sido cometidas por este próprio autor.

De qualquer modo aqui está o trabalho que oferecemos em comemoração dos 447 anos da nossa querida e amada cidade de Vitória.

Bibliografia Cartográfica e Textos consultados

- ⇒ Plano Hidrográfico da Barra e Porto de Vitória, marinha do Brasil, escala aproximada: 16.000, em 1888.
- ⇒ Planta geral da cidade de Vitória, escala 1: 10.000, Cia elhoramentos de São Paulo, 1938.
- ⇒ Portos de Vitória e Tubarão, Marinha do Brasil, escala 1: 15.000, publicado em outubro de 1928 com correções até 1998.
- ⇒ Planta do Município de Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, escala 1: 17.000, ano de 1995.
- ⇒ Planta Polivisual da grande Vitória, Polimapas Editora Ltda, escala 1: 16.000, ano de 1983.
- ⇒ Folha de Vitória da Carta do Brasil, IBGE, escala 1: 50.000, ano de 1980.
- ⇒ Moraes, Cícero – Geografia do Espírito Santo, Fundação Cultural do Espírito Santo, ano de 1974.
- ⇒ Costa, Ricardo Brunow – A Ilha de Vitória, uma abordagem do seu crescimento físico, natural e artificial, inédito.
- ⇒ Stange Júnior, Alberto – Montanhas de Vitória e outros escritos, HGES, ano de 1985.
- ⇒ Dicionário Geológico – Geomorfológico, Antônio Teixeira Guerra, IBGE, ano de 1983.

A CARNAVALIZAÇÃO DA HISTÓRIA EM AS CHAMAS NA MISSA DE LUIZ GUILHERME SANTOS NEVES

Maria Thereza L. Coelho Ceotto - UFES

Na forma do riso resolvia-se muito daquilo que era inacessível na forma do sério.

Mikhail Bakhtin*

A busca de temas históricos para transformá-los em matéria de romance, cinema e televisão é, na atualidade, uma tendência internacional. Fim de milênio, ameaça do apocalipse, decadência das instituições, fracasso das ideologias, impossibilidade de deter o instante, nestes tempos computadorizados, são motivos que levam o artista a descrever do presente e do futuro e a voltar-se para o tempo pretérito.

Não há, porém, como no Romantismo, a preocupação de construir mitos representativos da nacionalidade brasileira. A retomada do passado se faz, buscando o que a historiografia oficial relegou ao segundo plano ou ao esquecimento e possui um forte sentido crítico. Os estudos históricos não focalizam mais os vultos ilustres e os grandes acontecimentos, mas o povo humilde, a classe média, a mulher na sua luta pela emancipação e os remanescentes das culturas descaracterizadas, isto é, o índio e o negro. Trata-se de rever o passado, respeitando as diferenças abolidas pelo discurso dos vencedores.

As chamas na missa têm como núcleo central as arbitrariedades do Tribunal da Inquisição, vistas pelo ângulo das vítimas: operários, mulheres, militares, judeus, numa alegoria à opressão do poder em todos os tempos. O narrador, também notário dos trabalhos da Inquisição, busca interrogar os silêncios da historiografia oficial, com a intenção de dar voz aos que foram vítimas da intolerância do Santo Ofício. Para desmistificar a repressão do poder, recorre à arma do riso, carnavalizando a História.

Não é meu objetivo discutir ou refazer a história da Inquisição, embora o romance se preste a essa investigação, mas apenas o de mostrar, como o escritor capixaba contemporâneo volta o olhar para um passado de arbitrariedades, com a intenção de chegar a um diagnóstico do presente.

* - BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. p. 109.

A atuação do Tribunal do Santo Ofício é tratada sempre com a conotação simbólica de repressão violenta da liberdade de pensar e de viver. Lembre-se que o livro foi publicado em 1986, no período imediatamente posterior à ditadura militar de 64.

Tomando como base teórica as teses de Mikhail Bakhtin sobre o dialogismo e a *hamas na missa*, na sua visão dessacralizadora, desmoraliza o poder pelo ridículo, recorrendo à paródia de textos históricos, religiosos, literários e folclóricos.

O Carnaval é um espetáculo de caráter ritual em que não há distância entre atores e espectadores. Todos participam da festa, vivem o momento, num viver às avessas, em que desaparece a ordem hierárquica e as leis e proibições deixam de vigorar. Mikhail Bakhtin vê o carnaval como uma manifestação cuja principal característica é eliminar a distância entre os homens e propor um novo modo de relações mútuas, capaz de opor-se às poderosas relações hierárquico-sociais da vida extra-carnavalesca. A atitude carnavalesca levaria a comportamentos excêntricos que permitiriam a expressão e a revelação de aspectos ocultos da natureza humana, dando lugar ao surgimento de fusões entre o sagrado e o proo sublime e o vulgar, o sábio e o tolo, o erudito e o popular, o oficial e o não-oficial. Trata-se de um procedimento dessacralizador e dialético cuja percepção opõe-se ao sério oficial, monológico e dogmático, realizado sobretudo pelo medo.

Conforme Bakhtin¹, a carnavalização da literatura consiste na transposição "de diferentes modalidades de folclore carnavalesco" para a linguagem da Literatura. Na Literatura, as imagens e o riso do Carnaval se modificam em razão dos objetivos artísticos do autor, mas a ambivalência e o cômico permanecem.

A literatura carnavalizada tem sua origem no ocaso da Antigüidade Clássica, onde se formaram diversos gêneros, diferentes estruturalmente, mas guardando alguma semelhança por manterem uma mesma relação com o folclore carnavalesco. Esses gêneros - o diálogo socrático, a sátira menipéia, os simpósios e outros - formam um campo especial da literatura, denominado cômico-sério, em oposição aos gêneros sérios: a história, a epopéia, a tragédia e a retórica clássica.² Os gêneros carnavalizados, ao contrário dos gêneros puros, como a epopéia e a tragédia, têm a paródia

¹ BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, p.92 e seg.

² - Ibid., p.92

³ - Ibid., p.109.

como elemento “inseparável”³. A paródia se realiza como um texto duplo que ao mesmo tempo absorve e rejeita o texto parodiado.

Em *As chamas na missa*, instituições, acontecimentos e personagens históricas são carnavalizados: a Inquisição, com os seus ministros e familiares; personalidades ligadas às invasões francesas, no Rio de Janeiro, e a figura semilendária de Maria Ortiz. O discurso do narrador entra em choque com textos da História, da Literatura e da cultura popular, denunciando a ideologia do poder que neles se oculta.

Numa atitude própria do gênero do cômico-sério, que constitui o primeiro exemplo de literatura carnavalizada, o narrador simula contemporaneidade aos fatos narrados. Não mantém a distância épica ou trágica que seria de se esperar em relação ao tema escolhido. Personalidades do passado histórico são deliberadamente atualizadas, dessacralizadas, mantendo *livre contato familiar* com personagens fictícias, familiaridade impossível nos gêneros ditos elevados.

As chamas na missa têm a sua localização temporal no século XVIII, época em que a Inquisição funcionou com maior rigor, submetendo aos autos-de-fé centenas de brasileiros. O espaço físico em que se situam os fatos narrados é uma hipotética Vila do Santíssimo Sacramento, barroca na profusão de igrejas, nos fortins que a defendem de invasores, nos manguês e ladeiras, na disparidade entre a “parte alta (...) de elevada nobrez” e a “parte baixa”.

Ao leitor capixaba, atento aos contornos de sua cidade, conhecedor da pitoresca Vitória antiga, não escapam, porém, determinados nomes que lhe permitem situar a história, se quiser, na Vila da Vitória que, se não foi visitada pelo Santo Ofício, bem pode ter sofrido, ou não, dissabores semelhantes aos aqui narrados, nos seus quatrocentos e quarenta e sete anos de existência.

A pequena sociedade que se aglomera na Vila do Santíssimo Sacramento leva duas vidas, inclusive nas suas manifestações religiosas: uma oficial, devota, séria, reprimida pela normas religiosas vigentes e pelo temor que se alastra à chegada do visitador inquisitorial, e outra, subterrânea, carnavalesca, onde imperam o erotismo, a devassidão, as práticas feiticeiras e a fidelidade ao abjurado judaísmo por parte de cristãos-novos à força convertidos.

A carnavalização em *As chamas na missa* está evidente na ambivalência e na tensão que caracterizam as personagens oprimidas pelo medo; na paródia de situações e de personagens históricas; no valor

relativo de qualquer tipo de poder ou ordem social; na profanação do sagrado pela paródia de textos sacros; na exacerbação da sexualidade, na ruptura da rotina cotidiana com a chegada do inquisidor:

- *Porta afora sobram pessoas, também contritas, a rezarem e a baterem nos peitos (...) exorando secretamente a proteção dos céus contra a ameaça que sobre elas passou a pairar pesadamente. Tudo porque está a vila sob a sindicância do Santo Ofício, há um visitador em terra que aterra e neste momento acha-se assentado em alcatifada cadeira de espaldar posta em relevo no estrado (...) ali alçado diante de todos que o observam e saúdam pelo poder de vida e de morte de que ele sobre eles dispõe.* (CM, 14)

A população da Vila entregue a uma vida relaxada, marcada pelos desmandos do sexo, o prazer da boa comida, a ambição do ouro, se vê, repentinamente, convocada a confessar pecados, a delatar vizinhos, amigos, parentes, sob a ameaça da tortura, do confisco de bens e da fogueira inquisitorial.

Se o Carnaval é uma festa de liberação, uma válvula de escape do reprimido, em *As chamas na missa*, a presença inquisitorial vem interromper a vida carnalizada anterior. As práticas eróticas, os cultos proibidos, a manifestação de idéias “heréticas” e liberais, sufocadas pelo terror, passam à clandestinidade. As personagens, envolvidas num autêntico processo kafkiano, às voltas com interrogatórios sinuosos, plenos de intenções secundárias, são incapazes de atinar com o que espera de suas confissões o Tribunal do Santo Ofício.

As invasões francesas no Rio de Janeiro, ocorridas no século XVIII, servem de pano de fundo aos traumas que o capitão Antônio Arnaut carrega do seu passado de sargento-artilheiro no Rio de Janeiro e são motivo para o riso zombeteiro do narrador de *As chamas na missa*.

A História do Brasil informa que o comandante francês, Duguay-Trouin, vitorioso, saqueia o Rio de Janeiro, e exige um vultoso resgate que foi aceito pelo Governador Castro Moraes. Só então os franceses libertam a cidade cujo povo, indignado, exige a deposição do governador, apelidando-o de *Vaca*. Retomando essa passagem, o narrador de *As chamas na missa* aproxima-se da historiografia oficial, referindo-se ao espaço físico e a pessoas registradas nos documentos históricos. Nada escapa ao seu discurso irônico, que vai atingir, principalmente, o lado risível da História, na paródia ao documento de rendição:

Portanto, ao vencedor pague-se: - cem caixas de açúcar, pague-se; duzentos bois, pague-se; seiscentos e dez mil cruzados, pague-se; E venham os recursos de onde puderem. Da Casa da Moeda, venham; das arcas da Real Fazenda, venham; (...) do cofrinho dos Órfãos e de-samparados, venham; das umas da Companhia de Jesus, venham; (...) venham, bevenhidamente, porque só assim se salvará a terra e o povo e a honra del rei para infelicidade geral de todos os pagantes. E pagando todos seu rico dinheirinho, elejam um bode expiatório para descarrego das mágoas pelos prejuízos sofridos e, se um bode é pouco, eleja-se um boi ou melhor do que um boi calhará uma vaca. Por tão jus-tas razões e custosos ressentimentos fique o governador Castro Moraes perpetuamente cognominado o Vaca (...) culpado de culpa irremissível (...) (CM, 46-7)

Como personagem menor dessa passagem da História, o sargento artilheiro Arnaut, "com o seu tipo afrancesado", é vítima de represálias por parte do povo revoltado contra o governador. Preso, julgado e inocentado, conservará "sentimentos adversos à terra brasileira", que virão à tona vinte anos depois, quando voltar ao Brasil, para inspecionar as fortalezas da Vila do Santíssimo Sacramento. A ele cabe a visão preconceituosa, própria do branco europeu, em relação ao Brasil e a seus habitantes, colônia considerada como terra de passagem, para os que deviam cumprir a missão de funcionários do governo português:

*contou ansioso os mesíssimos de estada no Brasil esperando o momento do retorno (...) Cette terre est une merde, se repetia o capitão, que não apreciava o Brasil.
(...) não apreciava a gente da terra, principalmente, negros e negras abundantes, abundentes, abundeiros(...)(CM, 8)*

Outra passagem histórica parodiada pelo narrador de *As chamas na missa* está ligada à invasão holandesa no Espírito Santo.

A História do Espírito Santo registra, a partir de testemunho oral, a figura de Maria Ortiz que teria contribuído para a derrota dos holandeses que invadiram a Ilha de Vitória, em 1625, despejando-lhes por sobre a

⁴ - NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d. p. 69.

cabeça um tacho de água fervendo.⁴ O narrador de *As chamas na missa* apropria-se, carnavalescamente, dessa passagem heróica, dessa cra-lizando-a e transformando a donzela em antepassado da personagem Maria Capa-Homem. Observe-se que, parodiando uma passagem tão cara ao imaginário capixaba, o narrador a subverte, ironizando a fragilidade da historiografia oficial. O mito da mulher guerreira, espécie de Joana D'Arc capixaba, é carnavalizado, transformada a figura histórica em avó da prostituta Maria Capa-Homem que, por sua vez, retoma um tipo popular vitorriense conhecido como Maria Tomba Homem.

Realizando o sincretismo entre a figura histórica do século XVII e o tipo popular de meados do século XX, o narrador falsifica deliberadamente os fatos e evidencia "as possíveis falhas mnemônicas da história registrada e o constante potencial para o erro proposital ou inadvertido".⁵

É por intermédio da voz do narrador que o olhar do dominado se volta para o dominador, atitude típica da focalização carnavalesca. Não há, porém, "uma consciência narrativa unificante"⁶, englobando a consciência de todas as personagens, o que seria impróprio ao dialogismo de *As chamas na missa*. O narrador deixa fluir o pensamento de cada personagem, independentemente. Ora a visão agressiva e desbocada da prostituta Maria Capa-Homem em relação ao Padre Ângelo Consuelo; ora a atitude bajulatória e temerosa da família Aranches, a preocupação e o questionamento do liberal Antônio Arnaut, o pavor da sensual Joaninha Norberto, o ódio de Bernardo Queixada, a indiferença suspeita e atenta do "feiticeiro" Candinho.

O discurso carnavalesco viola as leis da linguagem estabelecidas pela gramática e pela semântica, constituindo-se numa forma de contestação social e política. As normas sintáticas são subvertidas pela recorrência constante a determinados recursos como os expostos a seguir.

Todos os fragmentos que compõem a estrutura do romance se iniciam por letra minúscula e terminam por ponto final, interrogação, ou mesmo, sem pontuação alguma: "e a vila? haverá interesse a vila?" (CM, 9). Tal procedimento contribui para mostrar a simultaneidade das reflexões do narrador onisciente e participante, que vê os acontecimentos desfilerem ante seus olhos e na sua memória, durante o desenrolar da missa - tempo

⁵ - HUTCHEON, Linda. *Poéticas do pós modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p. 152.

⁶ - TODOROV, Tzvetan. 4. ed. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 119.

cronológico do romance - e que surpreende os pensamentos secretos das várias personagens, enfatizando a estrutura caleidoscópica do romance.

Outro recurso original é o uso constante do travessão seguido de palavra grafada com inicial maiúscula e da repetição da expressão anterior: "(...) sabe que a chegada do Santo Ofício é como a chegada da peste, todos se defendem mas poucos escapam, enquanto Arnaut **aguardará - Aguarda**, ansioso, (...)." (CM,31). Essas construções, marcadas pela elipse, acentuam momentos de tensão, de surpresa e de emoção.

A criação de neologismos é a marca do riso do narrador. Pela técnica de composição de palavras, são alcançados efeitos tragicômicos, levando o leitor a rir de situações que seriam dramáticas, não fosse o discurso irônico: "**Escafodi-me**, murmurou o capitão relembando a querela **roterdâmica**, (...)." (CM, 17); "Reúnam-se, portanto, os homens da família e tomem uma urgente providência para calar vó Eva antes que se derrame o melado por todos os lados, **irremeladiavelmente**." (CM, 77);

Por meio de jogos de palavras marcados por aliterações, assonâncias, rimas e repetições, o narrador acentua a zombaria, a ambivalência, a fusão entre o trágico e o cômico, o sério e o vulgar, próprios da cosmovisão carnavalesca): " só não se verá a **Dó-ré-mi**, de **triste fim**, antes ele do que **mim**, retirado em padiola desta história." (CM, 45) ; "(...) como bons judeus sabem se **ramificar e se ramifamiliar** aumentando essas **familirramas** ao curso do tempo nas muitas partes do lusitano império em que viveram e se **foduplicaram de cama em cama e de rama em rama** (...). (CM, 79) (Grifos meus.)

As *chamas na missa* possuem a marca do dialogismo bakhtiniano. Uma infinidade de vozes se incorpora a esse texto transgressor. Vozes da História oficial, das atas inquisitoriais, de textos sagrados, da literatura e da cultura popular. Vozes separadas não apenas no tempo e no espaço, mas "que estão em oposição hostil"⁷: paródia do discurso moralista e retórico da História oficial e do discurso estereotipado das atas inquisitoriais; irreverência carnavalesca em relação a textos sacros; paródia da cultura popular, desconstruída pelo riso do narrador. A Bíblia é questionada nos pensamentos inconformados da viúva Joaninha, cansada da solidão. Parlendas usadas em jogos infantis, se intercalam a situações trágicas, gerando a fusão entre tragédia e comédia. Provérbios populares são desconstruídos num procedimento típico do mundo às avessas. Textos

⁷ - BAKHTIN, op. cit., p. 168.

ufanistas da Literatura Brasileira como o poema infantil "Pátria" de Olavo Bilac recebem uma conotação crítica: "Falai sem reбуços, nunca vereis tribunal como este (...). Nunca vereis tribunal como este que até àdogado de defesa designa e custeia."(CM, 55).

O Carnaval é um poderoso recurso na crítica aos poderosos e às mazelas sociais. É a festa do tempo que tudo destrói e renova.⁸ Mostra à sociedade que nada é definitivo; nem as glórias do poder nem a desgraça, nem a majestade nem o ínfimo. É a ocasião em que todas as coisas se relacionam, em que as hierarquias são abolidas. Viola-se a etiqueta e a marcha solene dos acontecimentos com escândalos e comportamentos excêntricos. Veja-se, em *As chamas na missa*, a cena em que a corcunda Leonor Aranches macula a glória 'sacerdotal e vieira' do sermão barroco do Padre Ângelo Consuelo:

prostrando-se aos pés do padre (...) mal o pregador concluira o sermão, beijando-lhe sucessivamente a batina ao mesmo tempo em que nela en-xugava as lágrimas com puxões violentos que sacudiam o sacerdote e o ameaçavam atirar ao solo. (CM,74) ;

Nos gêneros carnavaalizados, a ação carnavalesca principal é a coroação bufa e o posterior destronamento do rei do carnaval. Trata-se de um ritual ambivalente que expressa a alegre relatividade de qualquer poder ou ordem social⁹. Em *As chamas na missa*, os representantes do poder inquisitorial têm a sua autoridade e imponência contestadas, não apenas nas palavras do narrador e nos pensamentos e ações das personagens, mas por fatos e atitudes equivalentes ao destronamento carnavalesco:

Se julgam que me adoçam com este melado, triste engano vivem os senhores Aranches, pensa o visitador, degustando o caldo moreno misturado com farinha. E havendo terminado a refeição, empanzinado e satisfeito, dirige-se à sala do convento destinada aos trabalhos da Mesa, à porta da qual aguardam pessoas para prestarem depoimentos.

Mande entrar o primeiro, ordena o visitador, assentando-se confortoso e a gosto na cadeira curial, entre os demais serventuários da Mesa, arrotando melado e farinha.(CM, 78) ;

⁸ - Ibid., p. 107.

⁹ - BAKHTIN, M. op.cit., p. 107.

Subvertendo hierarquias, revelando aspectos ocultos da natureza humana, efetuando alianças inusitadas entre opostos aparentemente inconciliáveis, o romance *As chamas na missa* carnavaliza a História, preenchendo os vazios dos documentos oficiais, denunciando os abusos do poder e colocando em dúvida as “inquestionáveis verdades” históricas.

Ao escolher como núcleo central do seu livro a atuação do Tribunal da Inquisição e outros fatos históricos, Luiz Guilherme Santos Neves desconstrói a visão monumentalista da historiografia oficial que prestigia os detentores do poder, esquecendo as pessoas comuns que são os verdadeiros sujeitos da História.

Ao narrador do romance cabe, no seu diálogo constante com o outro, a atitude de rebeldia, que se corporifica no texto, por meio de intenso ludismo verbal. Marcado pelo dialogismo, pela estrutura circular em que não há saída para as vítimas da repressão, simples fantoches submetidos a uma engrenagem perversa, o romance de Luiz Guilherme Santos Neves se destaca, na literatura contemporânea produzida no Espírito Santo, pela atitude crítica e pela inventividade da linguagem.

A CONQUISTA DO MAR E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

Zoel Corrêa da Fonseca

O fracasso das cruzadas levou ao descobrimento da América. O fechamento do Mediterrâneo Oriental pelos turcos, após a queda de Constantinopla, em 1453, tornou difíceis e dispendiosos os antigos caminhos do comércio Ocidente/Oriente. Tanto à França mediterrânea quanto às Repúblicas italianas, urgia buscar outras rotas comerciais diferentes das trilhas otomanas e resguardadas também, dos territórios das dinastias anti-cristãs da Pérsia e do Turquestão.

Portugal e Espanha, países distanciados da área de influência turca, encontraram na fronteira oceânica, a solução para seus projetos de expansão comercial e política. As costas africanas passavam cada vez mais para o controle dos portugueses.

Sem alternativas no Mediterrâneo Oriental, florentinos, venezianos e genoveses procuraram expandir-se transpondo as *Colunas de Hércules*, em busca de Lisboa e também de Cádiz e Sevilha, estabelecendo filiais para as grandes firmas italianas que representavam.

Lisboa, assim como Sevilha, transformaram-se em importantes centros empresariais, privilegiando o capitalismo mediterrâneo, através dos banqueiros e financistas italianos, a exemplo das famílias Centurione, Pinello, Berardi e Spínola, dentre muitas outras. Era, portanto, chegada a hora de transferir a iniciativa das empresas aos grandes navegadores.

CRISTÓVÃO COLOMBO - O GENIAL FANTASISTA

Notável acontecimento iria transformar o mundo e a consciência da humanidade, em pleno alvorecer da Idade Moderna: o Descobrimento da América, em 1492.

Cristóvão Colombo - genial autor do portentoso feito - foi tornado nobre, almirante, vice-rei e governador das terras descobertas e por descobrir.

Tamanha glória, porém, não o impediria de envolver sua grande aventura em misteriosa roupagem, capaz de incitar a fantasia de poetas e historiadores, através da vastidão do tempo.

Hoje, como há cinco séculos, inumeráveis obras tentam decifrar-lhe a esfinge esquiva e fugidia, e cada vez mais fugaz e indecifrável ela persiste no tempo.

O tempo - que costuma melhorar os vinhos - tem agido em desfavor da glória de Colombo: da antiga imagem do herói predestinado da epopéia da conquista americana, pouco restou para enaltecer-lhe a obra, ou pelo menos reconhecer-lhe o bom propósito de expandir as fronteiras do mundo.

A sacrossanta imagem do herói predestinado das primeiras biografias, foi perdendo o brilho, até desaparecer, tragada pela onda das mais abjetas acusações. Até mesmo a pecha de escravista e genocida de índios, foi-lhe assacada ainda em vida.

Embora prejudicado por circunstâncias pouco felizes na conquista da terra descoberta, também é fora de dúvida a contribuição pessoal de Colombo para os inúmeros juízos depreciativos formulados a seu respeito.

Colombo foi ao mesmo tempo, navegante genial e péssima personalidade política. Era precária sua capacidade de dialogar ou mediar em proveito de seu projeto de navegação, quer em debate perante doutos ou soberanos, quer no âmbito dos colegas e companheiros de profissão.

Contrapondo-se a seu inquestionável talento para as coisas do mar, vivia às voltas com um temperamento caprichoso e introspectivo, suscetível de melindrar-se ante desatenções e questionamentos inerentes à própria natureza do seu plano de navegação.

De suas próprias características temperamentais, provinha-lhe certo retraimento de atitude, interpretado equivocadamente, como arrogância.

Seu exacerbado misticismo religioso sobrepunha-se, por vezes, à lógica racional, fazendo com que se considerasse objeto dos designios divinos, na consecução do grande ideal de vida.

Costumava fazer uso de linguagem lamentativa em suas recriminações perante decisões desfavoráveis às suas expectativas.

Sua profunda convicção religiosa contrastava com certos aspectos pouco recomendáveis de seu caráter, que ele não soube ou não quis corrigir.

Dentre as inúmeras contradições presentes em sua tumultuada atmosfera vivencial, a mais instigante parece dizer respeito à incompatibilidade existente entre a genial formulação do seu projeto de descobrimento e as modestas premissas de sua cultura autodidática.

Inúmeros historiadores são acordes na afirmativa de que o almirante Dom Cristóvão Colombo - o homem que escreveu a carta de 07 de julho de 1503 e as demais, que dele se conhecem, não pode ser o Cristoforo Colombo - cardador de lã e humilde artesão genovês. Não há qualquer relação entre os escritos de Dom Cristóbal Colón e as conhecidas escrituras de Gênova e Savona, referentes a Cristoforo Colombo. "O Colombo dos documentos espanhóis, não é o Colombo dos documentos italianos", observara com agudez o historiador espanhol Ricardo Beltrán y Róspide.

Contra tão impressionante e irrepreensível argumentação, choca-se o Testamento do almirante Dom Cristóbal Colón - Vice-rei e Governador das ilhas e terra firme das Índias descobertas e por descobrir, redigido em 25 de agosto de 1505, retificado e aprovado em 19 de maio de 1506 - véspera de sua morte, na cidade de Valladolid, na Espanha.

Nesse testamento, feito de próprio punho, retificado e revalidado na presença do escrivão da Câmara Real e de Província da Corte de Suas Majestades, Pedro de Hinojedo e testemunhas, Colombo relaciona diversos favorecidos. Quer que lhes seja dada uma parte relativa aos seus bens e também quer manter tais doações no anonimato: "...em primeiro lugar, aos herdeiros de Jeronymo del Puerto - pai de Benito del Puerto - Chanceler de Gênova - vinte ducados ou soma equivalente."

O testamento faz referência explícita a Jeronimo de Porto, que cobrava de Domenico Colombo e de seu filho Cristoforo, em disputa judicial de 31 de outubro de 1470, a soma de trinta e cinco liras.

Fica provado que Dom Cristóbal Colón - dos documentos espanhóis - é o mesmo Cristoforo Colombo - dos documentos italianos.

Tendo sido relegado ao ostracismo ainda em vida, o descobridor da América ocupou o limbo da história por período superior a três séculos.

Finalmente, por ocasião do transcurso do IV Centenário do Descobrimento da América, sua figura histórica foi reavaliada, na Espanha e na Itália, e despertou novas polêmicas: de um lado reuniram-se o poder governamental, a Igreja e diversas entidades culturais espanholas; do outro, alguns historiadores e jornalistas. Ainda assim, seu prestígio oscilou, de demônio a santo.

Essa reavaliação tivera início, antes mesmo de 1892. Enquanto seus adversários, do Século XIX, comparavam-no a um diabo genocida, outros pretenderam elevá-lo à santidade: em 1866, iniciou-se um processo visando sua beatificação.

Após curto tempo, o Papa Leão XIII o retomou, em 1878. Colombo foi apresentado como o “Mensageiro de Deus”, por haver introduzido o catolicismo na América.

O processo caminhou até 1891, apoiado pela Igreja e pelo governo espanhol. Mas a reação contrária, dos historiadores mais críticos, reavivou velhas querelas. Exumaram-se-lhe os antigos pecados: ora surgia o introdutor da escravatura no Novo Mundo, ora invectivavam os católicos mais ortodoxos, contra sua vida-em-pecado com Beatriz Enriques de Arana... e a beatificação foi denegada.

Ainda assim, o IV Centenário da Descoberta da América foi importante para o soerguimento da memória de Colombo; governantes e clérigos lembraram-se dele, como o grande desbravador dos mares e descobridor da América.

Os debates sobre sua controvertida figura provocaram a reação do governo espanhol, que assumiu o mito colombiano. Não que ele estivesse esquecido; mas representava uma lembrança incômoda para os espanhóis, cuja velha historiografia estava mais preocupada em exaltar os heróis nacionais, e ele era lembrado apenas pelos seus fracassos.

Cristóvão Colombo nascera em Gênova, em 1451, filho de Domênico Colombo e de Susanna Fontanarossa e era o mais velho de cinco irmãos. Sucediam-no Giovanni Pellegrino - falecido com tenra idade - Bartolomeu, Jacopo - nome que se converteu em Diego, após trasladar-se para a Espanha; e uma irmã - Bianchinetta. Bartolomeu e Diego seguiram-no em terra espanhola e colaboraram na divulgação do seu projeto náutico.

Sua família vivia modestamente; o pai - Domenico Colombo, era tecelão de lã, e tanto Cristóvão, quanto Bartolomeu aprenderam o ofício.

Além disso, Domenico possuía uma adega de vinho, em Savona, a oeste de Gênova, na Riviera di Ponente.

Tanto Cristóvão, quanto Bartolomeu possuíam o gosto pelo mar. “Entre para a navegação em idade bastante tenra”, escreverá Colombo. “Aos quatorze anos tive de freqüentar, em Gênova, escolas destinadas aos pilotos e cartógrafos. Ensinavam-se aí, caligrafia, elementos de geometria e cosmografia, em particular o Tratado da Esfera, de Sacrobosco. Recebi a habilidade de espírito e de mãos, para desenhar a esfera, colocar aí cidades, rios, portos; o todo em seu lugar apropriado”, dirá, mais tarde, o descobridor.

É certo que lá tenha se iniciado na aprendizagem do latim, pois os mapas geográficos e de navegação eram, em maioria, escritos nessa língua.

Colombo também participou de viagens comerciais patrocinadas pelas famílias genovesas Di Negro, Spinola e outras. Em 1474 e 1475, viajou a Quios (ilha do arquipélago grego e provável berço de Homero), a fim de trazer mástique asfáltico e resina.

Segundo o cronista Sabéllico, Cristóvão Colombo viajara durante longos anos em companhia de Coulon - vice-almirante de Luís XI, de origem grega e cujo nome era Guilherme de Cazenove.

De acordo com os escritos do filho Fernando, e também do frei Bartolomé de Las Casas, Colombo chegara a Lisboa no final de 1476, após naufrágio da embarcação genovesa em que viajava. Segundo ainda estes registros (omitidos por todos os demais autores), teria Colombo não só navegado até à Islândia, como a ultrapassara em cem léguas. A Islândia era conhecida como Thule, e marcara, por toda a Antiguidade, os limites setentrional e ocidental do mundo conhecido.

Teria mesmo Colombo atingido e ultrapassado essa fronteira do mundo antigo? Presumidamente, equivocou-se o genial navegador em seus registros. Com quase certeza, confundiu a palavra Thule com Thyle, conforme eram conhecidas as Ilhas Shetland, situadas pouco acima da Irlanda, a sessenta e três graus de latitude Norte. Existe em seus registros a anotação de uma latitude completamente errada, que não correspondia àquela em que se situa Thule, a demonstrar que de fato Colombo jamais estivera na Islândia.

1477 - Ano que marca a visita de Colombo às Ilhas Britânicas, coincide com as primeiras manifestações verbais do seu ideal de descobrimento. Falava de “sua paixão pelos segredos do mundo”.

Thule, que havia inspirado os proféticos versos da tragédia Medéia

a Sêneca, impregnou o espírito de Colombo, a ponto de transformar-se em pensamento prevalente; tanto assim que, após atingir o posto de almirante do mar-oceano, transcreveria em seu "Livro das Profecias" aqueles quatro cabalísticos versos: "Tempo virá, nos derradeiros anos do mundo, em que o Oceano desfará as amarras das coisas. Uma terra imensa revelar-se-á, pois surgirá um navegador, tal qual aquele que tinha por nome Tifis, e que foi guia de Jazão, e descobrirá um novo mundo. E Thule deixará de ser o limite do Universo". Colombo realizou o ideal de Tifis: descobriu o Novo Mundo, navegando através do poente, ao contrário do que objetivava sua promessa, que seria alcançar a velha Índia, de tempos imemoriais.

Tinha plena consciência de sua descoberta, haja vista a transcrição dos versos da Medéia, de Sêneca, para seu "Livro das Profecias", quando já almirante e famoso descobridor.

Descobriu, de fato, o Novo Mundo, porém, jamais quis assumir sua descoberta; negou, até o amargo fim, houvesse chegado à América, e sim à Índia.

Que razões teriam induzido um homem da inteligência e do idealismo de Cristóvão Colombo a este grande contradição? Segundo Bartolomé de Las Casas, em sua "História das Índias", em 11 de junho de 1494, quando Colombo se encontrava na extremidade ocidental da ilha de Cuba, perguntara a um índio se era Cuba uma ilha: "Sim. Cuba era uma ilha que o mar cercava".

Tratava-se de resposta clara e convincente, porém Colombo resolveu ignorá-la, impondo a seus homens o juramento de que "nunca tinham visto uma ilha que se estendesse tanto, desde o Oriente ao Ocidente". Advertiu-os que o castigo para o perjúrio seria cortar-lhes a língua.

E assim, surgiu o "Juramento de como Cuba era terra firme", redatado à ordem de Colombo, pelo escrivão Fernán Péres de Luna, em 12 de junho de 1494.

Colombo pretendia usar esse curioso documento a fim de demonstrar que Cuba era parte da Ásia, pois só assim poderia provar que atingira seus objetivos, fazendo jus ao título de Vice-Rei da Índia, com todas as prerrogativas a ele inerentes.

A FASE PORTUGUESA DA VIDA DE COLOMBO

Colombo chegara a Lisboa em 1477 e nesse mesmo ano viera a conhecer Felipa de Moniz Perestrello, durante uma cerimônia religiosa na igreja de Todos os Santos.

Felipa era filha do já falecido Bartolomeu Perestrello e de Da. Isabel de Moniz, Seu pai pertencera à denominada *Escola de Sagres*. E participara da descoberta da ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira. Fora seu primeiro capitão -donatário e mais tarde a Corte ainda o recompensaria com o cargo de Conselheiro Municipal de Lisboa. Sua mãe possuía certa nobreza; era aparentada à Casa Real de Bragança, enquanto Bartolomeu, assim como Colombo, tinham ascendência genovesa.

Seu casamento com Felipa ocorrera em 1479 e embora não se pudesse levá-lo à conta de um enlace morganático - dada a pouca relevância nobiliárquica da viúva Isabel de Moniz, que também não era abastada; ainda assim, satisfez às ambições de Colombo. Ser-lhe-ia mais fácil insinuar-se junto 'Corte portuguesa, para apresenta]ção de seu projeto náutico. Em apoio dessa intenção, deve ser apontada a atitude do genovês, desde sua chegada a Portugal: ele próprio difundira a lenda de uma pretensa ascendência ilustre. Dizia-se descendente de nobres e almirantes, no propósito de se atribuir e ao seu projeto náutico, maior importância. Desejava, ao mesmo tempo, sepultar a lembrança incômoda daquele menino pobre, que nem sequer puder estudar nas modestas escolas genovesas. O pouco que aprendera, na infância - a ler, a escrever e a contar, fizera-o às próprias expensas. Naquela época, a linguagem escrita, em Gênova, era o latim comercial do fim da Idade Média.

Colombo sempre fora um típico autodidata, extremamente ávido de saber e interessado em relatos de viagens através do mundo. O Relatório das Viagens de Marco Polo foi dos primeiros compêndios a apresentar-se à sua curiosidade intelectual. Através dele conheceu a Ilha de Cipango (o Japão), onde os templos e palácios reais possuíam telhados revestidos de ouro. O Livro de Marco Polo também se referia à Província de Kathay, na Chiba do Norte, onde reinava um príncipe chamado Grão-Khan.

Após casar-se, Colombo foi viver na ilha de Porto Santo, em companhia da esposa e da sogra. Sabedora de sua curiosidade para com as coisas do mar, ela o presenteou com instrumentos náuticos e registros de expedições de seu finado marido.

Os anos vividos em Portugal contribuíram para o amadurecimento do seu plano; sua amizade com o cartógrafo e matemático alemão Martin Behaim, muito o estimulou nesse sentido.

Em Portugal Colombo participou de expedições marítimas saídas de Lisboa, em direção ao Sul, chegando até à Guiné. Não foi ,porém, dessa forma que ele tivera a idéia sobre o caminho das Índias, através do Oceano Atlântico; essa era uma antiga preocupação e já estivera sendo discutida por especialistas, junto à Corte portuguesa.

A CARTA DE PAOLO TOSCANELLI

O infante D. Pedro (irmão de D. Henrique, o navegador), cognominado " o das sete partidas do mundo ", devido á sua inquietação por viagens, travara conhecimento com um jovem clérigo, durante uma de suas visitas à Corte dos Medicis, em Florença, em 1428. Esse jovem chamava-se Paolo Del Pozzo Toscanelli; tinha apenas trinta anos, mas já se fizera notar pelos conhecimentos de matemática e cosmografia.

Anos mais tarde, o cõnego português Fernão de Roriz - também conhecido como Fernão Martins, já desfrutava da amizade de Toscanelli, após um primeiro encontro no Palácio de Cosme de Medicis. Fernão Martins residia em Roma, mas viajava freqüentemente a Florença, em visita ao amigo que, além de padre, cosmógrafo e matemático, também acabara de formar-se em Medicina, pela Universidade de Pádua.

Em uma de suas muitas cartas de sua correspondência com o cõnego Martins, datada de 25 de junho de 1474, Toscanelli anexara um mapa, em que fazia referência a uma ilha localizada nas coordenadas de Porto Rico ou do Haiti. Os portugueses chamavam-na de "ilha das sete cidades", ao invés de Antília, conforme era denominada antes do desembarque do navegador português Diogo de Teive, em 1452.

Em sua carta, Toscanelli frisava que, a partir dessa ilha e navegando seiscentas e vinte e cinco léguas para Oeste, chegar-se-ia ao Cipango (antigo Japão).

Essa carta de Toscanelli parece ter sido inspirada na antiga teoria de Claudio Ptolomeu (cujo livro fora editado na Europa há dois anos), afirmando a esfericidade da Terra e admitindo, implicitamente, a possibilidade de se atingir a Índia, através do Oeste.

A Carta, com o mapa anexado por Toscanelli, assim como os mapas de Behaim e Monetarius - propugnadoras do caminho para a Índia navegando através do Poente, foram parar nas mãos do ainda príncipe infante D. João. Terminaram arquivadas, sigilosamente, pela Corte portuguesa, sem que despertassem maior interesse. Parece também, ter sido esse o destino da proposta apresentada pessoalmente por Cristóvão Colombo, dessa vez, não mais ao príncipe, porém, ao já aclamado rei D. João II, em 1483.

Colombo tivera conhecimento dessa correspondência e dirigiu-se ao cientista florentino, que lhe respondeu, sem demora, enviando-lhe cópia da carta e também do mapa, acompanhados do seguinte preâmbulo:

" A Cristóvão Colombo, o naturalista Paolo apresenta sua saudação.

Tomei conhecimento do teu afã maravilhoso e grandioso de empreender uma viagem até onde crescem as especiarias. Como resposta à tua carta, mando-te a cópia de outra que, há tempo, antes da guerra de Castela, escrevi a um amigo e familiar do rei de Portugal, em 25 de junho de 1474, em resposta a uma missiva que, por instância de Sua Majestade, me foi dirigida.

Igualmente, envio-te um mapa marítimo igual ao que lhe enviei. Com isto, teu pedido deve estar satisfeito ".

Mais tarde, Toscanelli ainda escreveria uma segunda carta a Colombo: "Aprez-me saber que me entendeste corretamente. O caminho mencionado, não só é possível, como também é verdadeiro e seguro ".

COLOMBO NA CORTE DO REI DOM JOÃO II

D. João II foi, sem favor, o mais importante monarca, de todos os que ocuparam a Casa de Aviz. Constitua-se num típico espírito renascentista. Vocacionado para as coisas do mar, pudera compreender o tio-avô D. Henrique - o navegador, em sua obstinação pelos desco-brimentos. Menos religioso e mais pragmático que D. Henrique, estava bem desperto para o interesse português, na luta entre o Mediterrâneo veneziano e o bloqueio dos turcos, a partir de 1453; tendo em vista o caminho percorrido pelas caravelas, através do Atlântico, sempre no rumo Sul.

Ele não queria apenas a África pela África; ambicionava chegar à Índia das especiarias através do contorno da ponta meridional do continente africano.

Político sagaz, D. João II anteviu a comunicação entre os oceanos Atlântico e Índico; mas não possuía o dom divinatório: não pudera adivinhar Cristóvão Colombo. Mesmo porque a imprevisibilidade do genovês seria capaz de transcender até mesmo os dons dos mais inspirados profetas do Antigo Testamento.

Quando da entrevista com o " Príncipe Perfeito", conforme era cognominado o monarca, Colombo passou-lhe a impressão de um fantasista, a prometer mundos e fundos a quem oferecesse navios à grande aventura. Ainda assim, foi alvo de um tratamento capaz de ultrapassar a mais refinada cortesia, chagando mesmo o rei à deferência de brindá-lo com um exemplar do precioso "Roteiro-Calendário", que o grande navegador levaria na primeira viagem rumo ao Novo Mundo.

A magnífica oferenda foi-lhe concedida *com especial intenção*, por El Rei Dom João II.

“ROTEIRO-CALENDÁRIO” era a designação para as preciosas e secretas TÁBUAS DE DECLINAÇÃO SOLAR. Representavam o expoente máximo da ciência náutica, constituindo-se em “Segredo de Estado” para Portugal. Quando, em 1471, os portugueses atingiram a Linha do Equador, depararam-se com nova dificuldade: o valioso astrolábio - herança árabo-judaica utilizável no cálculo da latitude geográfica a partir do ângulo de declinação da estrela polar - estava por perder seu ponto de referência celeste. À medida que as embarcações penetravam os quadrantes do Trópico de Capricórnio, a Estrela Alfa, da constelação da Ursa Menor, ia-se desvanecendo, até extinguir-se na imensidão da noite austral. Os navegantes passaram então a utilizar a altura meridiana do sol para o cálculo da latitude geográfica.

Em 1485, três matemáticos da Corte de Dom João II - os hebreus José Vizinho e Mestre Rodrigo, além de Dom Diogo Ortiz, bispo de Ceuta - passaram a aconselhá-lo. José Vizinho era discípulo do sábio e calculista Abraão Zacuto, renomado professor da Universidade de Salamanca. Coubera a Vizinho traduzir para o lati, em 1486, o livro do professor Zacuto, **Almanach Perpetuum**, contendo as Tábuas de Declinação Solar, criadas em 1479 e traduzidas para o espanhol em 1481.

De posse das referidas tábuas, Vizinho, Mestre Rodrigo e Martim Behaim - todos de ascendência hebraica - navegaram até à Guiné, a fim de testá-las para cálculo da declinação do sol. Estava, por essa forma, aprovado o novo instrumento para navegação astronômica, “ O Roteiro-Calendarário”.

A título de antecipação aos comentários acerca da atitude do Rei João II, convém transcrever o parágrafo distribuído entre as páginas 124 e 125 do Livro **O Português Cristóvão Colombo - Agente Secreto do rei Dom João II**, de autoria de Mascarenhas Barreto, *verbis*: “Conhecendo-se a declinação solar e a sua meridiana, determinava-se a latitude. Elaboraram-se, assim, as ‘Tábuas de Declinação do Sol’. As que Cristóban Colón levou na sua primeira viagem, e chamavam-se Roteiro-Calendarário, foram-lhe oferecidas *com especial intenção* por El Rei Dom João II, que as encomendara ao judeu Samuel Ben Zacuto, filho de Abraão Zacuto. Estão redigidas em hebraico, e encontram-se, hoje, no Museu do Seminário Hebraico Teológico de Nova York. Tinham por base os estudos dos judeus Samuel e Jehuda e do árabe Aben Ragel - *o alquímico*.”

A ENTREVISTA COM D. JOÃO II

A primeira entrevista entre Colombo e Dom João II ocorreu em 1483, a convite do monarca. Objetivava a apresentação do Projeto de velejar, com destino à Índia, utilizando o Oceano Atlântico e navegando de longada, no rumo Oeste. Incluía mapas, roteiros de viagens e inúmeros outros pormenores necessários à viagem em apreço.

Após as apreciações de praxe, o monarca tomou a seu encargo a entrega do Projeto de Navegação a uma Comissão de Peritos, para análise e parecer a respeito de sua viabilidade.

A Comissão de Peritos, após demorada e minuciosa avaliação do Projeto de Colombo, emitiu um pronunciamento, cujo texto original jamais foi trazido a público. O que se ficou conhecendo, pode ser transcrito nos termos seguintes: " Não foi sequer cogitada qualquer discussão sobre a forma da Terra, como também não se discutiu a possibilidade, teórica, de ser posta em dúvida a rota oceânica através do Oeste. Dúvidas houve acerca da distância calculada por Colombo, pois os mapas portugueses indicavam o Atlântico muito mais largo que no Projeto do genovês. Concluía, também, pela existência de erro, tanto de parte de Paolo Toscanelli, quanto de Cristóvão Colombo, no cálculo da extensão do percurso. Toscanelli, que possuía uma concepção absolutamente correta das dimensões do Globo Terrestre, avaliara (erradamente) a distância de Lisboa à China, através do Oceano Atlântico, em apenas 1/3 da circunferência da Terra; aumentando, ainda mais, o erro cometido por Cláudio Ptolomeu. Colombo estava subestimando ainda mais, essa distância, calculando-a em 78 graus, quando em realidade, é de 229 graus. Além disso, o proponente estava imaginando a Terra menor do que realmente é.

Preocupado com as discrepantes avaliações da circunferência terrestre, D. João II enviou um de seus astrônomos à Zona Tropical, a fim de executar medições de longitude, visando a calcular a circunferência exata da Terra. Constatou, assim, a causa da discrepância na avaliação feita por Colombo. Este calculara 83,36 km para a distância de um grau de longitude a outro, quando, em verdade é de 110,563 km.

Outros aspectos do plano de Colombo também foram avaliados, a exemplo das dificuldades comuns e inevitáveis em qualquer viagem prolongada; porém, o que influenciou, prioritariamente, a decisão dos Peritos, contrariamente ao Projeto de Colombo,, foram as incorreções observadas na avaliação da distância a percorrer.

Além das dificuldades inerentes a todas as viagens de longo curso, outras tantas dever-se-iam acrescentar ao projeto proposto por Colombo, representadas por um roteiro ainda não conhecido e praticamente sem escalas para abastecimento e descanso das tripulações. À Comissão de Peritos nem mesmo escapou a limitada autonomia das embarcações existentes à época face a uma viagem por tempo indeterminado, rumo ao desconhecido. Os navios existentes não tinham capacidade para armazenar alimentos e água potável, nas quantidades exigidas em tal viagem. Também eram desconhecidos os processos para conservação da água e dos alimentos(biscoitos, charque, peixe seco, alho e azeite de oliva) utilizados nessas viagens. Os recipientes para armazenamento da água potável eram confeccionados com a mesma madeira imprópria, com a qual eram construídas as embarcações. Como conseqüência, a água potável sofria alterações de coloração e de sabor e não resistia além de poucas semanas, antes de deteriorar-se por completo. Essa dificuldade só foi contornada muito tempo depois, através da utilização de tonéis de carvalho. Outro problema crucial nas viagens marítimas daquele tempo, dizia respeito à exiguidade de espaço no interior das embarcações. Além de exíguas e desconfortáveis, aquelas embarcações sempre faziam água em seu interior, ultrapassando a capacidade das bombas de esgotamento, para mantê-las secas. Essa água residual dos porões, era muitas vezes contaminada pelo vazamento dos sanitários, provocando mau cheiro e propiciando o aparecimento de roedores e insetos.

Como conseqüência de todos esses percalços, surgiam o cansaço e o estresse, decorrentes do confinamento, em ambiente desconfortável, anti-higiênico e destituído de recreação. Para agravar os padecimentos dos navegantes, acrescia-se a intercorrência de variadas enfermidades, algumas delas resultantes da própria dieta estabelecida pelo regulamento de viagens. Da dieta mal balanceada provinham enfermidades, conhecidas hoje, como carenciais, a exemplo do escorbuto - doença fora do alcance da medicina de então; inviabilizando, por conseqüência, o diagnóstico, o tratamento ou a prevenção.

A análise aprofundada de todos esses percalços, levou a Comissão Julgadora a pronunciar-se contrariamente ao Projeto de Navegação de Colombo.

O rei João II ainda tentou apelar ao Conselho da Coroa, porém, o *veredictum* confirmou a decisão anterior. A frustração resultante do malogro dessa iniciativa, trouxe para Colombo grande amargura e para os

historiadores, intrincado enigma a decifrar: qual o verdadeiro propósito daquela deferência a Colombo, presenteando-o com oferenda que se constituía em segredo de Estado para Portugal?

Sabe-se que o poderoso João II, assim como seus antecessores, sempre levava às últimas instâncias o seu zelo para com o Sistema Secretista da Ordem de Cristo, mantido desde a época do seu tio-avô Henrique - o navegado.

Inúmeras considerações têm-se aventado, na tentativa de impor um fiapo de lógica à inusitada atitude do monarca. O historiador luso Mascarenhas Barreto, em seu livro “ **O Português Cristóvão Colombo - Agente Secreto do Rei Dom João II** “, consigna ao episódio dois quesitos e um comentário sarcástico:

1) “O ‘cardador de lãs ‘genovês , também aprendera a decifrar as *Tábuas de Declinação Solar* (que o resto do mundo ainda desconhecia) e dominava o hebraico, para poder entender toda a sua complexidade.

2) O rei português, que tanto segredo punha na Ciência náutica, encomendava a um judeu e entregava a um aventureiro estrangeiro - podendo servir um soberano rival, tão valioso documento científico para o descobrimento da “Índia “.

E Mascarenhas Barreto conclui com este comentário:

“ Parecem-nos dois fatos difíceis de explicar, a menos que, na verdade, Colón Zarco fosse agente secreto de D. João II e português de ascendência judaica ou de cultura hebraica “.

A contestação que se pode fazer aos comentários do autor, diz respeito à exigência de nacionalidade portuguesa, como condição “sine qua non “, para que D. João II pudesse ter Colombo como seu agente secreto. Sabe-se que, além da habilidosa competência de seu agente-de-informações Pero de Covilhã, o monarca teve a seu serviço inúmeros outros agentes secretos - judeus, árabes... agindo no Médio-Oriente, no afã de descobrirem a viabilidade da rota para a Índia, contornando a ponta meridional do Continente africano.

Com referência ao primeiro quesito, reflete bem a ingenuidade do autor, quando se sabe do bom relacionamento de Colombo com Martin Behaim e outros judeus. Ser-lhe-ia fácil obter de algum deles a tradução das *Tábuas*; o que talvez nem fosse necessário, já que haviam sido traduzidas para o espanhol, desde 1481.

À amargura provocada pela recusa a seu Projeto de Navegação, Colombo ainda iria crescer a perda da esposa Felipa, naquele final de 1484. Decidiu-se então, por abandonar Portugal, em companhia de Diego - seu filho de quatro anos. Em Lisboa ficaria apenas o irmão Bartolomeu, a exercer seu ofício de cartógrafo.

A FASE ESPANHOLA DA PERMANÊNCIA DE COLOMBO

Na primavera de 1485, desembarcou, em companhia do filho Diego, na cidade espanhola de Palos de La Frontera, na costa andaluza, à pequena distância de Huelva - residência da irmã casada de Felipa.

É fora de dúvida o reconhecimento da fase portuguesa de Colombo, como inspiradora da gênese do seu projeto náutico. Nas décadas finais do Século XV, a vida econômica portuguesa dependia da atividade exploradora de seus navegantes. Colombo recebeu o influxo da atmosfera voltada à vida marítima, que a cada dia alargava mais seus horizontes aos novos conhecimentos geográficos. Foi, porém, na Espanha, que suas idéias encontraram o substrato cultural idóneo, a fim de que pudessem ganhar a definitiva maturidade.

A Espanha, mais que Portugal, propiciou a Colombo o ambiente sonhado por sua extremada religiosidade, beirando as raías do misticismo.

Em contraposição à Itália e à França renascentistas, Portugal e Espanha debatiam-se, ainda, nas trevas do medievalismo, às voltas com seus santos e cavaleiros andantes. Sob esse aspecto, o devotamento religioso dos reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão, serviu de estímulo ao místico genovês, impulsionando-o para o ambiente monástico do Mosteiro de la Rábida.

Os anos vividos por Colombo em solo espanhol (1485 a 1492), tornaram-se mais inteligíveis, aos historiadores, após publicação do livro **Cristóbal Colón - Siete Años Decisivos de su Vida**, de autoria de J. Manzano y Manzano, em 1964. Através dessa obra, a trajetória Colombiana em território espanhol é pesquisada mediante depoimentos de habitantes de palos, que acompanharam Colombo em sua aventura oceânica e também da reconstituição do itinerário dos reis católicos, conservado intacto.

O Mosteiro franciscano de la Rábida ficava à pequena distância de Palos. De acordo com os escritos de Manzano y Manzano, o genovês freqüentou, com assiduidade, o Mosteiro de la Rábida, durante aqueles sete decisivos anos de permanência em solo espanhol.

Sua visita inicial deu-se em 1485 e constituiu um dos acasos felizes para seu projeto de navegação; fora apresentado ao frei Antonio de Marchena - personagem que viria a constituir-se em figura importante para a história do Descobrimento da América. Homem culto e versado em Cosmografia, Antonio de Marchena compreendeu a genialidade contida no projeto de Colombo e se empenhou por todos os modos possíveis, a fim de que o aludido projeto fosse levado às melhores conseqüências.

Tendo percebido a contradição existente entre a grandiosidade do projeto do descobrimento e as modestas premissas da cultura autodidática de Colombo, Antonio de Marchena se dispôs a orientá-lo na aquisição de maior e melhor conhecimento. Aconselhou-o a que tomasse nota de diversos livros, indispensáveis ao seu aprimoramento intelectual e necessários, inclusive, para impor um pouco de cientificidade a seu grandioso projeto.

Dentre as obras recomendadas, duas passaram a constituir o que Colombo definiria como "suas leituras básicas": o **Imago Mundi** e a **História Rerum Ubique Gestarum**. O **Imago Mundi** era de autoria de Pièrre D'Ailli(1350 a 1420), Cardeal francês, antigo Reitor da Universidade de Paris e um dos Chefes do Concílio de Pisa e de Constanza. Sua obra continha citações da sabedoria greco-latina e enfatizava a visão geográfica dos gregos.

Através dessa leitura, Colombo tomou conhecimento de Platão, Aristóteles, Teofrasto, Cícero, Estrabão, Sêneca, Pompônio Mela... De todas essas leituras do genovês tem-se registro através das anotações nas margens das respectivas obras, constantes da Biblioteca Colombina, em Sevilha. O autor da **História Rerum Ubique Gestarum**, foi o Cardeal Enea Silvio Piccolomini e Papa Pio II (1405 a 1464). Piccolomini escreveu uma obra religiosa e histórica. Seu livro continha uma das leituras prediletas de Colombo, pois informava sobre a China, fazendo referências à província de Catay, na China do Norte e também a um príncipe chamado Grão - Khan - velha obsessão de Cristóvão Colombo.

Também a leitura da extensa **História Natural**, de Plínio, escrita no Século I d.C., deve ter sido produto de recomendação de frei Antonio de Marchena

Além dessas obras, Colombo lera também, o **Almanaque Perpétuo**, de Abraão Zacuto, **As Maravilhas do Mundo**, de Marco Polo e, logicamente, **A Bíblia** - objeto primordial de sua devoção e lida sob a ótica, provável , de Santo Agostinho e de outros doutores da Igreja.

O famoso astrônomo e geógrafo Cláudio Ptolomeu, pertencente à Escola de Alexandria (Século I d.C.), deve ter chegado a Colombo através das páginas do **Imago Mundi**. A tradução árabe de sua obra **O Almagesto**, só alcançou a Europa em 1478, em versão latina. O exemplar existente na Biblioteca Colombina, de Sevilha, não contém anotações em suas páginas ou margens.

Após curta estada em Palos e En La Rábida, Colombo procurou aproximar-se da Corte Real, na cidade de Córdoba. Ali iria encontrar diversos conterrâneos, a exemplo dos representantes das famílias Dorea, Pinello, Centurione e Spinola. Chegara a trabalhar, por diversos anos, em embarcações de alguns desses armadores.

Na cidade, viria a conhecer ainda, outros conterrâneos de nível social mais modesto, dentre eles, os irmãos Esbarroya: Luciano e Leonardo eram farmacêuticos e Esteban, comerciante.

Por intermédio desses novos amigos, travaria conhecimento com Rodrigo de Arana, a quem tinha sido confiada a tutela de Beatriz - filha de sua prima Ana Nuñez de Arana e do agricultor Pedro de Torquemada, ambos já falecidos.

Beatriz Enriques de Arana possuía juventude, beleza e alguns refinamentos, para os padrões de então; era instruída acima do nível comum às demais jovens de sua idade. Embora plebéia, por origem, sua família era abastada e de boa representatividade social.

AS MULHERES NA VIDA DE COLOMBO

O conhecimento entre Colombo e Beatriz, originou-se das visitas à residência do amigo Rodrigo de Arana - primo e tutor dela. Com a regularidade das visitas, o romance evoluiu para um relacionamento mais estreito, através do convívio amoroso, dando ensejo a que Beatriz se revelasse companheira diletta e prestimosa.

Pródiga em atenções, tomou a si o encargo de enternecer a alma do companheiro, talvez para compensá-lo pelos muitos dissabores advindos de sua idéia obsessiva de alargar as fronteiras do mundo.

O nascimento de Fernando, em 05 de agosto de 1488, além de coroar-lhe o ideal de mãe, prodigalizou-lhe a determinação de estender ao corpo de Colombo, os desvelos que até então lhe reservara à alma: passou a sustentá-lo, *in totum*, ao ser-lhe retirada a pensão concedida pelo Duque de Medinaceli.

Amando a Deus sobre todas as coisas e também ao ideal de expandir as fronteiras do mundo, em busca de fortuna e afirmação, Colombo deixava entrever, por sob a mística aparência, o vazio estrutural para qualquer outra virtude ou disposição afetiva. Embora amado pelas mulheres, não reservara, no coração, lugar para a reciprocidade amorosa.

Alguns biógrafos chegaram a interpretar essa indiferença afetiva como *racionalidade no amor*, esquecidos, talvez, de que a paixão amorosa se constitui no mais irracional dos sentimentos humanos.

A propalada *racionalidade amorosa* de Colombo, talvez melhor se expresse pela simples observação da independência sentimental que ele sempre manteve em relação às mulheres de sua vida, usando-as em proveito de suas ambições pessoais, ao invés de amá-las. Apreciado sob essa ótica, Colombo foi, de fato, bem sucedido com as mulheres.

Sua biografia pessoal registra um casamento, uma prolongada coabitação, em regime de concubinato, além de alguns relacionamentos amorosos fortuitos. Como denominador comum a todos eles, a contribuição *sentimental* de Colombo restringiu-se ao imediatismo por vantagens políticas ou pecuniárias. Foi assim com Felipa de Moniz, a quem desposou em atenção à sua origem nobre e às suas boas relações palacianas, que utilizou, a fim de apresentar seu projeto de navegação à Corte portuguesa.

Seu comportamento para com a jovem Beatriz Enriques foi indigno e hipócrita: ilaqueando-lhe a boa fé, manteve com ela ilícita relação marital. Por anos a fio, numa vida-em-pecado - acintosamente hipócrita aos preceitos religiosos da Igreja, da qual se dizia fiel servidor e adepto fervoroso.

Mesmo após nascer-lhes o filho Fernando, recusou casar-se com Beatriz - a bondosa mulher que lhe sustentara os anseios da alma e as premências do corpo.

A história também registra o nome de outra Beatriz - a Marquesa de Moya, como favorecida pelas atenções de Colombo. Em verdade, foi ela quem o favoreceu ... e muito.

Chamava-se Beatriz de Bobadilla e era espôsa do governador das Ilhas Canárias. A rainha Isabel a tinha na consideração de amiga íntima.

Por ocasião do financiamento da primeira viagem de Colombo, a rainha veio a saber de sua vida em concubinato e, moralista que era, sentiu-se escandalizada. Prontamente acorreram o abade Juan Peres e a Marquesa de Bobadilla, lado a lado junto de Isabel, a fim de convencerem-na de que o navegador já dera termo à vida-em-pecado com (a outra) Beatriz.

A Marquesa de Moya chegou a convencer seu marido - prestigioso Conselheiro da Corte espanhola, a apoiar o projeto de Colombo.

Devotado a seu ideal de desbravador dos mares, Colombo prosseguiu em sua faina, logrando chegar à presença dos reis católicos no dia 20 de janeiro de 1486, no Palácio Arquiepiscopal de Alcalá de Henares. Foi um encontro interlocutório, ao fim do qual, os soberanos passaram o projeto de Colombo a uma Junta presidida por Fernando de Talavera - influente personagem da Corte. Além de Talavera, Rodrigo Maldonado e Andrés de Villalón, dentre outros membros da Corte - literatos, cientistas e homens do mar, cujos nomes a história não registrou.

Essa *Junta de Sábios* reuniu-se ainda por outras vezes, entre novembro de 1489 e a primavera de 1490, sempre acompanhando os deslocamentos da Corte Real e seguida também por Colombo.

Em seu parecer final, a Junta concluiu pela recusa ao Projeto de Colombo, considerando-o "absurdo e contrário ao bom senso". Os argumentos usados para a recusa assemelham-se aos dos portugueses, em 1484. Apesar dessa derrota, Colombo não esmoreceu em sua obstinação, mesmo porque percebera alguns pontos de apoio às suas idéias, entre os membros da Corte espanhola. Após essa tentativa, escreveu a seu irmão Bartolomeu, em Lisboa, encarregando-o de tentar a apresentação de seu projeto aos soberanos da França e da Inglaterra.

Retornando à la Rábida, em 1491, teve oportunidade de conhecer o abade Juan Peres, que havia sido confessor de Isabel e que estivera a seu serviço, durante a juventude, no *Escritório dos Contadores* (depoimento da época, prestado pelo médico Garcia Fernandes, corroborado pelo prefeito de Palos, no transcurso de reunião em la Rábida, de 1491, na qual também participara Juan Peres e Antonio de Marchena.

Logo após reunirem-se, o abade Juan Peres escreveu à rainha, suplicando-lhe que o recebesse e também a Cristóvão Colombo, no acampamento Real, em Santa Fé, junto aos muros de Granada.

Quinze dias mais tarde, Colombo foi convidado a comparecer ao Quartel-General, em Santa Fé. Nessa ocasião, enviaram-lhe dinheiro, para despesas. Em agosto de 1491, mais uma vez Colombo expôs seu plano, no Quartel-General e mais uma vez começou a esperar pelos resultados da nova Comissão encarregada de estudar o projeto.

Nesse ínterim, findara a guerra, com a conquista de Granada - último reduto mouro em solo espanhol - a 02 de janeiro de 1492. A vitória foi comemorada em toda a Europa, com o repicar de sinos e o espocar de

fogos de artifício. Em Roma, o Papa Inocêncio VIII celebrou missa em ação de graças. Em Londres, Henrique VII, à testa dos Cardeais, em procissão solene, foi à Catedral de São Paulo, e em Granada, Colombo presenciou a entrada triunfal dos soberanos espanhóis.

Apesar do encerramento vitorioso da guerra, Colombo recebeu mais uma recusa. Desta vez, o motivo era conhecido: julgaram excessivas suas exigências: elevação à nobreza, patente de almirante-do-Atlântico, os cargos de governador-geral e vice-governador das terras descobertas, e isto por toda a vida. Para seu primogênito exigiu o direito de propor a nomeação dos funcionários administrativos, nas novas possessões, além de parte ativa nas medidas econômicas e a décima parte de todas as receitas oriundas das novas terras.

Os soberanos consideraram exorbitantes algumas dessas exigências, além de parecer arriscado conceder tantos direitos decisivos a um estrangeiro.

Mais uma vez Colombo recusou-se a negociar uma solução satisfatória. Deixou a Corte desiludido e amargurado. Já se dirigia a Palos, pretendendo embarcar para a França, a fim de apresentar-se ao rei Carlos II, quando foi alcançado por um mensageiro Real.

Discutem-se, até hoje, as razões para essa reviravolta na atitude dos reis católicos para com o plano de Colombo, fazendo com que reconsiderassem a decisão contrária e aceitassem o plano, *in totum*, submetendo-se a todas as imposições do genovês.

A razão mais plausível para essa mudança de atitude, parece ligada às ponderações de Luiz de Santangel - Ministro das Finanças dos Reis Católicos. Santangel era um ilustre representante de tradicional família de judeus espanhóis e convertido ao catolicismo. Além de responsável pelas finanças do Governo, ainda representava o ponto de vista do empresariado espanhol. Fez saber a Isabel a conveniência de aceitar a proposta de Colombo.

Portugal já possuía o monopólio das rotas africanas, e outra derrota - no caso da proposta colombiana ser bem sucedida em mãos alheias, poderia ser fatal aos interesses da Espanha.

Tentando suavizar a indignação geral face às petulantes exigências contidas na aludida proposta, Luiz de Santangel temporizou junto à rainha, propondo-lhe, como solução, manter o contrato em segredo. Ponderou, também, a respeito dos supostos exorbitantes ganhos de Colombo, esclarecendo que, só viria a ter acesso a eles, se o plano fosse

bem sucedido, e nesse caso, a maior parte ficaria com a Coroa. A favor da proposta de Colombo ficaram, além de Santangel, os Conselheiros da Coroa Quintanilha e Cabrera, diversos empresários interessados no sucesso da empresa, a exemplo do genovês Francesco Pinello e algumas damas da Corte, como a Marquesa de Moya.

A rapidez na assinatura do acordo foi surpreendente; em 17 de maio de 1492, os reis católicos fizeram um pacto com a Santa Sé, oficializando a expedição de Colombo. Em 30 de maio, o contrato com Colombo já estava assinado.

Luiz de Santangel tomou a seu encargo o financiamento da empresa, utilizando recursos do Governo e também dos comerciantes estrangeiros que operavam na Espanha.: o armador genovês Francesco Pinello financiou a importância de um milhão cento e quarenta mil maravedis. Colombo também contribuiu com meio milhão de maravedis, que tomou por empréstimo ao banqueiro florentino Juanito Berard, que se converteu, mais tarde, em seu administrador, e sócio do também navegador Américo Vespúcio.

Os restantes trezentos e setenta mil maravedis representaram o preço pago pelos habitantes de Palos, aos quais um Decreto Real, de 30 de abril de 1492, ordenou a contribuição através de caravelas armadas e abastecidas com víveres e tudo mais, necessário a uma navegação por sessenta dias, incluindo as respectivas tripulações.

Decreto Real, que impunha aos habitantes de Palos a entrega a Cristóvão Colombo, de duas caravelas abastecidas e com as respectivas tripulações, foi lido, solenemente, na Igreja de San Giorgio, diante das autoridades responsáveis, no dia 23 de maio de 1492.

Conseguir as caravelas foi coisa fácil; as dificuldades ficaram por conta da tarefa de encontrar - em Palos ou na vizinha cidade de Moguer - quem quisesse alistar-se, como tripulante, para uma viagem rumo ao desconhecido e sob o comando de um estrangeiro igualmente desconhecido. Essa grande dificuldade foi contornada, graças ao auxílio dos irmãos Pinzón.

Martin Alonso Pinzón era o mais velho dos três irmãos Pinzón e também o mais acreditado dos membros da rica família de armadores do vale dos rios Tinto/Odiel. Possuía grande experiência em viagens marítimas pelas rotas tradicionais da Andaluzia, viajando para Lisboa e para as Canárias. Antes da viagem acompanhando Colombo, ainda navegaria a Roma, para entregar um carregamento de sardinhas.

Por acreditar na viabilidade do projeto de Colombo, Martin Alonso Pinzón empregou sua grande influência para induzir seus concidadãos a participar da expedição. Conseguiu preencher todas as vagas para tripulantes; no entanto, a história deixou de registrar o número total dos participantes dessa grande epopéia, com exceção de oitenta e sete marinheiros, dentre eles, um português, três italianos e os demais, espanhóis.

Martin Alonso Pinzón foi designado para comandar a caravela *Pinta*, enquanto que a seu irmão Vicente Yañez caberia o comando da *Niña*.

A terceira e última embarcação foi conseguida no porto de Santa Maria, pertencente ao Duque de Medinaceli. Chamava-se, originariamente, Gallega, mas, para a viagem, foi batizada como *Santa Maria* e era de propriedade de Juan de La Cosa, que participou da viagem, na condição de seu segundo comandante.

A *Santa Maria* era uma nau bem maior, mais larga e pesada que as demais, e por isso foi escolhida como embarcação capitânia e nela Colombo pendurou sua insígnia de almirante.

A D E S C O B E R T A D A A M É R I C A

A PRIMEIRA VIAGEM AO NOVO MUNDO

Ao raiar da aurora, na madrugada de 03 de agosto de 1492, a pequena frota largou as amarras do porto de Palos e se deixou levar pela maré, passando junto do Mosteiro de la Rábida, onde os monges cantavam *Deo patri sit gloria*. Após transporem as embocaduras dos rios Tinto e Odiel, as três embarcações singraram a barra, com suas brancas velas enfunadas à brisa da manhã, ostentando a *Cruz de Cristo* impressa em vermelho.

A genialidade do projeto de navegação de Colombo começa a fazer sentido, a partir do momento em que se percebe a adoção de um roteiro simples, mas elaborado para satisfazer algumas condições consideradas essenciais à segurança dos navegantes, no transcorrer do percurso.

Como primeiro requisito indispensável ao sucesso da viagem, foi indicada uma escala técnica, nas Ilhas Canárias. Durante o tempo de convívio com os navegadores portugueses, Colombo observara sua preocupação em utilizar o Arquipélago da Madeira - como escala técnica para as viagens de longo curso.

A escala da frota de Colombo, nas Canárias estendeu-se de 09 de agosto a 06 de setembro e atendeu a diversos requisitos de segurança: a) inspecionar o estado dos barcos, após um período de permanência suficientemente longo no mar; b) reparar o timão da caravela *Pinta*, que se havia soltado das dobradiças; c) trocar o velame da *Pinta*, igualando-a aos outros barcos. Essa caravela, até então, estava guarnecida com velas latinas, triangulares, à semelhança das caravelas portuguesas. No entanto, o plano de Colombo demandava a utilização de velas quadradas, para aquela viagem. O genovês pretendia tirar o máximo proveito do regime de ventos e das correntes marítimas que encontrariam, no roteiro Oeste, após a saída das Canárias. Durante os anos em que vivera no Arquipélago da Madeira, Colombo ganhara familiaridade com os ventos alísios de Nordeste e com a corrente marítima (hoje identificada como Corrente Equatorial do Norte) da região, ambos capazes de impulsionar as embarcações no sentido Leste/Oeste. Sua preferência pelo velame quadrado obedeceu, portanto, a essas razões puramente técnicas, dada a necessidade de navegar sob marchas fracas e muito fracas, sobre o Paralelo de 28 graus Norte.

Outra condição considerada essencial, no plano de navegação de Colombo, idealizava o roteiro por sobre o Paralelo de 28 graus Norte - o Paralelo das Canárias - como condição imprescindível para o cruzamento do Atlântico, na direção Leste/Oeste. Assim pensando, tomou o Paralelo das Canárias como ponto de referência, bastando-lhe, para isso, uma bússola, embora dispusesse de outros instrumentos de navegação, a exemplo do astrolábio, do quadrante e do *Roteiro-Calendário*, presenteado pelo rei João II; o último requisito essencial para o prosseguimento da viagem, consistiu no reaprovisionamento dos gêneros alimentícios e da água potável.

De acordo com o plano de navegação proposto por Toscanelli, atingir-se-ia a China Meridional, desde que a navegação se fizesse sempre sobre o paralelo de 28 graus Norte.

A 8 de setembro a frota tomou a formação em linha reta, no roteiro Oeste e rumou para a ilha La Gomera, sempre seguindo o Paralelo de 28 graus Norte.

No quarto dia de viagem, Colombo registrou no *Diário de Bordo*: " avançamos 60 milhas marítimas. Resolvi registrar menos, para que meus homens não perdessem a coragem, caso a viagem tivesse muito longa duração.

Em 01 de outubro, ele anotou que haviam avançado 2828 milhas, mas para a tripulação falou apenas, de 2336 milhas.

A 10 de outubro, consta no *Diário*: "... nesta data, meus homens se queixaram da longa duração da viagem, que lhes parecia intolerável. Eu, porém, soube estimulá-los o melhor que pude, falando-lhes sobre os lucros que, em breve, poderiam obter. Acrescentei que seria inútil discutir, pois eu estava decidido a chegar à Índia, e com a ajuda de Deus, continuar a viagem".

Dois dias mais tarde, após setenta dias da saída de Palos, alcançaram terra; chegaram a uma das ilhas Baamas - hoje, ilha Watling, nas Pequenas Antilhas - a que Colombo deu o nome de San Salvador.

Convencido de haver atingido seu objetivo - a Índia - fixou o grande momento em seu *Diário de Bordo*, em 12 de Outubro de 1492: "...às duas da manhã foi avistada terra, da qual estávamos distanciados cerca de oito milhas marítimas. Recolhemos todas as velas, com exceção de uma grande. Paramos, esperando raiar o dia - uma sexta feira, quando chegamos a uma ilha...lá, logo avistamos nativos nus. Acompanhado por Marin Alonso Pinzón, seu irmão Vicente Yañes - capitão da Nina, fui à terra num bote munido de armas. Lá, desdobrei a bandeira Real... imediatamente, acercaram-se numerosos nativos. Reconhecendo que se tratava de gente que poderia ser salva e convertida á nossa fé muito mais pelo amor, do que pela espada, pensei torná-los meus amigos. Dei a alguns deles gorros vermelhos, colares de vidro e outras coisinhas de pouco valor, pelo que se mostraram extremamente satisfeitos. Tornaram-se tão bons amigos, que ficamos bastante alegres. Alcançaram nossos navios a nado e nos trouxeram papagaios, novelos de fios de algodão, lanças compridas e muitas outras coisas, que trocavam pelo que nós lhes dávamos, como contas de vidro e sininhos. Tomaram e deram tudo de coração. A mim, porém, me pareceu que sofressem necessidade de todas as coisas.

Andavam nus por aí, como Deus os criou, tanto homens como mulheres, uma delas sendo muito nova ainda. Todos aqueles que eu vi eram muito jovens, pois não vi ninguém que tivesse mais de trinta anos de idade. Todos estão bem crescidos, têm o corpo bonito e rostos de traços agradáveis. Têm o cabelo denso e duro, tal e qual rabos de cavalo. Alguns se pintam com tintas cinzentas (assemelham-se aos habitantes das Ilhas Canárias, cuja cor da pele não é preta nem branca); outros por sua vez, pintam-se de vermelho, branco ou outra cor. Alguns passam a tinta no rosto, apenas, ou em volta dos olhos ou nariz; outros pintam o corpo todo. Não usam armas, nem as conhecem. Mostrei-lhes as espadas e, por ignorância, as pegavam pelo gume, cortando-se..."

Já no dia seguinte começou a procura de ouro. Consta no *Diário de bordo*: "Observei tudo com a maior atenção e tratei de descobrir se nessa região existe ouro. Observei que alguns dos nativos tinham o nariz furado, onde haviam introduzido um pedaço de ouro..."

Colombo viajou de uma ilha a outra; descobriu Cuba e depois o Haiti. O que os homens recebiam mediante troca por ouro, não era, contudo, de grande monta. Obviamente, ainda não haviam atingido a terra da "origem do ouro". Além da busca do ouro, Colombo também sonhava com a difusão do cristianismo, na conversão daquele povo primitivo.

No dia de Natal ocorreu um acidente: a nau Santa Maria penetrou num baixio e começou a fazer água. Não pôde ser salva. Com auxílio do cacique índio Guacanagari e dos componentes de sua tribo, ninguém perdeu a vida e quase toda a carga pôde ser salva. Mas já não seria possível levar todos os homens de volta à Espanha, pois a caravela *Pinta* havia-se tornado autônoma e além disso, a *Niña* não comportava todos aqueles naufragos. Resolveu-se então, fundar uma colônia na ilha de *Paso del Vento*, nas terras do cacique Guacanagari. Ali ficaram trinta e nove tripulantes, sob a chefia de Diego de Arana - primo de Beatriz, além de um médico, um intérprete, um carpinteiro e um alfaiate. À nova colônia foi dado o nome de *Navidad*.

Colombo regressou de sua primeira viagem no dia 04 de janeiro de 1493, a bordo da *Niña*. Após dois dias de viagem, durante a passagem pelo promontório Montecristo - na costa do *Haiti*, alegrou-se por encontrar a caravela *Pinta* e aparentou cordial acolhida a Martin Alonso Pinzón, dissimulando o constrangimento por sua deserção.

O roteiro para a viagem de volta também fora previamente escolhido por Colombo, que observara o regime de ventos no Atlântico centro-setentrional. Os ventos com que iria defrontar-se, nas Latitudes de 36 e 37 graus Norte - os chamados *ventos ocidentais* - eram intensos, frios e inconstantes e, por isso, favoráveis à navegação, embora gerados pelas perturbações atmosféricas das médias Latitudes.

Em razão disso, a viagem de regresso se processou sob mau tempo, açoitada por borrascas de diferentes gradações, a partir de 12 de fevereiro de 1493, quando as duas caravelas penetraram num campo tempestuoso - um ciclone - cujo centro situava-se ao norte dos Açores. Apanhadas por fortísimos de Leste e Sudeste, as embarcações desgovernadas, seguiram rumos aleatórios ao roteiro preestabelecido; tendo a caravela comandada por Pinzón derivado no rumo Nordeste, indo atracar na Galícia.

Temendo o naufrágio e a perda da oportunidade de comunicar o sucesso da empresa aos reis católicos, Colombo redigiu breve relatório em um pergaminho e rapidamente, transcreveu os fatos mais relevantes no *Diário de bordo*. Envolvendo o relatório em tela encerada, introduziu-o em um barril, ordenado que fosse atirado ao mar. Vencida a tormenta, a *Niña* avistou, a 15 de fevereiro, a ilha de Santa Maria - no arquipélago dos Açores. Em regozijo pelo quase milagroso salvamento, Colombo ordenou que metade da tripulação fosse, em mangas-de-camisa, peregrinar ao santuário mariano, em sinal de agradecimento.

Ocorreu, então, um episódio grotesco: o comandante português da guarnição da ilha, efetuou a prisão dos desembarcados, supondo que estivessem regressando de viagem às costas africanas, o que não era permitido aos espanhóis, em consequência do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479/1480). Após parlamentarem, o equívoco foi desfeito e a viagem pôde continuar.

Já próximos da Península Ibérica, , na noite de 02 de março, a *Niña* entrou em nova tempestade e ainda sob vento forte e mar agitado, avistaram terra, na manhã do dia 04: era o Cabo de Roca, em Portugal.

Colombo decidiu aproximar-se da costa e tentar a difícil manobra de penetrar a foz do rio Tejo - decisão ditada pela contingência da agitação do mar, mas que deu lugar às piores especulações, envolvendo o navegador genovês e a Corte portuguesa.

Tão logo aportara a Lisboa e depois de investigado pela Guarda-Marinha, Colombo foi saudado, ainda a bordo, pelo também célebre navegador português Bartolomeu Dias - o primeiro a contornar o Cabo da Boa Esperança, em 1487.

Cinco dias após sua chegada, teve entrevista com o rei D. João II e hospedou-se, por dois dias, em palácio, ocasião em que se dirigiu a um Convento, para saudar a rainha Da. Leonor. No dia 13 de março embarcou para a Espanha, tendo aportado em Palos, a 15 de março de 1493.

Martin Alonso Pinzón chegara nesse mesmo dia, porém, um pouco mais tarde. Da Galícia, onde primeiro aportara, pedira audiência aos reis. Em troca, foi determinado que deveria apresentar-se juntamente com Colombo. Frustrado, talvez pela recusa, encaminhou-se à sua casa de campo, nas imediações de Palos, onde veio a morrer, cinco dias depois.

A 31 de março de 1493 - domingo de Ramos, Colombo entrou triunfalmente em Sevilha e dali encaminhou-se a Barcelona, para a Corte Real; admirado e aclamado durante todo o percurso. Acompanhavam-no,

nesse desfile delirante, seis índios, portando coloridos papagaios em gaiolas; máscaras de ouro, dardos de arremesso...

Ao aproximar-se de Barcelona, foi recebido pela Corte e pela população da cidade, que se aglomerara nas imediações do Palácio Real.

Na sala Real, onde o casal de reis o esperava, ajoelhou-se ante Isabel e Fernando, que se levantaram, convidando-o a sentar-se ao seu lado. Fora, talvez, o seu grande dia de glória. Nunca mais tornaria a receber tantas honrarias: foi tornado nobre, vice-rei e governador das ilhas descobertas.

Mais três vezes Colombo retornou ao Novo Mundo, chegando a tocar o Continente Americano em sua última viagem. Porém, jamais demonstrou haver descoberto um novo Continente.

A idéia da descoberta do Continente Americano só surgiu em 1503, quando o navegador Américo Vesúcio realizou uma viagem ao longo da costa sul americana e o geógrafo e matemático alemão Martin Waldseemüller, em seu mapa, denominou *América* ao Novo Mundo, em homenagem ao navegador florentino.

Isso porém, não diminui o mérito de Cristóvão Colombo, como também o fato comprovado, de haver sido o Continente Americano atingido pelos Vikings Leif Ericson e Bjarni - ambos da Groenlândia - no Ano 1003 d.C, ao Norte, na região do rio São Lourenço.

Em 1957, o livreiro-antiquário Lawrence Whipten, de New Haven, folheando velho manuscrito de um monge polonês, deparou-se com o que, anos mais tarde, ficaria conhecido como "a mais sensacional descoberta cartográfica do Século XX".

Dentre as vinte e uma páginas do manuscrito, achava-se um mapa, em pergaminho, medindo 28X41 cm. Sobre o pergaminho, desenhado em tinta marrom, estava delineado o mundo conhecido, no Século XV: Europa, África do Norte e a Ásia (desenhada em vagos contornos). Esse mapa mostra uma ilha maior, desenhada a Noroeste: *Vinland* (terra do vinho.).

Acima do contorno da *Vinland*, existe uma inscrição, onde se lê: " Pela vontade de Deus, após uma longa viagem, a partir da ilha *Groenlândia*, para o Sul, até às partes mais afastadas do Oceano Ocidental, continuando a velejar em meio ao gelo, os companheiros Bjarni e Leif Ericson descobriram uma nova terra, extraordinariamente fértil e até cheia de vinhas; chamaram-na de *Vinland*."

Os cientistas do *Museu Britânico* e da *Universidade de Yale*, após anos de pesquisas, concluíram, em 1965, pela autenticidade do mapa.

Quanto ao manuscrito de vinte e uma páginas, trata-se de uma versão do relatório do monge franciscano João de Carpini, sobre sua viagem 'a Mongólia, entre os anos de 1245 e 1247, em companhia do padre polonês Benedito, quando entregaram ao Grão-Khan Kuiuik, às margens do lago Baikal, mensagem do Papa Inocêncio IV.

Presume-se que, tanto o mapa, quanto os manuscritos, tenham sido feitos por ocasião de um Concílio realizado em Basileia, entre 1431 e 1449.

A SEGUNDA VIAGEM DE COLOMBO

Após a descoberta do Novo Mundo, Colombo ainda realizou mais três viagens às terras descobertas.

Da segunda viagem participaram dezessete embarcações e mil e duzentos homens. Sob autorização dos reis católicos e aclamação geral do povo, essa expedição partiu de *Cádiz*, em 25 de setembro de 1493.

Embora tivesse tornado conhecidas as Antilhas e descoberto a Jamaica, frustrara, no entanto, as boas expectativas da Corte espanhola. Novas terras foram anexadas ao reino espanhol, porém, permaneceram inalcançadas as incalculáveis riquezas das narrativas de Marco Polo e das promessas de Colombo.

Nesta viagem defrontar-se-iam com alguns aspectos inusitados das terras recém-descobertas: ao desembarcarem em uma ilha, a que denominaram Guadalupe, encontraram os primeiros índios antropófagos. Pertenciam ao grupo dos Caribes e eram muito mais agressivos que os Arauchi, da viagem anterior.

Desagradável surpresa aguardava os expedicionários, ao desembarcarem em Navidad, em 27 de novembro de 1493: o Forte, construído sob a supervisão de Diego de Arana, estava desabitado e apresentava vestígios de saque e incêndio. Colocado o cacique Guacanagari em confissão, admitiu que nada pudera fazer ante a invasão de índios procedentes de outras ilhas. Haviam invadido o Forte e massacrado seus ocupantes. Mesmo duvidando da lealdade de Guacanagari, Colombo contemporizou, opondo-se ao revide que os espanhóis pretendiam tomar contra sua tribo; na esperança de continuar mantendo o bom relacionamento com indígenas.

Há muito que a insatisfação dos nativos vinha crescendo ante a presença invasiva dos espanhóis, no Haiti. A guerra não poderia ser evitada,

era só uma questão de tempo. Após diversos combates de pouca monta, a batalha final ocorreu em 27 de março de 1495, em uma planície denominada *Vega Real*. Duzentos espanhóis, utilizando vinte cavalos e igual número de ferozes cães de grande porte, dividiram-se em três patrulhas, comandadas respectivamente por Colombo, Bartolomeu e Alonso de Ojeda.

Alcançaram grande vitória sobre diversas tribos confederadas e os índios sobreviventes do massacre, foram reduzidos à escravidão e sujeitos ao pagamento de pesados tributos.

Sendo muito dispendiosas as viagens para abastecimento das colônias, Colombo resolveu utilizar um expediente capaz de reduzir os custos para a Metrópole, adotando o mesmo procedimento dos traficantes portugueses na Guiné: ordenou que fossem os prisioneiros índios amontoados nos porões dos navios e enviados à Espanha, como "frete de ida". Miguel de Cuneo - cronista da Segunda Viagem - registrou o comentário que se segue: "... reunimos em nosso acampamento 1.600 pessoas, machos e fêmeas desses índios, dos quais embarcamos em nossas caravelas, em 17 de fevereiro de 1495, 550 almas - entre os melhores machos e fêmeas ". Segundo ainda, as palavras de Cuneo: "... uns 200 dos índios morreram, creio que por causa do ar ao qual não estavam habituados. Foram jogados no mar. Desembarcamos todos os escravos, a metade deles doente ".

Não poderia ter sido pior, entre a população de Sevilha, a impressão causada pelo deplorável estado em que se encontravam essas vítimas dos "métodos de colonização" preconizados por Colombo. A própria rainha Isabel teria exclamado: "... Quem autorizou meu almirante a dispor dessa maneira, de meus súditos? ". Evidentemente, aqueles índios não eram canibais, a quem o direito cristão permitia tratar como escravos.

Colombo regressou em 11 de junho de 1496 e conseguiu justificar-se desses desmandos, perante a Corte; mas não evitou os comentários de seus homens, ante o fracasso da expedição: " O lugar onde haviam desembarcado, nada tinha daquele 'Paraíso Terreal', que Colombo pintara, entusiasticamente, ao regressar de sua primeira viagem ". Muitos desses tripulantes apresentaram suas queixas pessoalmente aos reis católicos.

A TERCEIRA VIAGEM DE COLOMBO

Colombo partiu do porto de Sanlúcar de Barrameda, em 30° de maio de 1498, comandando uma frota de seis barcos, divididos em dois

grupos. Tomaram direções diferentes e em 31 de julho, o grupo de Colombo avistou a ilha de Trinidad, quase na foz do rio Orinoco, onde Colombo, por primeira vez, desembarcou em terra sul americana.. Seguindo para Santo Domingo (Haiti), na ilha de Hispaniola, o almirante defrontou-se com situação conturbadíssima: estava iminente a guerra civil, entre os colonos. Essas más notícias logo alcançaram a Metrópole e Colombo foi destituído do título de governador geral das Índias.

O novo ocupante do cargo - Francisco de Bobadilla - prendeu Colombo e seu irmão Bartolomeu, e os enviou - acorrentados- de retorno à Espanha. Em outubro de 1500, desembarcaram em Cádiz e permaneceram detidos por seis semanas, antes que os reis libertassem-nos.

Após isso, Colombo perdeu as prerrogativas de Vice-rei e de Governador, conservando somente o título de almirante do mar-oceano.

A QUARTA E ÚLTIMA VIAGEM DE COLOMBO

A última viagem de Colombo teve início em maio de 1502. Adoentado e demonstrando sinais de fadiga, o almirante aparentava idade muito superior aos seus cinquenta e um anos.

A viagem foi realizada em quatro embarcações leves e de menor custo. Após explorar, novamente, as Antilhas e atingir a costa do Panamá, Colombo regressou à Espanha, aportando em Sanlúcar de Barrameda, em 07 de novembro de 1504.

Com a morte de Isabel, em 26 de novembro de 1504, extinguiu-se o que ainda restara do antigo prestígio de Colombo. Esse desprestígio político, contudo, não lhe acarretou dificuldades econômicas; seus últimos anos de vida foram passados na abundância, contrariando a lenda de que morrera na miséria.

Suas cotas de lucro não lhe foram negadas; porém, obstinado em reaver o título e o cargo, que lhe foram retirados, recusou, em maio de 1505, a oferta do rei, em legar-lhe e a seus herdeiros, um lucrativo condado em Castela. Sua resposta ao monarca, levava a marca registrada da petulância dos anos de prestígio:..." ou tudo, ou nada! "

Sem sequer suspeitar do término do seu papel perante a Corte espanhola, Colombo continuou a segui-la em seus deslocamentos através das diversas províncias. Reivindicava todos aqueles direitos constantes do contrato assinado antes da primeira viagem. Sua obstinação foi recompensada, embora ele próprio não mais pudesse desfrutar dos resultados. A morte, finalmente, o alcançaria no dia 20 de maio de 1506, na cidade espanhola de *Valladolid*.

Morrera esquecido; muito poucos notaram-lhe o falecimento. Até mesmo o principal jornal da cidade - o *Cronicon de Valladolid* - que costumava registrar os fatos mais corriqueiros, ignorara-lhe o passamento. E não foi só a cidade a ignorar-lhe a morte; a Corte Real também não tomou conhecimento dela, aliviada talvez, da presença incômoda de Colombo, sempre a pleitear direitos, perante a Justiça.

A 19 de maio de 1506 - véspera de sua morte - recebera a visita de Pedro de Hinojedo - notário público e escrivão da Câmara Real e de Província e Chancelaria de Suas Majestades, para retificar e aprovar o testamento feito em 25 de agosto de 1505.

Além de seus dois filhos e irmãos, de alguns frades franciscanos, de dois antigos companheiros de viagem, bem como de seus criados, mais ninguém assistiu aos seus últimos momentos.

Não havia mulheres em suas exéquias. Baixou à sepultura no Convento dos Franciscanos, de *Valladolid*. Mais tarde, em 1513, seus despojos foram trasladados para o Convento de Santa Maria de las Cuevas, em *Sevilha* e daí para a Catedral de Santo Domingo, em *Hispaniola* - *Haiti* - em 1540 (ou 1549), atendendo a desejo expresso do almirante.

Em 1796, com o advento do domínio francês no *Haiti*, o almirante Gabriel de Aristizabal levou os ossos de Colombo para *Cuba*, onde foram solenemente sepultados, na Catedral de *Havana*, em 19 de janeiro de 1796.

Morto Colombo, seu filho Diego recebeu a patente de almirante e, três anos mais tarde, tornou-se governador de *Hispaniola*.

Ao desembarcar em Santo Domingo - na qualidade de vice-rei, um irmão de Beatriz Enriques, chamado Pedro de Arana, fazia parte de sua Comitiva governamental. Ainda sobre a participação de Beatriz Enriques na vida aventureira de Colombo, convém transcrever uma de suas determinações no testamento de 25 de agosto de 1505, na qual solicita a seu primogênito e herdeiro Diego: "... para que tome as providências cabíveis, a fim de que Beatriz Enriques - mãe de Dom Fernando, meu filho, possa viver decentemente, como pessoa a quem tanto devo. E que isso se faça para desengargo de minha consciência, porque muito pesa em minha alma, por motivos que não seria lícito explicar aqui " .

Segundo a historiadora Ilaria Luzzano Caraci, esta foi " .. uma frase bastante sibilina, mas que deixa transparecer profundo remorso. Remorso por não haver casado com a mãe do seu segundo filho, ou por algum outro motivo? " .

Provavelmente por outro motivo, diferente do tratamento dispensado ao coração das mulheres que lhe povoaram a vida amorosa.

As páginas da biografia pessoal de Colombo não fazem referência a qualquer outra participação feminina em sua vida afetiva, após sua ascensão à fama e à fortuna, o que parece confirmar sua independência sentimental em relação às mulheres.

Poder-se-á, com quase certeza, vincular este remorso testamental à sua consciência religiosa, como expiação pelos anos vividos em pecado aqui na Terra.

Para quem, como Colombo, se julgava portador de uma missão divina neste mundo, era chegada a hora de justificar sua vida e seus atos perante Deus. Portanto, aquelas sofridas palavras devem ser levadas à conta de um relato puramente confessional, ao pressentir o fim da caminhada terrena.

Colombo, por certo, estava mais preocupado com sua própria ascensão à vida eterna do que com as premências de Beatriz Enriques. E constrangido também, por ter de admitir, perante o Criador, a quebra da promessa de amá-LO sobre todas as coisas, subordinando-O à paixão pela conquista do mar-oceano e das fronteiras do mundo - seu verdadeiro ideal, sua devoção, sua razão de viver!

BIBLIOGRAFIA

1 - Diários da Descoberta da América - Cristóvão Colombo - L&PM Editores Ltda. Porto Alegre - 1984;

2 - Mecanismos da Conquista Colonial - Ruggiero Romano - Editora Perspectiva S/A. São Paulo - 1973;

3 - A Descoberta da América - Marianni Mahn Lot - Editora Perspectiva S/A. São Paulo - 1984;

4 - Navegantes Italianos - Ilária Luzzana Caraci - Editorial MAPFRE S/A. Madrid - Espanha - 1992;

5 - História da Civilização - Tomo VI - A Reforma - Cap. XIII - Will Durant - Editora Record . Rio de Janeiro - 1959;

6 - Os Enigmas da História - Gerhard Prause - Capítulo II (*Niemand hat Kolumbus ausgelacht*) - Edições Melhoramentos S/A. São Paulo - 1973;

7 - Colombo: Fato e Mito - Júlio José Chiavenato - Editora Brasiliense. 1ª Edição - 1992;

8 - O Português Cristóvão Colombo: Agente Secreto do Rei Dom João II - Augusto Mascarenhas Barreto - Edições Referendo Ltda. 1988 - Amadora - Portugal;

9 - Velas da Esperança - Simon Wisenthal - Editora Imago. 1992 - São Paulo;

10 - História do Brasil - Pedro Calmon - Vol 01 - Cia Editora Nacional. 1939 - São Paulo;

11 - História do Brasil - Luiz Adolfo Varnhagen - Ed. Itatiaia Ltda. 10ª Edição;1981 - Belo Horizonte.

HISTÓRIA DA VILA RUBIM

José Hygino de Oliveira

Assinalam os registros que a cidade de Palha, trecho seguinte à vila Moscoso, ocupado, quase todo, pelo sítio do dr. Leopoldo Cunha, era composta de casas de sapé. Talvez a primeira favela de Vitória. Em junho de 1895, o Governo Municipal, o primeiro da República, que tinha as mesmas atribuições das atuais Câmaras Municipais, sob a presidência de Cleto Nunes, que foi sempre eleito para executar o grande plano de obras municipais do governo Moniz Freire, aprovou a planta do arruamento, nos morros anexos à vila Moscoso, pertencentes à Companhia Torrens. Essa importante empresa chegou assinar um contrato com o Governo Municipal para realizar diversos trabalhos urbanos, inclusive o abastecimento de água à população, dando início a construção dos alicerces do grande reservatório no morro de Santa Clara. A 16 de setembro do mesmo ano, Cleto Nunes propôs então qua a “cidade de palha” se denominasse Vila Rubim, em homenagem ao governador da capitania, de 1812 a 1819, e que deixou nome nas letras e no campo administrativo do Espírito Santo.

Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira desde 5 de outubro de 1812, governava a capitania, nomeada a 12 de junho do mesmo ano, em condições especiais, pois de acordo com o Decreto de 13 de setembro de 1810, a capitania ficara independente da Bahia. Passou o governador a entender-se diretamente com o Governo Geral. A data de 5 de outubro está assegurada pelo ofício dirigido ao Conde de Galveas, no dia 8, pelo próprio governador, que chegava no dia 1º ao Espírito Santo. Sua nomeação foi feita pelo Príncipe Regente, que já estava no Brasil.

Rubim abriu estradas e incentivou o povoamento. Incansável marujo a serviço do Espírito Santo, pagou 16.000\$000, cota estipulada pelo Governo Geral, como contribuição do Espírito Santo para fundação do Banco do Brasil, o primeiro criado no país, pelo alvará de 1º de outubro de 1808, importância apreciável na época. Alguns historiadores distinguem-lhe o merecimento profissional da paixão política. Apresentam-no como digno de benemerência, de princípios sadios, medindo o seu valor pela diferença positiva entre os seus bons e maus atos, durante os sete anos de governo. Enumeram-lhe as realizações na vila da Vitória,

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, da Academia Espírito-Santense de Letras e da Associação Espírito-Santense de Imprensa

e anotam-lhe o saldo credor, muito maior do que os pequenos caprichos temperamentais do militar de gestos amistosos. A capitania de tudo precisava, pois seu antecessor Manoel Vieira de Albuquerque Tovar fizera mau governo: proteção contra os ataques dos índios aos lavradores, que procuravam novas terras incultas; estímulo a agricultura mais rendosa, que não fosse o algodão, milho e farinha de mandioca; abertura de estradas de penetração para o sertão. Entusiasta da instrução pública, funda escolas de ler e contar. Inicia a fundação da povoação de Viana, colonizando o antigo sertão de Santo Agostinho, com trinta casais açorianos que chegam a 13 de fevereiro de 1813, trazidos por Paulo Fernandes Viana, e recebem glebas para desenvolver o antigo Pau Gigante, atual município de Viana, em homenagem ao Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, protetor do Espírito Santo e da colônia, que se fundaria sob seu patrocínio. O problema assistencial o preocupa.

Era necessário construir-se um hospital de caridade porque a Casa de Misericórdia não tinha sede adequada. Instalada na venerável igreja do Rosário, em Vila Velha, transferida depois para Vitória, não teve onde pudesse realizar seus objetivos, não obstante os favores obtidos com o alvará do 1º de julho de 1604, passado por Felipe III, que a equipara à de Lisboa, fundada por D. Leonor de Áustria, que dedicou o fim de sua vida a instituições de caridade. Luís Antonio da Silva, proprietário, associa-se a Alberto Rubim, na nobre tentativa de promover a construção do hospital.

Realizam-se, em 1813, as providências preliminares. Além de promover subscrições entre comerciantes, amigos e parentes no Rio de Janeiro, Luís Antonio da Silva doa uma casa à nova instituição. D. Maria de Oliveira Subtil, acometida de cegueira total quando ainda jovem, além de doar a sua fazenda “Campinho”, concorre ainda com dinheiro para a aquisição de equipamentos e pertences. Inicia-se, então, a construção do hospital no alto da colina fronteira à ilha do Príncipe, porque todo o baixo era constituído de mangue e pontas de mar. O governador Rubim alcança, junto ao Príncipe Regente, o Decreto de 23 de dezembro de 1817, que permite, além da construção, filia-la aos favores e cuidados da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, confirmando-lhe doações e privilégios para “cobrança de taxas sobre vendas de táboas e gêneros alimentícios”. Alberto Rubim fundou escolas e construiu igrejas, lançando ele próprio a pedra fundamental da igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Viana, a 15 de dezembro de 1815. Concedeu sesmarias e dispensou tributos. Abriu estradas ligando o colono ao centro consumidor e organizou a Companhia de Navegação Rio Doce. A vila da Vitória mereceu cuidados especiais em favor dos moradores insulados: os mangais, as fontes de água potável, o aspecto das casas, os cais de atracação de barcos, os

alagadiços do caminho do “porto dos padres” ao hospital em construção, os banhados do Pelames, designação do antigo, adjacente ao convento do Carmo, onde havia um costume que lhe deu o nome Pelames; as lagoas de águas pluviais e pontas de mar do Largo da Conceição, atual praça Costa Pereira, receberam os primeiros lençóis de terra, facilitando a caminhada dos pedestres a pé enxuto. Pequenas calçadas nas ruas da cidade baixa e reparo nos quartéis, igrejas e fortes, foram obras de caráter urbano. Torna obrigatória a limpeza e reconstrução das fachadas. Manda levantar a planta da zona urbana e faz novo censo da população da capitania: 24.587 almas, incluindo-se 12.100 escravos, em 1817. O estudioso Cesar Marques anota: “Embora considerado arbitrário e déspota, por alguns atos cometidos, mas força é confessar que foi ele o que mais trabalhou”.

O historiador Heribaldo Lopes Balestrero, membro da Academia Espírito-Santense de Letras, anota na sua proveitosa pesquisa “o povoamento do Espírito Santo”, pag. 88: “Quanto às funções militares, foi ele o primeiro governador independente que tivemos, tendo encontrado a capitania apenas com seis vilas, inclusive a da capital, e algumas aldeias de pescadores espalhados ao longo da costa, todas na mais completa pobreza”. Válido da Corte, amigo do conde de Linhares, sobrinho de Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral de Polícia do Príncipe Regente, depois D. João VI, cargo equivalente ao de ministro de Estado, Rubim, homem de letras, escreveu “Memória Estatística da Capitania do Espírito Santo”. Realizou intensa propaganda da capitania, atraindo a atenção de cientistas e naturalistas da Europa, despertando-lhes a curiosidade de trilhar as plagas espírito-santenses, alguns deles citados pelo festejado historiador Levy Rocha, em “Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo”.

Alberto Rubim, ao deixar o governo do Espírito Santo, a 23 de dezembro de 1819, foi nomeado para a capitania do Ceará, cujo governo assumiu a 13 de julho de 1820. Ali, sua administração não foi menos vigorosa. É de sua autoria “Memória da Revolução do Ceará”.

Capitão de mar e guerra, da marinha portuguesa, ganhou todos os postos por distinção, no serviço das esquadras lusas no Mediterrâneo, de 1790 a 1799 e na costa da África, quando veio para o Brasil. Nascido em Lisboa a 27 de janeiro de 1768, faleceu a 14 de novembro de 1842, aos 74 anos de idade. Era Comendador da Ordem Militar de Cristo.

Filho da vila Rubim, bairro sumamente poético por suas ruas tortuosas, lembrando no conjunto inspirado trabalho de cenografia, ali passei a minha infância. E só depois de ter lido tudo quanto se escreveu sobre o valoroso cabo de guerra lusitano, compreendi os motivos da homenagem sentimental que em nome de Vitória lhe tributou Cleto Nunes, que depois brilharia como deputado federal e senador da República.

A IMIGRAÇÃO GREGA NO ESPÍRITO SANTO.

Regina Menezes Loureiro
Carmen Déa Gonçalves Frattini

Os primeiros imigrantes gregos que chegaram à terra capixaba vieram por iniciativa própria.

Compravam sua passagem e aqui chegando eram contratados pelo governo para trabalharem na construção de portos e na indústria siderúrgica.

Segundo registros no órgão de comunicação da comunidade Helênica do Espírito Santo, em 1920, alguns gregos se estabeleceram espontaneamente no Espírito Santo. Estes cidadãos foram: *Gerássimos Mazarakis* natural de Cefalônia; *Constantino* “O fotógrafo” que trabalhou muitos anos com um equipamento lambe lambe estabelecido no Parque Moscoso; *Antonio* “O mergulhador” que no período entre 1920 e 1930 prestou serviços nas obras de construção da ponte Florentino Avidos, que liga a ilha de Vitória ao continente; *Papazanakis* que se dirigiu para Nova Venécia onde foi proprietário do cinema da cidade; *Grafanassis* que se radicalizou em Cachoeiro de Itapemirim no ramo de olaria.

Na década de 1950 e 1960 ocorreu a maior movimentação de imigrantes gregos no Espírito Santo.

Em 1951, chegava a primeira família grega em Vitória: *Kosmás Mataragas*, sua esposa *Mary* e seus três filhos *Theodora*, *Christos* e *Helena*.

No ano seguinte (1952) chegavam *Christos Natsoulis* e *George Klimis*. Em 1953 vieram *Michel Grouios*; *Michel Carrassos*; *Manolis Cavafakis*; *Thomás Varzedakis*; *Antonios Christilakis*; *George Satires*; *Panagiotis Moutis* e os irmãos *Fótios* e *Theodoro Assimacópoulos*.

Em 1955, chegava a Vitória a mais numerosa família grega: *George Andricópoulos* e sua esposa *Maria* com cinco filhos, *Andreas*, *Constantino*, *Démétrio*, *Christos* e *Jean* todos naturais de Patras, que, aliás, foi o nome de um dos mais tradicionais estabelecimentos comerciais de Vitória. Neste mesmo ano chegaram *Nikolaos Krommydas*, sua esposa *Afrokomi* e seus quatro filhos, *Polixeni*, *Tassia*, *Panagiotis* e *Stravos* e a família *Nikolaos Papagelacoç*, sua esposa e seus três filhos *George*, *Thomás* e *Dimitra*.

Em 1960 se fixaram em Vitória *Evangelos Sklias, Nikolaos Kor-res, Ioannis Grouios, Andréas Nathanailidis, George Lavranos e Constantino Xirogianis*, tendo este último retornado definitivamente a Grécia. Por fim fixaram-se ainda os irmãos *Antonios e Ioannis Zavoudakis, Constantino Vazeos e Michel Katsilis*.

Em depoimento, *Sofhia Musengny Loureiro*, filha do imigrante grego, **Andréas Musengny**, acrescentou as seguintes informações de famílias gregas que se radicaram no Espírito Santo:

Demétrio Papanak, casado com D. Judith e falecido em 1950, deixou vários filhos.

Jorge Constantino Milla, cujo sobrenome foi adulterado para Miller, em cartório, chegou ao Brasil pelos anos de 1884 e 1885. Morou na Ilha do Frade explorando a pesca de camarão. Casou-se com D. Francisca Ligeira Gonçalves, recentemente chegada de Málaca, Espanha. Nasceram dessa união os seguintes filhos, todos brasileiros: Maria Constantino, José, Elias Paulo, Theresa e Helena. Uns assinavam Milla e outros Miller. A mais velha, Maria casou-se com o Sr. Andréas Musengny e desta união nasceu uma filha, hoje Sofhia Musengny Loureiro. Loureiro por força do casamento com o brasileiro, Sr. Arnóbio do Nascimento Loureiro. Todos os filhos do Sr. Jorge Constantino e da Sra. Francisca são falecidos.

O Sr. Andréas Musengny chegou ao Brasil, vindo da Grécia no ano de 1912. Casou-se com Da. Maria Milla quando ela tinha 13 anos e aos 14 já estava viúva. Ele faleceu vítima de febre tifóide, deixando a filha Sofhia com nove meses de idade. Este senhor veio em missão de guerra ao Brasil. Chegando a Vitória não quis mais voltar a Grécia. Era escafandrista, mas terminou explorando a pesca de camarões com o sogro, Jorge Constantino Milla, na Ilha do Frade.

Pedro Micolau Jorge, também morador da Ilha do Frade, chegou ao Brasil em 1916. Este grego levava os patriotas que chegavam para a Ilha do Frade. Teve um filho que também explorava a pesca de camarão e que morreu afogado.

Nicolí Seami, outro grego que chegou ao Brasil pelos anos de 1920, casou-se com Da. Teodomira Pereira. Deste casamento nasceu um menino que se chamava Aníbal que já é falecido.

Em 1954, chegava ao Brasil, o casal grego Michael Carrasso e Sra. Lúcia Carrasso com dois filhos: Salomão de seis anos e Abraão de cinco anos. Chega-ram de Tel Aviv e foram mandados para São Paulo.

Não deu certo e eles vieram para Vitória. Chegaram primeiro na Vila Rubim onde moraram alguns meses, transferindo-se para Vila Velha. Neste tempo, o Sr. Carrasso, sem emprego, explorou o ramo de camelô vendendo as suas mercadorias na Vila Rubim. Sua mulher Lúcia vendia os produtos em casa e fazia mais negócio do que o marido. Então, ele passou a comerciar em casa. Daí surgiu a casa “Lúcio”, em Vila Velha e que sobreviveu por muitos anos. Este casal foi prisioneiro de guerra, em campo de concentração, na Alemanha, onde permaneceu dois anos. Os filhos do Sr. Michael formaram-se em engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo e hoje são donos da firma Pisa Engenharia, situada no bairro de Bento ferreira, em Vitória. O Sr. Abraão, filho do Sr. Carrasso, casou-se com Scheila Maria Musengny Loureiro e o Sr. Salomão casou-se com Angela Laranja Gonçalves.

O Sr. Michael é vivo ainda e é autor do livro “Eu sobrevivi”, onde conta com detalhes todos os horrores da última guerra.

Fugindo dos horrores da guerra **Christos Natsoulis** aos 19 anos, solteiro, veio sozinho para o Brasil embarcado no navio argentino “Corrientes”. Em 13 de dezembro de 1951 desembarcou no Rio de Janeiro daí foi para São Paulo e com dificuldades de adaptação à terra decidiu retornar à Grécia tendo vindo para Vitória para embarcar em navio de volta.

Chegado aqui, Vitória lhe pareceu uma “coisinha linda” e ele sentiu vontade de ficar.

Christos conta que, ao andar pelas ruas da cidade chegava aos seus ouvidos em tom alegre “olha o grego!”, “olha um grego!”. Com poucos dias o rapaz falava em uma rádio local por ocasião da passagem do dia nacional da Grécia(25/03/1821).Este é o depoimento de Christos:

“A maioria dos imigrantes não veio diretamente para o Espírito Santo. Como eram técnicos procuraram os grandes pólos industriais. Sempre desembarcaram no Estado de São Paulo ou Rio de Janeiro. Eu vim para o Rio de Janeiro e depois fui para São Paulo. Como não gostei, vim para Vitória embarcar. Aqui, naquela época, já era uma “coisinha linda”. Você andava pela rua e era conhecido e prestigiado como grego. Eu senti um alívio, o pessoal era hospitaleiro. No Parque Moscoso se jogava bola na avenida República, passava o bonde por ali, ônibus tinha muito pouco, não havia sinal de trânsito. Se andava onde queria que não tinha perigo. Então, arranjei um trabalho. Eu era um dos poucos técnicos de pintura de automóveis. Tinha que trabalhar sábado depois do meio

dia. Fazer extra. Trabalhei e entreguei, segunda-feira de manhã. O patrão admirou: - Já? Quanto quer ganhar? Então chutei. Conclusão, combinamos um preço menor. Continuei trabalhando lá, mas ainda não falava quase nada do português. Um dia alguém me aconselhou a arranjar uma namorada. Era a melhor forma de aprender. Foi nesta época que me enrabichei por uma brasileira, me casei e estou com ela até hoje. Ou melhor, ela está comigo. Ela me surpreende até hoje porque nunca me imaginava casado. Nunca gostei do casamento. Tenho hoje quatro filhos e cinco netos."

A imigração grega dava-se por meio de iniciativa particular e também por iniciativa do governo brasileiro. O presidente Getúlio Vargas oferecia passagem a profissionais gregos para que viessem trabalhar na implantação da indústria no Brasil.

A maioria dos imigrantes não veio da Grécia diretamente para o Espírito Santo. Como eram técnicos procuravam os pólos industriais e desembargavam em São Paulo ou Rio de Janeiro.

Entre os imigrantes gregos que aqui, enfim se estabeleceram, além de técnicos para a indústria, encontravam-se também agricultores. Este pessoal embora preparado para o trato da terra e intenção clara de aqui permanecer não foi orientado em direção à lavoura. Radicaram-se na cidade e se dedicaram ao comércio com sucesso. Hoje é no comércio que se encontram muitos deles.

A cultura tradicional grega, dentro da "Comunidade Helênica" no Espírito Santo vem se mantendo viva através de práticas, conforme nos conta **Ioannis Grouios**:

A cultura grega atual sofre a influência da globalização acarretando muitas vezes distorções dos costumes mais tradicionais. Contam, nostalgicamente, os imigrantes o que ocorre no tão conhecido "quebra de pratos" dos gregos. Há muitos anos quando uma pessoa dançava na pista e um estranho quebrava o prato era briga, era ofensa, era reprovação. O quebra prato tem momento exato para acontecer. Não e quebra prato por quebrar. O ato marca um momento único. Atualmente a atividade encontra-se dissolvida como simples prática de atividade turística. Outra boa lembrança trazida da terra e guardada pelos imigrantes conta que quando a amada tomava vinho em uma taça quebrava-se a taça para que ninguém mais tocasse, onde haviam tocado os lábios da amada.

Eram estes costumes vindos de há muito da antiga Grécia.

Hoje com a entrada da Grécia no bloco europeu, a Comunidade Européia cobra do povo grego que ele seja mais europeu do que grego, para isso é preciso apaziguar alguns costumes locais muito característicos do povo grego e considerados pouco civilizados para estes tempos de globalização. Se um grego encontrasse a mulher o traindo, ele a matava.

Em Vitória os gregos conservam alguns hábitos quase intactos.

Nas festas costumam preparar pratos típicos gregos, mas apreciam desde logo os hábitos alimentares brasileiros. Há uma troca positiva recebem e oferecem muitas contribuições.

Aqui os helenos se vêem como uma purificação dos sentimentos, porque com o passar dos anos mais se cultiva a tradição. É com os imigrantes, mais que na própria Grécia de origem que ficam arraigados os hábitos adquiridos, os quais sofrendo solução de continuidade vão se tornando nostalgia e desejando afirmação.

Ainda hoje o imigrante ouve música grega de 30 anos, as quais ninguém além as ouve mais.

O Brasil não oferece qualquer oposição ao imigrante grego na conservação dos seus hábitos e costumes étnicos. Pelo contrário, o povo brasileiro até os assimila. O imigrante grego sempre gozou de excelente conceito entre os brasileiros e foram frequentes os casamentos com brasileiras. Nas diversas manifestações da comunidade grega, os brasileiros participam e demonstram interesse especial para com a Grécia e os gregos e sua cultura milenar.

Mas por outro lado, a cultura brasileira é muito massificadora. Em nenhum outro país as raças se miscigenam mais do que no Brasil. Até a máfia italiana se desmantelou! Não se seguram tradições. É muito difícil. O samba é muito contagiante. Por outro lado o fato de o grego vir solteiro e aqui, constituir família com brasileiras, fez com que a influência cultural da mãe prevalecesse e se diluíssem mais facilmente os costumes.

Hoje em Vitória paralelamente a um cotidiano integrado à cidade, os gregos cultivam costumes ancestrais e cumprem rituais da Igreja Ortodoxa.

A Comunidade possui o “Centro de Cultura Helênica”, situada em local privilegiado da ilha. Com edificação inspirada na terra natal, além de um templo ortodoxo construído com projeto enviado pelo Estado da Grécia, localiza-se à rua D. Pedro II, nº267 no bairro da Praia do Canto, em Vitória.

Atualmente a colônia grega é composta de aproximadamente 150 pessoas que desenvolvem trabalhos na comunidade com os seguintes objetivos:

- a) O entrosamento do relacionamento entre gregos e a integração de suas famílias.

- b)A conservação e a propagação da língua grega.
- c)A conservação dos costumes e ética gregas.
- d)A conservação e a propagação da tradicional dança grega.
- e)A construção de escolas.
- f)A organização de diversas manifestações.
- g)A divulgação da Igreja Ortodoxa.
- h)A ajuda entre os seus integrantes.

Registra-se como iniciativa pioneira da comunidade grega no Espírito Santo a Obra “Aprendendo Grego”, do professor **Thomas Dimitrakis**, que se constitui no primeiro livro em sua especialidade a circular pelo Brasil. Esta obra tem o objetivo de apoiar o ensino da língua grega e também divulgar conhecimentos sobre a Grécia e os gregos.

Como iniciativa dos nossos gregos para integração e maior participação na vida da cidade foi erigido o belo monumento alusivo a Grécia. A obra compõem o complexo urbano da moderna cidade de Vitória e está localizado na Praça da Grécia entre a Praça dos Namorados e a Praça dos Desejos, na Avenida Beira Mar, em frente a Ilha do Frade.

OS 500 ANOS DA DESCOBERTA DO BRASIL

MIGUEL DEPES TALLON

Em sua edição de 26 de novembro de 1997, a revista *Isto É* publicava uma reportagem sobre o descobrimento do Brasil, com uma chamada de capa, no mínimo sensacionalista: **“O Brasil não foi descoberto por Cabral”**. E em caracteres menores, uma segunda chamada: **“O navegador português Duarte Pacheco Pereira, que chegou ao Brasil em 1498”** (in *ISTO É*, nº 1469, São Paulo: Editora Três, 26 de novembro de 1997). Nada mais enganoso. O Brasil foi, de fato, descoberto por Pedro Álvares Cabral e nenhuma prova existe de que Duarte Pacheco Pereira tenha estado no Brasil, não obstante a sua alusão a terras, onde seria o Brasil, em seu livro **Esmeraldo De Situ Orbis**.

E por que Cabral foi o descobridor do Brasil? Porque, conquanto não tivesse sido o primeiro europeu a chegar ao Brasil, foi o primeiro a divulgar o seu feito, a torná-lo público. Isso implica dizer que, no contexto das navegações européias dos séculos XV e XVI, descobrir não era, em absoluto, chegar primeiro. O estudioso italiano Paulo Emílio Taviani, considerado a maior autoridade viva em Colombo, lembra com muita propriedade que: **“Mas tratando-se de descobertas geográficas, o termo “descobrir” não significa chegar primeiro: significa chegar e voltar, contar a alguém que possa repetir a experiência do descobridor.”** (TAVIANI, Paulo Emílio: **Colombo inventou a idéia e a concretizou**, in **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de agosto de 1991, p. 6-11). Com esse pensamento concorda o historiador Luso Vitorino Magalhães Godinho, embora acrescentando que **“descobrir é construir o espaço operacional”** (GODINHO, Vitorino Magalhães. **Que significa descobrir?**, in NOVAES, Aduato [et al.]. **A Descoberta do Homem e do Mundo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 70).

Esclarecida essa primeira questão, passa-se a outro ponto: o dos possíveis antecessores de Cabral, na chegada ao Brasil.

O primeiro precursor de Cabral teria sido, e aí quem entra é a lenda, São Brandão, que teria partido da Irlanda em 565, dando à terra que encontrara o nome de **Hy Brazil**. **Brazil** seria procedente do celta **“bress”** que deu origem ao verbo inglês **to bless** (abençoar). **Hy Brazil**, portanto, significaria **Terra Abençoada**. Desde 1351, até pelo menos 1721 o nome **Hy Brazil** podia ser visto

Miguel Depes Tallon é presidente do IHGES e proferiu esta palestra em 04 de setembro de 1998, em São Gabriel da Palha.

em mapas e globos europeus, sempre indicando uma ilha localizada no Oceano Atlântico (BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**, Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, p. 13).

A seguir, tem-se a figura de Duarte Pacheco Pereira, navegador português, autor de um manual de marinagem, titulado: **Esmeraldo De Situ Orbis**, que à certa altura do capítulo segundo da primeira parte do seu manuscrito, escreve: **“como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar Oceano, onde é achada e navegada uma tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela e é grandemente povoada. Tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de uma arte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e o cabo dela. É achado nela muito e fino brasil com outras muitas cousas de que os navios nestes Reinos vem grandemente povoados.”**(**Isto É**, op.cit., p. 66). O grande problema é que nenhuma prova fora o seu próprio texto, existe de que, de fato, Duarte Pacheco Pereira tenha estado no Brasil, em 1498.

Um outro provável precursor de Cabral teria sido o espanhol Alonso de Hojeda, que, navegando em companhia dos pilotos Américo Vespucci e Juan de la Cosa, teria aportado no delta do Açu, no município de Apodi, no Rio Grande do Norte em fins de junho de 1499. O documento é a carta que Vespucci enviou a Pier Lorenzo Dei Medici, publicada em 1504. Varnhagen, dá como autêntico o feito, em sua **História Geral do Brasil**. (VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal**, São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 9ª ed., 1975, p. 72).

Incontestável é a chegada de Vicente Yañez Pinzón à costa do Ceará. Eis como a história Varnhagen **“sete meses depois de haver Hojeda avistado a costa no delta do Açu, Vicente Yañez Pinzón, navegando com uma flotilha de quatro caravelas, aproou à terra mais a oeste, em 26 de janeiro de 1500, junto a um cabo, que denominou de Santa Maria de la Consolación, cabo que por muitas razões, julgamos hoje ter sido a Ponta de Mucuripe, vizinha ao porto da capital da província de Ceará, e não o de Santo Agostinho, como se chegou a acreditar.”** (VARNHAGEN, op.cit., p. 72).

Um mês depois de Pinzón, Diego de Lepe também aportava no Brasil (VARNHAGEN, op. cit., p. 72).

Finalmente, a 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral atracava em Santa Cruz de Cabrália, rumando em seguida para Porto Seguro.

Um outro fato interessante, que se deve mencionar sobre Cabral, é que,

de início Pedro Álvares não fora Cabral, mas de Gouvêa. Com a morte do seu irmão mais velho foi que assumiu o sobrenome paterno de Cabral. Pedro Álvares nasceu em Belmonte, possivelmente em 1468. Relegado ao ostracismo por desentendimento com o rei, sobre o comando da esquadra de 1502, Cabral teria morrido por volta de 1520, em Santarém. Seu túmulo ficou virtualmente perdido até ser encontrado em 1839, pelo historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro.

A viagem de Cabral talvez seja uma das mais documentadas da História das Navegações. Cabral, todos os capitães, vários escrivães, entre os quais o escrivão oficial da Armada, Gonçalo Gil Barbosa, os principais religiosos e os fidalgos mais nobres escreveram ao rei D. Manoel. Todas essas cartas, com exceção da **Relação do Piloto Anônimo**, a **Carta de Mestre João** e a **Carta de Pero Vaz de Caminha** desapareceram, ou no grande incêndio de 1580 ou no terremoto de 1755, em Lisboa.

A **Relação do Piloto Anônimo**, cuja autoria obviamente se desconhece, foi publicada pela primeira vez em 1507, em italiano, numa coletânea de relatos de viagem organizada por Fracanzano de Montalboddo.

A **Carta de Mestre João** foi encontrada, nos arquivos da Torre do Tombo, em 1843, por Francisco Adolfo de Varnhagen.

A **Carta de Pero Vaz de Caminha** é, sem embargo, o mais importante documento a respeito da descoberta do Brasil, porquanto narra, de forma detalhada, os dez primeiros dias que os portugueses passaram no Brasil de 22 de abril a 1º de maio de 1500, quando a Armada retornou a viagem para a Índia.

Pero Vaz de Caminha, ao contrário do que por muito tempo se supôs, não era o escrivão-da-frota, mas tão somente um dos sete escrivães da feitoria que iria ser fundada em Calicute. A preferência por Caminha pode ser explicada por ter sido ele o escolhido, dentre os escrivães, para desembarcar com Nicolau Coelho, na tentativa de se estabelecer um primeiro contato com os silvícolas.

De Pero Vaz pouco se sabe, além de ter nascido na cidade do Porto e de contar cinquenta anos à época da expedição de Cabral.

A **Carta de Caminha** foi publicada pela primeira vez em 1793, pelo historiador espanhol Juan Batista Muñoz, em sua **Historia del Nuevo Mundo**. A seguir, seria publicada, pelo padre Aires do Casal, em sua **Corografia Brasílica**, em 1817.

A carta que, em detalhes registra os dez primeiros dias dos portugueses no Brasil, é considerada como o mais importante documento do início da história brasileira.

Em 1897, o historiador argentino Luiz F. Domingues, aventou a

possibilidade, em seu **Primeros Descubrimientos e el Nuevo Mundo**, de ser apócrifa a **Carta de Caminha**. Domingues fundamentava a sua suspeição sobre a grande quantidade de informações que a carta continha sobre os índios, dispondo seu autor de tão pouco tempo para realizar suas observações. A acusação mereceu pronta refutação por parte do historiador brasileiro Capistrano de Abreu e, depois, do lusitano Jaime Cortesão. Ambos concordavam que, com a longa experiência na exploração da Costa Africana e na observação de suas populações nativas, os portugueses tinham conseguido acumular notável senso crítico graças a tais observações.

As **Cartas de Caminha**, de Mestre João e da **Relação do Piloto Anônimo** não são os únicos documentos da época a registrar a viagem de Cabral. Em 17 de outubro de 1501, o espião italiano Alberto Cantino remeteu uma carta ao Duque de Ferrara, Hércules D'Este. Cantino, que ano seguinte produziria um dos mais famosos mapas-múndi, obtivera informações sobre o feito cabralino, nas tabernas lisboetas, através de marujos que teriam participado da viagem. Outros documentos também foram encontrados: as **Cartas** escritas pelos banqueiros Bartolomeu Marchioni e Giovanni d'Affaitati e a do diplomata Giovanni Cretico "**foram descobertas e publicadas pela primeira vez pelo brasilianista americano William Brooks Greenlee, em 1938, no seu monumental The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brasil and India**"(BUENO, Eduardo, op.cit., p. 133).

Quanto à viagem em si, pairam ainda algumas dúvidas sobre a forma pela qual Cabral descobriu o Brasil. Há ainda quem insista na antiga hipótese casual, segundo a qual as calmarias (das quais não há nenhum registro, nem menção nos documentos da expedição) poderiam ter deixado a esquadra ao sabor das correntes. Só que nesse caso, a frota teria dado no Golfo do México, jamais no litoral baiano.

A teoria do propósito não abriga muitos seguidores, visto que o propósito da expedição de Cabral era chegar às Índias e lá, fundar uma feitoria capaz de viabilizar para Portugal o comércio das especiarias. Como se vê é muito mais uma questão semântica, do que histórica.

Hoje, parece que a teoria que desfruta de maior popularidade entre os historiadores é a da intencionalidade. Cabral teria a intenção de, ampliando para oeste a célebre **volta do mar** de Vasco da Gama, verificar onde poderiam estar essas terras de cuja existência os portugueses suspeitavam. Laboram em favor dessa teses outros argumentos, como a não aceitação, por parte de Portugal da bula papal **Inter Coetera**, de 1493, editada por Alexandre VI e a imposição lusitana de novas negociações, que culminaram com o Tratado de Tordesilhas, de 1494, pelo qual, Portugal obtinha mais 270 léguas além das 100 originais da bula **Inter**

Coetera, para que se pudesse traçar o meridiano de Tordesilhas. Além disso, na **Carta de Caminha** e na **Carta** que o rei D. Manoel enviou aos reis católicos da Espanha, chamava a atenção, em ambas, a expressão “**terras que de novo se acharam**”. Isso sem falar na hipótese que, conquanto não comprovada, não pode ser descartada de ter Duarte Pacheco Pereira estado no Brasil, conforme relata em seu **Esmeraldo De Situ Orbis**.

Em 23 de junho de 1501, a caravela **Anunciada**, que se adiantara à frota, aportava de volta a Lisboa. As outras cinco naus restantes, inclusive a capitânea, só chegariam em 21 de julho de 1501. Não se considerando a nau de Gaspar de Lemos que do Brasil retornara ao Reino levando as cartas dos Capitães e de Cabral ao rei, Cabral perdera na viagem seis naus. Contudo, as que retornaram, estavam de tal forma abarrotadas de especiarias, que o que se obteve de sua venda não só quitou os gastos com a viagem, como ainda gerou um lucro tão considerável, a ponto de alterar bruscamente “**as cotações do mercado em Veneza**” (BUENO, Eduardo, op. cit., p. 123).

Primeiro ou não pouco importa. Importa é que o Brasil foi descoberto por Cabral. Foi ele quem primeiro revelou ao mundo o novo espaço, que, depois de ser chamado de Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e Terra dos Brasis, passaria a ser conhecido por Brasil.

BORGES E CLARICE: A ESCRITURA SINGULAR

MARIA ISOLINA DE CASTRO SOARES

“O que nos leva a experimentar o estrangeiro é a ‘falta de afinidade’, pelo menos momentânea, que nos atrai para o desconhecido. À medida que o leitor e texto se confrontam, a individualidade do leitor passa para o primeiro plano. O que ele é se confronta com o que ele não é - é este conflito que leva o leitor a reexaminar, reformular e, na descoberta de si mesmo, colocar em prática o que ele considerava não-existente.” (BARTUCCI, Giovanna. *Borges: A Realidade da Construção*. RJ: Imago, 1996, p.46.)

I - INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo comparativo entre algumas características dos textos de Jorge Luis Borges, escritor argentino, e Clarice Lispector, escritora brasileira. Por que Borges e Clarice, se entre eles há tantas diferenças? A princípio, selecionei material para pesquisar sobre Borges e Guimarães Rosa. Mas, à medida que ia lendo Borges, lembrava-me de Clarice. Foi, de início, uma questão de percepção meio emocional. E, creio, acertada, pois quanto mais lia e pesquisava, mais encontrava pontos de contato. E assumi essa necessidade, decidindo-me, mesmo, pela escritora. A escolha de Borges foi um auto-flagelo: jogada no meio da obra desse escritor, o primeiro texto que li dele foi Pierre Menard, autor do Quixote. Foi um caos. E manifestei, inúmeras vezes, minha estranheza, para não falar rejeição, à obra desse autor. Daí a epígrafe selecionada para o trabalho, que aborda a falta de afinidade que nos atrai para o desconhecido. Mas foi uma atração salutar, pelo menos para mim, que consegui romper a barreira da rejeição com o conhecimento. E passei a amar - se não tudo - quase tudo que Borges escreveu.

Este trabalho é uma pequena abordagem de alguns elementos presentes na escritura dos autores examinados. É um trabalho modesto, que gostaria de desenvolver posteriormente, uma vez que muita pretensão esboçada foi descartada por falta de tempo para se viabilizar.

Clarice afirma: Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas.

E nos reafirma essa necessidade de deixar o espaço para a inserção do leitor, o ler distraidamente, diferentemente do apenas atraente, que incita, excita, arrasta, mas que delimita, molda, contorna, facilita. Como diz Clarice, ainda, há o perigo de um quadro se tornar quadro porque a moldura o fez quadro. Mas não é isso que interessa, e mais adiante continua:

Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não palavra morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, podia-se, com alívio, jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva, então, é ler 'distraidamente'.

Borges limpa o texto, enxuga-o, a ponto de um leitor desavisado pensar seu um ensaio, quiçá um tratado científico...

No início do conto Pierre Menard, autor do Quixote, Jorge Luis Borges simula o ensaio. Pretensamente existe um romancista que deixou uma obra visível facilmente identificável, mas cuja catalogação foi deturpada por omissões ou adições feitas por uma Mme Bachelier. O leitor, ao se deparar com esse início, já sente um estranhamento: ficção ou realidade? Representação com verossimilhança ou ensaio? E esse estranhamento aumenta à medida que percebe que há uma obra dentro de outra obra - ou a ficção dentro da ficção. O narrador de uma obra de ficção faz uma listagem da obra visível de outro autor, Pierre Menard, após invocar testemunhos que lhe possam valer para que sua pobre autoridade não seja contestada. O conto começa assim:

A obra visível que deixou este romancista é de fácil e breve referência. São, portanto, imperdoáveis as omissões e adições perpetradas por Mme Henri Bachelier num falaz catálogo que certo jornal, cuja tendência protestante é manifesta, teve a desconsideração de inferir de seus deploráveis leitores...

Mais adiante, passa a discorrer sobre a obra invisível do dito autor:

Passo agora à outra: a subterrânea, a interminavelmente heróica, a ímpar. Também aí das possibilidades do homem! - a inconclusa. Essa obra, talvez a mais significativa de nosso tempo, compõe-se dos capítulos nono e trigésimo oitavo da primeira parte do Dom Quixote e de um fragmento do capítulo vinte e dois.

Mas como? O Quixote já não foi escrito? Seu autor não é Cervantes? A capacidade de convencer que o narrador tem é tamanha, e o faz através de citações de autores

reais, obras existentes, número de edições e outros recursos de verossimilhança, que o leitor se vê num impasse: estou louco? Existe outro Dom Quixote? Ah, conclui, é uma paródia do Quixote de Cervantes... mas logo adiante tem que desprezar também essa hipótese, pois o narrador afirma que Menard não se interessou por modernizar o Quixote nem por compor outro Quixote, mas sim por reescrever o Quixote:

Inútil acrescer que nunca visionou qualquer transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. Sua admirável ambição era produzir páginas que coincidissem - palavra por palavra e linha por linha - com as de Miguel de Cervantes.

Nesses exemplos transcritos, temos o que Dällenbach conceitua como “mise en abyme”: ao citar a matéria narrada por Menard, ao condensar em itens os vários escritos desse autor, cria-se um enunciado que se refere a outro enunciado numa seqüência semelhante a quadros dentro de quadros, caracterizando, também, o caráter metatextual da narrativa. Mas Borges vai além, criando o simulacro, ao reproduzir *ipsis literis* o Quixote de Cervantes:

Constituí uma revelação cotejar o ‘Dom Quixote’ de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (Dom Quixote, primeira parte, nono capítulo):

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Redigida no século dezessete, redigida pelo ‘engenho leigo’ Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Menard, em compensação, escreve:

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade; a idéia é espantosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que sucedeu; é o que pensamos que sucedeu. As cláusulas finais exemplo e aviso do presente, advertência do futuro - são descaradamente pragmáticas.

A citação longa fez-se necessária para o cotejo Quixote - Cervantes, Quixote - Menard. E vemos que o que torna diferente o Quixote de Menard é o fato de ser exatamente igual ao original, sem ao menos uma mudança, seja ela sintática, vocabular ou estrutural, nas palavras de Silviano Santiago. Porém, três séculos se passaram, o leitor do século XX já não é o mesmo do século XVII e, ao fazer o decalque do Quixote, Borges nos alerta para a questão do leitor (claro que entre inúmeras outras que há no texto). E é Umberto Eco quem nos chama atenção para o fato de que

...todo texto é feito de duas componentes: a informação fornecida pelo autor e aquela acrescentada pelo Leitor-Modelo, sendo que a segunda é determinada e orientada pela primeira.

Ao lermos o Quixote de Menard, somos leitores de um outro leitor, atualizando a obra já atualizada por Menard. Ou seja, a estrutura abissal não está presente apenas na escritura dentro da escritura, mas também na superposição de leitores.

Finalizando esse aspecto abordado, cito Jesus Figueroa Arencibia:

... la idea de que la obra cervantina es un texto escriptible - empleando la terminología barthesiana - , o sea, un texto que requiere una lectura activa - que no es otra cosa que una escritura - , un texto que se lee com dificultad pero que hace del lector no un mero consumidor sino un productor del texto, que le transmite al lector el deseo y la posibilidad de reescribir, aparece en el relato borgiano. Escripible es también la escritura (lectura) de Menard, y escriptible es la escritura que nos propone Borges en su cuento.

Indo de Borges a Clarice, vamos encontrar essa mesma estrutura em abismo em alguns de seus textos:

Esta história poderia chamar-se 'As Estátuas'. Outro nome possível é 'O Assassinato'. E também 'Como Matar Baratas'. Farei então pelo menos três histórias, verdadeiras porque nenhuma delas mente a outra. Embora uma única, seriam mil e uma, se mil e uma noites me dessem.

Nesse trecho há a explicitação do fazer ficcional - a metalinguagem, que é uma das determinações mínimas referenciadas por Dällenbach quando conceitua "mise en abyme". O fazer ficcional se faz questionando-se, refletindo sobre ele mesmo, e toma a história narrada como tema, desdobrando-a. O enunciado revela a recorrência ao se referir a Sherazade e seu novêlo interminável de histórias, as mil e uma, se mil e uma noites me dessem. E A Quinta História vai-se desdobrando, uma possibilidade após outra, bonecas russas retiradas umas de dentro das outras: A primeira, 'Como Matar Baratas', começa assim: queixei-me de baratas. Uma senhora ouviu-me a queixa. Deu-me a receita de como matá-las.[...]

A outra história é a primeira mesmo e chama-se 'O Assassinato'. Começa assim: queixei-me de baratas. Uma senhora ouviu-me. Segue-se a receita. [...]

A terceira história que ora se inicia é a das 'Estátuas'. Começa dizendo que eu me queixara de baratas. Depois vem a mesma senhora. [...]

A quarta narrativa inaugura nova era no lar. Começa como se sabe: queixei-me de baratas. [...]

A quinta história chama-se 'Leibnitz e a Transcendência do Amor na Polinésia'. Começa assim: queixei-me de baratas.

Último parágrafo da transcrição é o que encerra o texto, ou seja, encerra a sexta história: aquela que conta a história das outras cinco histórias. E ponto final. Ficamos com a sensação de que uma boneca se perdeu, está faltando material para o encaixe - o nexu que Borges abomina. Mas é esta a proposta de Clarice - fazer da ficção objeto de reflexão. E a ficção - no caso específico do exemplo dado, gira em torno de si mesma, parafuso sem fim girando em torno de seu próprio eixo, ou, como quer Affonso Romano de Sant'Ana, as histórias não são que uma só história que se procura a si mesma desesperadamente....

Essa idéia de desespero fica patente nos inúmeros títulos para seu livro A Hora da Estrela: A culpa é minha

ou

A hora da estrela

ou

Ela que se arranje

ou

O direito ao grito

Clarice Lispector

Quanto ao futuro

ou

Lamento de um blue

ou

Ela não sabe gritar

ou

Uma sensação de perda

ou

Assovio no vento escuro

ou

Eu não posso fazer nada

ou

Registro dos fatos antecedentes

ou

História lacrimogênica de cordel

ou

Saída discreta pela porta dos fundos

confirmando, em Clarice, o uso recorrente desse voltar-se sobre si mesmo - a narrativa, os temas, os títulos, o incessante questionamento, numa busca desesperada de palavra em meio a tantos silêncios.

O eu e o outro

você sou eu que me vou no sumidouro do espelho

Em muitos contos de Clarice há o questionamento eu x outro, intrinsecamente relacionado com o questionamento do SER. O eu solitário, perdido no mundo e que de repente encontra o outro - o que, no meu entender, é uma forma de epifania, de revelação, só que muitas vezes essa revelação não tem o caráter traumático que ocorre nos momentos epifânicos. E me refiro principalmente a quando esse encontro do outro se realiza através da identificação com animais. No conto Tentação, do livro A Legião estrangeira, uma menina ruiva, desolada e desorientada na claridade flamejante do dia, vê aproximar-se o outro:

Foi quando se aproximou a sua outra metade neste mundo, um irmão em Grajaú. A possibilidade de comunicação surgiu no ângulo quente da esquina, acompanhando uma senhora, e encarnada na figura de um cão. Era um basset lindo e miserável, doce sob a sua fatalidade. Era um basset ruivo.

Porém, em Clarice, a busca do outro é a busca do eu, e essa busca está na própria essência do ser, daí não poder resolver-se com um simples encontro. Ocorre um vislumbre de “tábua de salvação” a que o eu tenta se agarrar, desorientado, mas que lhe escapa das mãos:

No meio de tanta vaga impossibilidade e de tanto sol, ali estava a solução para a criança vermelha [...]. Eles se fitavam profundos, entregues, ausentes de Grajaú. Mais um instante e o suspenso sonho se quebraria, cedendo talvez à gravidade com que se pediam.

Mas ambos eram comprometidos.

Segundo Benedito Nunes, em ensaio sobre Clarice, essa busca do ser-no-outro se concretiza, muitas vezes, na natureza e nos animais que, criados pela escritora, parecem ter o ser à flor da pele, daí nos comunicarem mais rapidamente a presença da vida que palpita sob a camada da impossibilidade de comunicação que o homem criou para si. Textualmente:

Através deles [bichos] é que essa vida sempre ativa se infiltra no cotidiano, intensificando os nexos insuperáveis que nos ligam ao ‘terror primitivo’, ao vital e ao orgânico, nexos que a sociedade, a cultura e a história, em testemunho da impossibilidade da completa humanização de nossa natureza, não podem jamais desfazer.

Em Borges o outro é inquietante e se apresenta de diferentes formas mas que,

segundo Monegal, traduzem a constatação de que os homens têm um destino comum, e por isso se identificam. Tema obsessivo, aparece em contos como Borges e Eu, Ruínas Circulares, A Outra Morte, Sur, O Outro e em alguns poemas, como o Poema dos Dons, em que Borges se identifica com Groussac, o bibliotecário que, como ele e antes dele, depois de cego assumiu o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional:

Outro já recebeu noutras confusas
Tardes os muitos livros mais a sombra.

Ao vagar pelas lentas galerias
Posso sentir com vago horror sagrado
Que sou o outro, o morto, que tem dado
Os mesmos passos nestes mesmos dias.

Mas qual dos dois escreve este poema
De um eu plural e de uma sombra única?
E que importa a expressão que me nomeia
Se é uno e indivisível este anátema?

Groussac ou Borges, olho este querido
Mundo que se deforma e que se apaga
Em desmaiada cor cinzenta, vaga,
Que se parece ao sonho e ao olvido.

Em O Outro, Borges nos revela a experiência do duplo, ao ver-se cara a cara com Borges. Sentado defronte do rio Charles, em Cambridge, Inglaterra, no ano de 1969, Borges tem de repente a impressão de já ter vivido aquele momento. Alguém se havia sentado no extremo oposto do banco e começara a assobiar uma música argentina e ao entoar a letra, Borges reconhece, horrorizado, sua própria voz. Aproxima-se e pergunta ao outro:

- O senhor é oriental ou argentino?

- Argentino, mas desde o ano de 1914 vivo em Genebra - foi a resposta.

Houve um silêncio longo. Perguntei-lhe:

- No número 17 da Malagnou, em frente à igreja russa?

Respondeu-me que sim.

- Neste caso - disse-lhe resolutamente - o senhor se chama Jorge Luis Borges. Eu também sou Jorge Luis Borges. Estamos em 1969, na cidade de Cambridge.

- Não - respondeu-me com a minha própria voz um pouco distante.

Ao fim de um tempo insistiu:

- Eu estou aqui em Genebra, em um banco, a alguns passos do Ródano. O estranho é que nos parecemos, mas o senhor é muito mais velho, com a cabeça grisalha.

Após dar exemplos para provar o que diz, citando fatos acontecidos ou objetos que existem na casa do outro, os dois entabulam uma longa conversa sobre fatos familiares (- A mãe está saudável...mas o pai morreu há uns 30 anos) e da vida política, de preferências literárias...No final, Borges propõe que se encontrem no dia seguinte, no mesmo banco que está em dois tempos e dois lugares, mas sabe que nenhum dos dois irá. O final do conto remete a uma tentativa de explicação através do sonho, mas deixa o leitor cheio de dúvidas.

Segundo Giovanna Bartucci, o principal objetivo de Borges é confundir as fronteiras entre realidade e sonho, entre realidade e ficção. Usa, para isso, o processo da verossimilhança, já ressaltado por Ester de Abreu em ensaio em que afirma que a obra de Borges é um exemplo de representação com verossimilhança. E Borges tem essa preocupação em seus textos, nos remetendo a pessoas que tiveram existência real, a fatos ocorridos, a obras que foram realmente escritas, a locais e circunstâncias que constam da sua própria biografia etc.

Há em O Outro um recurso que ajuda a romper as fronteiras acima referidas: a criação de um autor implícito, segundo a terminologia de Wayne Booth citada por Giovanna Bartucci, que é o sujeito criador implícito na totalidade de uma determinada obra [...] identificado ao autor atrás da cena; isto é, ao segundo 'self' do autor no processo de criação da sua obra.

Segundo Giovanna, a distinção entre autor real e autor implícito é frequentemente difícil de estabelecer quando há referência ao outro verdadeiro na obra.

Em O Outro, há o autor real, que é Borges; o autor implícito, que é também Borges e dois personagens - Borges, com 70 anos e Borges, com não ainda 20 anos, estratégia criada para dar verossimilhança mas também, e paradoxalmente, para instaurar o estranho, o insólito, romper as barreiras entre real e irreal, sonho e realidade, e, principalmente, para nos fazer crer que a infinitude espacial e temporal do universo acentua sua natureza caótica e reforça sua condição impenetrável. E Giovanna continua: O sujeito que costuma estar ciente, intelectual e emocionalmente, do seu 'duplo' como parte integrante de si mesmo, sustenta a idéia de que um homem é a todo momento todos os homens.

Percebemos que o outro, em Borges, é bem diferente do outro em Clarice. Enquanto esta questiona o SER e sua relação consigo mesmo ou com o semelhante / dessemelhante, aquele subverte o ser, destruindo as noções de tempo, espaço, eu, outro. Seu outro está intrinsecamente atado a outras noções inseparáveis, em Borges:

o tempo circular, o labirinto, as reproduções abissais, os espelhos, num imenso caleidoscópio que tudo reproduz “ad infinitum”.

A Escritura Questionada

‘Escrever’ existe por si mesmo? Não. É apenas o reflexo de uma coisa que pergunta. Eu trabalho com o inesperado. Escrevo como escrevo sem saber como e por quê - é por fatalidade de voz. O meu timbre sou eu. Escrever é uma indagação. É assim:?

A metaficção em Clarice

Clarice Lispector questiona, em todas as suas obras, o ato de escrever. Ler Clarice é estar em contato constante com esse questionamento. Raramente encontramos em suas obras um enredo segundo os cânones narrativos tradicionais. Geralmente a história gira sobre si mesma, voltando a um mesmo assunto de forma obsessiva. Seu último livro, *Um Sopro de Vida*, tem como subtítulo *Pulsações*, a indicar ao leitor que o que ele vai encontrar é um texto que reproduz impressões, questionamentos, procura incessante do eu que se reflete na forma de narrar.

O livro começa com:

Isto não é um lamento, é um grito de ave de rapina. Irisada e intranquã. O beijo no rosto morno.

Eu escrevo como se fosse para salvar a vida de alguém [...]. Eu queria escrever um livro. Mas onde estão as palavras? Esgotaram-se os significados [...].

Escrevo ou não escrevo? [...]

Tenho medo de escrever. É tão perigoso. Quem tentou, sabe...

Em *Fundo de Gaveta*, que é parte do livro *A Legião Estrangeira*, há vários depoimentos de Clarice sobre o ato de escrever, como alguns já citados no início deste trabalho e o que vem a seguir, depoimento longo do qual selecionei alguns trechos:

Não me lembro mais onde foi o começo, foi por assim dizer escrito todo ao mesmo tempo. Tudo estava ali, ou devia estar, como no espaço-temporal de um piano aberto, nas teclas simultâneas do piano.[...] Ele se levantou todo ao mesmo tempo, emergindo mais aqui do que ali. Eu interrompia uma frase no capítulo 10, digamos, para escrever o que era o capítulo 2, por sua vez interrompido durante meses porque escrevia o capítulo 18.[...] E como se isso não bastasse, infelizmente não sei ‘redigir’, não consigo ‘relatar’ uma idéia, não sei ‘vestir uma idéia com palavras’. O que vem à tona já vem com ou através de palavras, ou não existe. - Ao escrevê-lo, de novo a certeza só aparentemente paradoxal de que o que atrapalha ao escrever é ter de usar palavras.

qual o mundo é uma incógnita, um espaço de incertezas e escrever é tentar de
essas incógnitas ou, antes, falar da impossibilidade de fazê-lo.

Em A Hora da Estrela, a ficção é exaustivamente questionada, com intró-
constantes na fabulação - uma história com princípio, meio e fim
ironicamente propõe o narrador:

Proponho-me a que não seja complexo o que escreverei, embora obrigada
as palavras que vos sustentam. A história - determino com falso livre arbít-
rio ter sete personagens e eu sou um dos mais importantes deles, é claro. Eu,
S.M.. Relato antigo, este, pois não quero ser modernoso e inventar mo-
derna guisa de originalidade. Assim é que experimentarei contra os meus hábit-
os uma história com começo, meio e 'gran finale' seguido de silêncio e de chuva.

Essa suposta história linear é picada em retalhos de vida - retalhos da
Macabéa - intercalados por inúmeras intromissões do narrador, caracte-
risticas, mais uma vez, a metatextualidade no trabalho de Clarice Lispector.

A mistura de gêneros em Borges

No prólogo a O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam, um dos livros de
Borges dá algumas informações sobre os textos que dele constam:

As oito peças deste livro não requerem maior elucidação. A oitava ('O Jar-
dim dos Caminhos que se Bifurcam') é policial [...]. As outras são fantásticas; u-
na, 'Loteria em Babilônia' - não é totalmente isenta de simbolismo. Não sou o
autor da narrativa 'A Biblioteca de Babel'; os curiosos de sua história e de
sua história podem examinar certa página do número 59 de Sur, que registra o
heterogêneo de Leucipo e de Lasswitz, de Lewis Carrol e de Aristóteles.
'Ruínas Circulares' tudo é irreal; em 'Pierre Menard, Autor do Quixote', o
destino que seu protagonista se impõe. O rol de escritos que lhe atribui-
mos é muito divertido, mas não é arbitrário; é um diagrama de sua história men-

Borges escreveu muitos prólogos, ao que me parece não para elucidar algo a respeito do que o leitor vai encontrar, mas sim para confundir. Basta olhar as marcas textuais: “não é totalmente isenta”, “não sou o primeiro autor”, “examinar certa página”, “não é arbitrário” - que nos remetem a dúvidas, incertezas, situações de ambigüidade e a citação dos nomes de Leucipo, Lasswitz, Lewis Carroll e Aristóteles, buscando a verossimilhança - o que acontece também ao citar o Quixote, mas cuja impressão de realidade se rompe ao atribuí-lo a Pierre Menard. Há, assim, uma mistura de real e irreal, sendo que o real é usado para arremessar seus leitores num mundo de ficção, como afirma Giovanna Bartucci na obra já citada *Borges: A Realidade da Construção*.

Com esses recursos, o leitor muitas vezes se pergunta: o que estou lendo? Um ensaio? Um conto? Um conto ensaístico? O livro que tenho às mãos possui obras em prosa e verso... Segundo Davi Arrigucci Jr., em prefácio a *Ficções*, Borges desde cedo tendeu a dissolver as fronteiras dos gêneros literários, porém o que mais importa nos escritos borgeanos é o fato de o autor em questão pensar por abstrações e não apenas por imagens.

Isto contribuiu realmente para dar uma forma singular aos textos que escreveu desde então. Mostram-se muito marcados pela mola inquisitiva do pensamento ensaístico, que arma reiteradas hipóteses e conjeturas sobre os mais variados assuntos, em geral com alto teor intelectual ou dimensão teórica, mesmo dentro dos poemas e, pouco depois, dos contos, que demoraram mais a surgir autonomamente, mas desde o princípio se misturavam dissolutamente às poesias e aos ensaios.

Emir Monegal confirma que Borges prefere trabalhar o ensaio, que recheia de citações, muitas vezes que se opõem, mas que ele analisa, para concluir com mais uma citação que, às vezes, se opõe a tudo que foi dito até então. É comum, também, citar autores e obras para comprovar o que expõe, em várias notas de rodapé. Só que, muitas vezes, essas obras nem existem, muito menos os autores. E a confusão do leitor aumenta quando essa estratégia mescla autores e obras que existem com aqueles inventados. Na ficção borgeana, o mundo ordenado não existe. As categorias aristotélicas são questionadas e embaralhadas. Davi Arrigucci Jr. vê o texto borgeano bem semelhante aos contos filosóficos do século XVIII, na França, à moda de Voltaire.

Em *A Aproximação a Almotásim*, conto/relato do livro *Ficções*, Borges exercita esses aspectos que estamos ressaltando como singulares em sua escritura. O texto começa:

Philip Guedalla escreve que o romance ‘The Approach to Al - Mu’tasim’, do

Nesse texto, há a resenha de um livro - A Aproximação a Almotásim - e a comentário de um crítico sobre o mesmo livro - eis aí a técnica da 'abyeme' que já analisamos anteriormente. Nesse trecho transcrito, o livro de Borges mistura autores realmente ilustres, como Chesterton, com o "ilustrado do século XII, Ferid Eddin Attar", que possivelmente só existe na enciclopédia borgeana.

Em História Palimpsesta, Christine Brooke-Rose cita Salman Rushdie em Satânicos, que afirma que todas as histórias são perseguidas pelos fantasmas das histórias que poderiam ter sido. E é o que encontramos em Borges. Seus palimpsestos - histórias que foram e retornam não só como foram mas como poderiam ter sido, mosaico que inclui a recuperação, a citação, a invenção, simulacro e o que for necessário para criar um mundo que dê a impressão de tudo é o mesmo e tudo é diferente.

A desestruturação da sintaxe tradicional da narrativa em Borges e Clarice

Tanto Borges quanto Clarice desestruturam a sintaxe tradicional da narrativa. Inúmeros são os recursos de que se utilizam para isto. Ambos trabalham com lacunas - o texto ofertado ao leitor para que ele aja sobre ele, texto incompleto, anti-texto. Mas cada um o faz de forma peculiar.

Sintaxe de lacunas, em Borges

Genette, ao analisar Pierre Menard, autor do Quixote, afirma que a leitura é a mais delicada e mais importante operação que contribui para o nascimento do livro e a sintaxe narrativa de Borges vai atender à leitura, ao leitor. Borges, o essencial, seus textos são concisos, enxutos, breves, não aceitando

romances, talhado que é para o ensaio e o conto. Em entrevista a César Fernández Moreno, Borges dá sua opinião sobre conto e romance (transcreverei trechos de Borges soltos, sem as perguntas):

Um romance precisa de muitos rípios, como é natural. Se há demasiado rípio em três páginas minhas, em trezentas não haverá outra coisa além de rípios.

Digamos: a gente tem duas cenas essenciais, dois capítulos essenciais. Precisa de outros capítulos como nexos. O ideal seria que não se soubesse qual é o nexo. Mas isso é muito difícil e, quanto mais extensa uma obra, mais difícil é.

... o romance é um gênero que pode passar, sem dúvida passará; não acho que o conto passe.

Além disso os contos, mesmo que se deixem de escrever, continuarão sendo contados. Não acho que os romances possam continuar sendo contados, não?

Tomemos o 'Quixote', como exemplo de grande romance. O 'Quixote' pode-se ler, pode-se reler um número indefinido de vezes. Mas não sei se se pode contar. Simplesmente contado seria uma bobagem, ou não?

Nos planos da enunciação e do enunciado podemos detectar, dentre outros, os seguintes recursos:

a ambigüidade - é uma marca do discurso borgeano. No plano da enunciação é representada por expressões e/ou palavras como:

Duas, talvez, permitam...

... e talvez não leu..

... a vingança poderia ser herdade; os prazos poderiam computar-se por anos, quem sabe por séculos...

De O Sul, que é talvez meu melhor conto, basta prevenir que é possível lê-lo como narrativa direta de fatos novelescos e também de outra maneira

Que eu me lembre...

... e foi talvez a causa..

Aleatoriamente passando os olhos tanto por seus contos quanto por seus prólogos, encontraremos inúmeros exemplos, porém creio que esses bastam para nos fazer entender que essas marcas textuais têm um objetivo: criar uma atmosfera de dúvida - é ou não é? Estou vendo ou não estou? É sonho ou realidade? - característica das narrativas fantásticas, das quais Borges é um dos precursores na América Latina.

a repetição - em Biografia de Tadeo Isidoro Cruz, a história se repete, apesar de o narrador dizer que seu propósito não é repetir a história. A história de Tadeo Isidoro Cruz é a mesma de seu pai - sugere-se -, que é a mesma de Martín Fierro: ... noites depois, o grito de um anhuca avisou que a polícia o havia cercado.

A Trama

Para que seu horror seja perfeito, César, acossado ao pé de uma estátua, é morto pelos impacientes punhais de seus amigos, descobre entre os rostos e as armas de Marco Junio Bruto, seu protegido, quíça seu filho, e já não se defende e grita: Tu também, meu filho! Shakespeare e Quevedo recolhem o grito patético. Ao destino agradam as repetições, as variantes, as simetrias; dezoito anos depois, no Sul da província de Buenos Aires, um gaúcho é agredido por outros gaúchos e, ao cair, reconhece um seu afillhado e lhe diz com mansa recriminação e lenta surpresa (estas palavras devem ser ouvidas, não lidas): Pero, che! Pero, che! Ele não e ele não sabe que morre para que uma cena se repita.

Borges diz o essencial. Com ele, as lacunas dizem mais que o explicitado e acima o comprova. Não há descrições, explicações, digressões. É a leitura que preencher esses espaços. Borges elimina todos os nexos, como explicou em entrevista, citada anteriormente. Ainda Genette, explicando Borges: O tempo das obras não é o tempo definido do ato de escrever, mas o tempo indefinido da leitura e da memória. O sentido dos livros está na frente de quem lê, atrás, está em nós: um livro não é um sentido acabado, uma revelação que se recebe, é uma reserva de formas que superam seu sentido...

No texto abordado no item anterior, Biografia de Tadeo Isidoro Cruz, esse princípio de concisão é explicitado: ...do resto não contarei senão o indispensável. O motivo evidente me impede de narrar a luta.

Na concepção de Wolfgang Iser, se a história fosse dada completa o resultado seria o tédio. Deve haver, pois, um esboço que desencadeie o processo da leitura, fazendo com que a imaginação penetre no campo ficcional. Quer seja essa posição de Iser é Giovanna Bartucci, que cita J. L. Austin, para quem os textos literários são expressões performativas, ou seja, criam seu próprio mundo ao invés de simplesmente descrevê-lo. E Giovanna continua:

As lacunas do texto - isto é, a assimetria fundamental entre texto e leitor o

aberta a conexão entre as perspectivas textuais - dão ao leitor a chance de construir suas próprias pontes, relacionando os diversos aspectos do objeto que até então lhe foram revelados. Visto que os leitores são pessoas diferentes, existirá a possibilidade de construção de diferentes pontes, e o texto literário jamais ganhará uma definição última.

Dentre as muitas idéias expressadas por Borges em Pierre Menard, Autor do Quixote, uma parece (ai, fiquei contaminada) ser esta: a cópia exata, fiel, não existe. Não é cópia, é simulacro, porque não existem duas leituras iguais. Esses são alguns dos inúmeros aspectos que comprovam a singularidade da escritura borgeana. Passemos a Clarice:

Sintaxe que reproduz o fluxo fragmentário da narrativa

Clarice inovou em termos de sintaxe narrativa. Como Borges, causou estranhamento, foi considerada inusitada, diferente e sua escritura provocou críticas e ressalvas quando publicou seus primeiros livros. É que Clarice trouxe, para a Literatura Brasileira, um tipo de construção que não era e ainda não é comum em nossas obras: o fluxo fragmentário da narrativa, reproduzindo o fluxo fragmentário da consciência. Só o tema “linguagem”, em Clarice, daria trabalho suficiente para várias teses. Abordarei neste item alguns poucos recursos, dentre os que a autora utiliza, para exemplificar essa escritura que até hoje provoca uma sensação de desconforto no leitor - e não me refiro apenas ao leitor ingênuo.

Os recursos selecionados são:

repetição - repetição de palavras, expressões ou frases, no plano da enunciação, que nos indicam a repetição de temas, ou melhor, a “ausência” de temas: a obra de Clarice é uma procura obsessiva do ser, com a escritura indicando essa procura - a enunciação reiterando o enunciado:

Não ter naquele dia nenhuma empregada, iria me dar o tipo de atividade que eu queria: o de arrumar. Sempre gostei de arrumar [...] eu teria tido o emprego de arrumadeira numa grande casa de ricos, onde há muito o que arrumar. Arrumar é achar a melhor forma. Tivesse eu sido empregada arrumadeira, e nem sequer teria precisado do amorismo da escultura; se com minhas mãos eu tivesse podido largamente arrumar. Arrumar a forma?

Monólogo interior - uso intenso do discurso indireto livre, digressões, circularidade de raciocínio metafísico e lingüístico.

Benedito Nunes afirma que Clarice em A Paixão Segundo G.H. expôs-se ao risco

tiver construído toda uma voz.[...] E exatamente através do malogro da
vai pela primeira vez ouvir a própria mudez e a dos outros e a das coisas
la como a possível linguagem. Só então minha natureza é aceita, aceita
suplício espantado, onde a dor não é alguma coisa que nos acontece, n
somos. E é aceita a nossa condição como a única possível, já que el
existe, e não outra. E já que vivê-la é a nossa paixão. A condição hu
paixão de Cristo.

O exemplo acima, longo, fez-se necessário por estarem presentes nele o
abordados no item 2.

3. pontuação especial - o livro A Paixão Segundo G.H. inicia-se com
como se fossem reticências: _____ estou procurando, estou pro
termina com os mesmos sinais: E então adoro. _____ remetendo
um momento qualquer, a captação de parte do fluxo vital que começa
terminará adiante. O que foi “surpreendido” está inserido na vida de um
flagra num momento de crise. Como, aliás, todas as personagens de Cl
4. Metalinguagem - já abordada em metaficção, a metalinguagem, em C
questionamento da impotência em ‘inexprimir o exprimível’, ou ‘e
inexprimível’:

... e me indago a mim mesma se estou perto de morrer. Porque escrevo
estertor e sinto-me dilacerada como numa despedida de adeus.

Eu queria escrever um livro. Mas onde estão as palavras? esgota
significados.

Para escrever tenho que me colocar no vazio. Neste vazio é q
intuitivamente. Mas é um vazio terrivelmente perigoso: dele arranco sa
um escritor que tem medo da cilada das palavras: as palavras que digo
outras - quais? talvez as diga. Escrever é uma pedra lançada no fundo

Mais adiante Clarice dá a chave: Meditação leve e terna sobre o nada. N

de apreender o mundo, de entender a linguagem que produza comunicação, a escritora se fixa obsessivamente nessa linguagem. A linguagem não dá conta daquilo que ela quer dizer: esgotaram-se os significados e resta apenas o significante - dito , repetido, colocado aqui e ali, arrancado das entranhas e traduzido no papel - mas que dá uma rasteira na autora, apesar de todo cuidado - e se apresenta com sentido diferente do pretendido.

Toda a obra de Clarice Lispector reflete essa obsessão. As palavras que usa são, ao mesmo tempo, origem de poder e obstáculo à liberdade, com uso intenso da repetição, palavras-chave, construções inusitadas, imagens insólitas, paradoxos, metáforas e outros recursos, o que fez alguns críticos considerarem sua linguagem barroca.

CONCLUSÃO

Clarice e Borges - dois universos, duas criaturas, duas escrituras. Tão próximas e tão distantes, tão densas e tão despojadas. À densidade introspectiva de Clarice se opõe a concisão seca de Borges, à busca obsessiva do SER em Clarice - busca que leva à náusea, corresponde a busca do outro em Borges, esse outro que é o duplo e é ao mesmo tempo todos os homens. Tão diferente do ser-no-outro de Clarice, mas, de qualquer forma uma busca ontológica em ambos.

É inútil repetir que não se dá conta de Clarice e Borges num trabalho restrito como este. Ficam lacunas - inúmeras - e a sensação de que por essas lacunas escoo o que se quer dizer. Ou que se disse demais, mas repetitivamente, como Clarice, girando em torno de um eixo fixo, do qual não conseguimos escapar. Mas fica algo - sempre fica algo - e esse algo que fica de Clarice e Borges desencadeia a paixão pela palavra, tão bem trabalhada por ambos. Essa palavra que rompe o código, instaura uma nova ordem, constrói a realidade e nos lega obras como a dos dois - no mínimo, instigantes.

BIBLIOGRAFIA

ARENCEBIA, Vicente Jesús Figueroa. Ideas semióticas en Pierre Menard, autor del Quijote (xerox fornecida pqla professora Ester Abreu - UFES)

BARTUCCI, Giovanna. Borges: A Realidade da Construção. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

BORGES, Jorge Luis. Elogio da Sombra/ Perfis. Porto Alegre: Globo, 1971.

_____. O Fazedor. São Paulo: Difel, 1984.

_____. Nova Antologia Pessoal. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1996.

_____. História Universal da Infâmia. São Paulo: Globo, 1993.

_____. O Livro dos Seres Imaginários. São Paulo: Globo, 1996.

_____. Ficções. São Paulo: Globo, 1995.

_____. O Aleph. São Paulo: Globo, 1996.

BOSI, Alfredo. O Conto Brasileiro Contemporâneo. São Paulo: Cultrix, s/d.

CAMPEDELLI, Samira Youssef e ABDALA Jr., Benjamin. Clarice Lispector - Literatura Comparada. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CASTRO, Sílvio. A Revolução da Palavra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

DALLENBACH, Lucien. Intertexto e Autotexto in Poétique no. 27. Coimbra: Almedina, 1979.

ECO, Umberto. Lector in Fabula. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. Interpretação e Superinterpretação. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LISPECTOR, Clarice. A Legião Estrangeira. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1964.

_____. Laços de Família. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. A Paixão Segundo G.H. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

_____. A Hora da Estrela. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. Um Sopro de Vida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

MONEGAL, Emir Rodriguez. Borges por Borges. São Paulo: L & PM, 1987.

_____. Borges: Uma Poética da Leitura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NUNES, Benedito. O Dorso do Tigre. São Paulo: Perspectiva, 1976.

OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira. Um estudo de Jorge Luis Borges. América Hispânica no.7

SEPEHA. Faculdade de Letras da UFRJ, jan/ jun 1992.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. A Literatura Infanto-Juvenil de Clarice Lispector. Vitória: Nemar, 1993.

RODRIGUES, Selma Calazans. O Fantástico. São Paulo: Ática, 1988.

SANT'ANA, Affonso Romano de. Análise Estrutural de Romances Brasileiros. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

SANTIAGO, Silviano. Eça, Autor de Madame Bovary in Uma Literatura dos Trópicos. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SÁ-CARNEIRO. Mário de. Dispersão. Poesias. Ática, Lisboa, 1973, p.61.

- DALLENBACH, Lucien. Intertexto e autotexto. Poétique no. 27. Almedina, Coimbra, 1979, p. 53-4.
- LISPECTOR, Clarice. A Legião Estrangeira. Editora do Autor, RJ, 1964, p.137.
Idem, ibidem. P. 139.
Idem, ibidem. P.143.
- BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do Quixote. Ficções. Globo, SP, 1995, p. 54.
Idem, ibidem. P. 57.
Idem, ibidem. P. 57.
- BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor do Quixote. Ficções. Globo. SP, 1995, p. 61.
- ECO, Umberto. Lector in Fabula. Perspectiva, SP, 1986, p. 173.
- ARENCIBIA, Vicente Jesús Figueroa. Ideas semióticas en Pierre Menard, autor del Quijote. Xerox.p.7-8.
- LISPECTOR, Clarice. A Quinta História. A Legião Estrangeira. Editora do Autor, RJ, 1964, p. 91.
Idem, ibidem, p.91-3.
- SANT'ANA, Affonso Romano de. Análise Estrutural de Romances Brasileiros. Vozes, RJ, 1973, p.206.
- BLANK, Aldir & Guinga in PINHEIRO, Leila. Catavento e Girassol, CD - EMI, 1996.
- LISPECTOR, Clarice. Tentação in A Legião Estrangeira. Ed.do Autor. RJ, 1964, p. 67-8.
Idem, ibidem. P. 68.
- NUNES, Benedito. O Dorso do Tigre. Perspectiva, SP, 1976, p. 125.
- NUNES, Benedito. O Dorso do Tigre. Perspectiva. SP, 1976, p. 125.
- BORGES, Jorge Luis. O Fazedor. Difel, SP, 1985, p. 49-50.
- BORGES, J.L. O Outro in BARTUCCI, G. Borges: A Realidade da Construção. Imago, RJ, 1996, p.68-9.
- OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira. Um Estudo de Jorge Luis Borges. Revista América Hispânica no.7 p.157.
- BARTUCCI, Giovanna. Borges: A Realidade da Construção. Imago, RJ, 1996, p.36.
- BARTUCCI, Giovanna. Borges: A Realidade da Construção. Imago, RJ, 1996, p. 36.
- ALAZRAKI, J. Jorge Luis Borges apud BARTUCCI, G. op.cit. p. 92.
- BARTUCCI, Giovanna. Borges: A Realidade da Construção. Imago, RJ, 1996, p.93.
- LISPECTOR, Clarice. Um Sopro de Vida. Francisco Alves, RJ, 1991, 9 ed. P.20.
Idem, ibidem. p. 17-9.
- LISPECTOR, Clarice. Fundo de Gaveta in A Legião Estrangeira. Ed. Do Autor, RJ, 1964, p. 251-2.
- LISPECTOR, Clarice. A Hora da Estrela. Francisco Alves, RJ, 1993, p.26-7.
- BORGES, Jorge Luis. Ficções. Globo, SP, 1995, p. 27.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Borges ou O Conto Filosófico, prefácio a BORGES, J.L.

Ficções, 1995, p.14.

BORGES, Jorge Luis. A Aproximação a Almotásim in Ficções, Globo, RJ, 1995, p.47.

RUSHDIE, Salman. Versos Satânicos apud BROOKE-ROSE, Christine. História Palimpsesta in ECO, Umberto. Interpretação e Superinterpretação, Martins Fontes, SP, 1993, p.147.

GENETTE, Gérard. Figuras apud MONEGAL, Emir. Borges: uma poética da leitura. Perspectiva, SP, 1980, p.27.

BORGES, Jorge Luis. In MONEGAL, Emir. Borges por Borges. L&PM, Porto Alegre, 1987, p.189-190.

BORGES, Jorge Luis. Prólogo a Artíficos in Ficções. Globo, SP, 1995, p.107-8.

BORGES, Jorge Luis. O Imortal in O Aleph. Globo, SP, 1996, p.12.

BORGES, Jorge Luis. Biografia de Tadeo Isidoro Cruz in Ficções. Globo, SP, 1995, p.44.

Idem, ibidem. p.45-6.

BORGES, Jorge Luis. A Trama in O Fazedor. Difel, SP, 1985, p.25.

GENETTE, Gérard. Figures apud MONEGAL, Emir. Borges: uma poética da leitura. Perspectiva, SP, 1980, p.28.

BORGES, J.L. Biografia de Tadeo Isidoro Cruz in Ficções. Globo, SP, 1995, p. 43 e 45 respectivamente.

BARTUCCI, Giovanna. Borges: A realidade da construção. Imago, RJ, 1996, p.33-34.

LISPECTOR, Clarice. A Paixão Segundo G.H. Francisco Alves, RJ, 1994, p.37.

NUNES, Benedito. O Dorso do Tigre. Perspectiva, SP, 1976, p. 139.

LISPECTOR, Clarice. A Paixão Segundo G.H. Francisco Alves, RJ, 1994, p.179.

LISPECTOR, Clarice. A Paixão Segundo G.H. Francisco Alves, RJ, 1994, p.15 e 83, respectivamente.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. A Literatura Infanto-Juvenil de Clarice Lispector. Nema, ES, 1993, p.44.

LISPECTOR, Clarice. Um Sopro de Vida. Francisco Alves, RJ, 1991, p. 38, 18, 19 respectivamente.

NUNES, B. Leitura de Clarice Lispector apud RIBEIRO, F. A . op.cit. p. 49.

Os Jesuítas no Espírito Santo 1551 - 1760

*Carlos José Fernandes
Jaklane de Souza Almeida*

No ano de 1540, o Papa Júlio III aprovou a criação da Companhia de Jesus, que havia sido fundada em 1534 pelo militar Basco Inácio de Loyola. Sua organização era baseada em uma rígida disciplina militar, sendo considerados soldados da Igreja, cuja missão era combater o avanço do protestantismo e converter todos aqueles que estivessem fora do redil da Igreja. O então Rei de Portugal D. João III, no afã de apressar a colonização em terras brasileiras, após a experiência das capitanias hereditárias, nomeou um governo geral sediado na Bahia e confiou a Tomé de Souza a responsabilidade da administração que seria um elo entre Portugal. O governador geral pediu auxílio ao superior dos jesuítas para a tarefa de evangelização que seria empreendida no mundo novo junto aos interesses portugueses. Em 1549, junto com Tomé de Souza, chegam ao Brasil: Pe Manoel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Antonio Pires, João Navarro e dois irmãos religiosos da ordem. Desembarcados na Bahia, os jesuítas iniciaram seus ministérios, instalaram-se em pequenas palhoças, até construírem com as próprias mãos a primeira igreja de taipa em honra a Nossa Senhora da Ajuda, nome de uma das naus em que tinham vindo.

Diante do trabalho que já estava sendo realizado na Bahia, era necessário que se conhecesse outros pontos da capitania para se concretizar os objetivos da Companhia de Jesus, e dentro desse princípio chega ao Espírito Santo no mesmo ano de 1549, o primeiro jesuíta, Pe Leonardo Nunes que fica apenas um mês, pregando sermões, atendendo confissões e sondando a possibilidade de se formar nessas terras mais uma casa da Companhia, voltando a Salvador, o Pe Leonardo relata o que vira em terras capixabas ao Pe Manoel de Nóbrega que nomeia o Pe Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves para instalarem na capitania do Espírito Santo mais um núcleo jesuítico. Sabedores dos desafios que o aguardavam, os dois religiosos chegam ao Espírito Santo em 1551, com a tarefa também de conquistar os índios e colocar ordem nos povoados onde muitos padres vindos nas primeiras décadas levavam vida dissoluta, amancebados com as índias e deixando o trabalho apostólico às avessas...

Professores de História e estudantes do Curso de Especialização em História e Literatura do Espírito Santo - UFES.

O então responsável pela ilha de Vitória, Duarte Lemos, ofereceu algumas terras para a construção de um colégio, que numa série de ampliações e reconstruções surge à 25 de julho do mesmo ano a Igreja de São Tiago. “O colégio e a Igreja não foram construídos de uma só vez, pois durante todo o século XVII, os progressos da construção foram lentos, os recursos dependiam da boa safra agrícola” (BALESTRERO, 1979) Além da construção da Igreja e do colégio, os religiosos empreenderam a pacificação dos índios, fundaram aldeias chamadas de reduções onde organizavam a vida e o trabalho diário dos índios e lhes ensinavam o Cristianismo. Para reunir os indígenas os religiosos se embrenhavam de floresta adentro a fim de trazê-los para as aldeias, mas logo perceberam que para converter os indígenas à fé, sem ensinar-lhes a leitura e a escrita não seria possível encaminhar os objetivos da Companhia. Por isto, ao lado da catequese, organizaram nas aldeias escolas de ler e escrever, onde transmitiam o idioma e os costumes lusitanos. Estas aldeias, pelo que se supõe, eram localizadas em Carapina, Guarapari, Reritiba e Nova Almeida, além das fazendas de Itapoca, Araçatiba e Muribeca.

Em Guarapari os jesuítas se instalaram estabelecendo residência e aldeia tornando-se um importante centro de catequese. Nova Almeida possuía também um grande peso na catequese da região. A localização da Igreja dos Reis magos que abrigava o colégio nos dá idéia da maneira estratégica com que os jesuítas instalavam-se, quase sempre em lugares altos, de frente para o mar como se fosse uma prevenção contra possíveis ataques de navios estrangeiros.

Reritiba chegou a abrigar 6.000 índios que aos poucos foram se espalhando, mas dando ao local uma representatividade muito importante de centro de evangelização, talvez motivada pela presença do Pe José de Anchieta, que aí se fixou por volta de 1587 ou 1593. As fazendas tiveram grande influência econômica na vida da Capitania, pois além de garantirem a subsistência do Colégio Central (Vitória), funcionavam também como oficinas para a produção e a manutenção das ferramentas.

Com o advento das idéias iluministas, no século XVIII na Europa, a Companhia de Jesus é acusada de decadente e ultrapassada, além de exercer poder político sobre os governos, visando suas próprias conveniências. Essas acusações encontram em Portugal condições propícias para se difundirem, pois os jesuítas detinham o controle quase absoluto sobre a educação no reino e em suas colônias.

Diante de tantas acusações e processos movidos contra os jesuítas, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, ministro de D. José que assumiu o trono português em 1750, entrou em conflito com a companhia de Jesus, atribuindo-lhes intenções de opor-se ao controle do governo português, expulsa os jesuítas do reino e de seus domínios (inclusive do Brasil) em 1759. O mesmo ocorre mais tarde em outros países.

No Espírito Santo, os jesuítas embarcaram a 22 de janeiro de 1760, tendo fechados por parte das tropas portuguesas, seus colégios e substituídos mais tarde por escolas régias, fazendas ocupadas por altos dignatários da coroa portuguesa.

Apesar das intenções e do desrespeito à cultura indígena, os jesuítas possuíam um sistema educacional bem estruturado que a reforma pombalina não conseguiu substituir. Além das importantes construções de valor arquitetônico, eles foram responsáveis pela organização do dicionário tupi-guarani, sem contar com as obras de Anchieta que por sua estada no Espírito Santo foi responsável pela produção literária aqui existente no século XVI, que mesmo carregada de religiosidade nos dão conta da história do nosso Estado.

Bibliografia

BALESTRERO, Heribaldo L. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. Viana: S/E, 1979.

DOCUMENTO ESTADO. A Gazeta. Vitória, Espírito Santo: 1982. pag 5.

ITAICI, de equipe. **Os jesuítas**. São Paulo: Edições Loyola, 1978.

MORAES, Neida Lúcia de. **O mofo no pão**. São Paulo: Lisa, 1994.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: xFundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **A literatura do Espírito Santo, uma marginalidade periférica**. Vitória: Neimar, 1996.

1 Educação nos Séculos XVI, XVII, XVIII E XIX : Uma Personagem a Serviço dos Interesses Burgueses

Maria da Penha dos Santos

Na segunda metade do século XVI, em meio as grandes navegações, desembarcam no litoral brasileiro os jesuítas, estes abastecidos da cultura européia encontram aqui um povo portador de hábitos não inferiores aos portugueses, mas diferentes o bastante para incomodar em todos os aspectos, inclusive no que se refere a religião e a educação.

Os representantes da cultura européia deparam com um regime de educação informal, onde as crianças índias viviam a pedagogia da imitação, ou seja, aprendiam com seus pais a adorar aos deuses do sol e da lua, a ordem era viver o regime tribal.

É evidente que o sistema educacional preexistente na colônia não agradou ao invasor cristianizado, o índio não abandonaria as tribos para trabalhar nos engenhos, e não cessaria o ataque constate aos adoradores dos santos europeus. A alternativa então era evangelizar, impregnar a “submissão”. Para alcançar os objetivos, os padres investiam inicialmente na linguagem, os portugueses aprendiam a língua tupi, enquanto os indígenas “obrigatoriamente” eram ensinados a pronunciar o português, uma vez que os invasores fixaram residência próximo as aldeias indígenas já convertidas. “Assim todo o processo se iniciava pelo aprendizado da língua o que era feito mediante a espontaneidade do convívio.”(Borgo, 1997)

Quando os jesuítas observavam que os primitivos já haviam aprendido a língua européia, passavam então a ensiná-los leitura, escrita e o canto que ajudava os nativos a incorporar a cultura de adoração as imagens de santos europeus. Desta forma os portugueses conseguiram através dos jesuítas assassinar sem armas o deus Tupã e fazer nascer no meio das tribos o Senhor Jeová. “Tupã não podia ser um deus. Jurupari, o verdadeiro deus dos silvícolas, possuidor de liturgia, ritual e cerimônias, foi vencido pelos jesuítas, que o consideravam um demônio real, encarnação de Satanás.”(Casardo, 1976)

O novo Deus nasceu em meio as peças teatrais, as mesmas faziam parte da metodologia educacional jesuíta e tinham como objetivo deslumbrar os donos da terra e assim juntamente com os hinos, catecismos e poemas, vencê-los sem guerras, trocar-lhes as flechas envenenadas usadas para defender a terra por uma mente aculturada e submissa aos interesses da coroa. José de Anchieta, maior representante do período da educação jesuíta no Espírito Santo, não mediu esforços para dizimar os costumes indígenas, escreveu várias peças teatrais e disseminou entre os gentios, tal procedimento foi didaticamente surpreendente, pois inculcou a ideologia européia de uma forma muito alegre e receptiva.

Professora de História e Estudante do Curso de Especialização em História e Literatura do Espírito Santo/ UFES.

“Cheguemos, pouco a pouco a convicção de que o auto de Anchieta se inspirara, em sua textura, dos costumes indígenas, e em sua prosódia e métrica, do estilo de Gil Vicente. Pois, sempre em suas peças se encontra uma parte central em diálogos, que nas composições maiores se divide em dois atos posteriores, dança e despedidas, em música e canto. Essas partes ou atos correspondem ao cerimonial indígena do Recebimento de personagem insigne que visita a taba ou aldeia. Das quatro ou cinco partes ou atos, só a parte central contém a ação dramática através do diálogo. As outras partes, inicial e final, são líricas e menores em geral.

Estas partes líricas, cantadas ou dançadas, tomavam as toadas de canções e os passos de danças índias, portuguesas ou espanholas, como às vezes indica o próprio Anchieta.” (Cardoso, [199?])

Embora José de Anchieta receba os destaques, foi Afonso Brás que supostamente em 1551, constrói um colégio denominado Casa de São Tiago, primeira instituição educacional da capitania, construída em sesmaria doada por Duarte Lemos. Em 1562 o colégio tornou-se instituição regular e em 1567 foi fundado o seminário, quatro padres exerciam a função docente. Em 1571 os professores abatinados ensinavam a 40 meninos portugueses e várias crianças índias.

Convém ressaltar que em 1552, os professores da capitania receberam meninos órfãos de Portugal, esses pequenos abandonados formava o que denominava-se de “confraria”, estas foram extintas definitivamente no Espírito Santo em 1558. Na verdade a extinção iniciou-se no ano de 1553, por ocasião de nova constituição que regia a política da Companhia de Jesus. A década de 50 no século XVI é bem movimentada no que se refere ao colégio São Tiago, pois foi em 1556 que a instituição foi rebaixada a uma categoria inferior, passando a ministrar apenas aulas de ler e escrever.

No restante do século prosseguiram as atividades de catequização pelos padres. Em 1569, Anchieta estabeleceu muitas aldeias destinadas a catequese dos Gotacaz, Tupiniquim, Puri e Aimoré.

O século XVII, é marcado pelo aumento de padres no Espírito Santo, que continuaram a buscar índios no sertão e em 1654, conseguem elevar novamente a instituição educacional a categoria de Colégio, conseguindo inclusive a instalação do Curso de Humanidades. O curso oferecia gramática, a fim de que a composição oral e escrita fosse bem sucedida. Estudava-se dentre outros assuntos o livro da Eneida, livro das Odes de Horácio, Cartas de Cícero etc. A criação do curso de humanidades recebe algumas influências européias no que se refere ao ensino dos conteúdos literários e ensina língua latim, porém difere-se nos aspectos do ensino das novas ciências.

“No século XVII, os oratorianos se opõem a linha dos jesuítas e, dentro do espírito moderno, voltam-se para novas ciências e para o pensamento cartesiano, ensinam francês e outras línguas modernas, além do latim estudam história e geografia com o uso de mapas, encorajam a curiosidade científica e utilizam um sistema disciplinar brando.” (Aranha, 1997)

Os professores jesuítas, elo entre a colônia e coroa, conseguiram interferir e modificar os costumes de um povo e se hoje temos índios que vestem-se com roupas em tecido de algodão e cozinham o pescado em panelas é imprescindível lembrar que tudo começou quando os primeiros representantes da pedagogia formal européia ensinaram aos indígenas a fiar e tecer o algodão, fabricar panelas, cestos e outros artefatos.

“Mestres de todos os ofícios, os jesuítas transmitiram aos colonos e índios uma educação profissionalizante, ensinando a agricultura e diversos ofícios como a marcenaria, a carpintaria, a construção de casas, fiação e a tecelagem, a fabricação de alpercatas, cestos, colheres, gamelas, pilões etc.” (Coutinho, 1993)

Os índios incorporaram tão bem a cultura teatralmente imposta que no século XVIII, lutavam contra os que ainda resistiam a dominação portuguesa.

Foi também no século XVIII, que os jesuítas começaram a sofrer perseguições por parte da metrópole incomodada com o poderio dos padres nas capitanias. Em 1755, foi reduzida a autoridade dos jesuítas sobre os índios, posteriormente os mesmos foram proibidos de ensinar e finalmente em 1760 foram expulsos da colônia. A expulsão acarretou transtornos educacionais, uma vez que os jesuítas possuíam um sistema de ensino organizado. Embora fossem personagens portadores de uma didática estruturada, quem eram os padres diante de uma corte que para defender interesses econômicos resolve mesmo que de forma aparente proteger os índios no ano de 1755? O que poderiam fazer se a metrópole culpava-os do atraso econômico e cultural da colônia?

Convém ressaltar que quando a educação jesuíta foi substituída pela reforma pombalina o Espírito Santo contava com Colégio em Vitória, e casas de professores jesuítas nas aldeias de Reis Magos (Nova Almeida) e Reritiba (Anchieta) e fazendas de Muribeca, Itapoca e Araçatiba.

Os jesuítas foram exilados, porém os professores pombalinos eram professores formados pelos mesmos, assim ao longo dos dois séculos, o ensino continuou tendo o mesmo objetivo: - Educar para a submissão.

A reforma da educação no Espírito Santo foi estabelecida em 22 de maio de 1771. Oportunamente criou-se o ensino secundário com aula de Gramática latina, tendo como um dos professores deste período o Pe. Marcelino Pinto Ribeiro. “O padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte foi sem dúvidas, a principal estrela do

cenário político e literário capixaba na primeira metade do século XIX, registrando em sua vida e obra o amor por sua terra, a paixão do artista pela arte e do ser humano pela vida.” (Ribeiro, 1995)

Em Novembro de 1772, cobrava-se impostos literários sobre produtos comerciais, os mesmos eram cobrados sobre a cachaça, vinho, carne etc., e destinavam-se ao financiamento da educação.

Enquanto a educação jesuíta obteve sucesso e foi gratuita por dois séculos, a pombalina já estava falida antes mesmo de completar dois decênios. No Espírito Santo faltavam professores e os existentes estavam com os salários atrasados, logo o ensino tornou-se pago pela população, e não é necessário dizer que a metrópole cruzou os braços, pois já havia, por meio dos jesuítas, disseminado a ideologia européia no território colonial.

O período neocolonial inicia-se aproximadamente em 1808 e perdura até 1930. No Espírito Santo o período chega em 1817 e importa para a província características francesas, pois traz o ginásio e os cursos superiores e um ensino autoritário que não questionava a realidade social. Na fase joanina o Espírito Santo continuou à margem no que se refere a educação.

O império também não trouxe grandes progressos a educação em todo o território brasileiro está abandonada, acerca desta afirmativa o Correio da Vitória, jornal publicado na província em 13 de Janeiro de 1856, fazendo referência a educação em Salvador, traz a seguinte reportagem: “A Instrução primária e secundária de nossa província merecem um estudo apurado, uma séria atenção do poder competente”.

Escolas primárias foram criadas no século XIX, tem-se notícia que no império existiam na província 27 escolas, das quais 16 eram particulares. Os conteúdos ministrados eram: leitura, escrita, as quatro operações, prática de quebrados, geometria prática, gramática e os princípios da moral cristã e da religião católica apostólica romana. As leituras deveriam falar acerca da constituição do império e a História do Brasil, segundo os interesses do império. O jornal Correio da Vitória em 20 de Outubro de 1856 traz uma poesia que ilustra com veracidade este período:

“Lições da Pátria.

- Agora que tu meu filho
Crescendo já vás na idade
do ninho paterno deves
Ir sabendo a vetustade

... Manda o rei de Portugal
Grande frota navegar
Que fosse em clima distante
Costas da Índia buscar

... Navegando descaminha
Para o lado do poente
Onde devia encontrar
Nova terra nova gente

... Vem por fim Martin Affonso
Povoa a terra “inculta”
Funda a primeira colônia
Que depois prospera avulta.

... Nas costas de Pernambuco
Vagão feroz Caetés,
Tão cruéis adversários
Como os próprios aimorés

... Jesuítas colégios fundão
Pregão amor
Santa doutrina

Paz do Senhor
José de Anchieta
Gênio profundo
E o apóstolo
do novo mundo

Assim plantou-se
na nova terra
que o bem encerra”.

Mas preocupado em manter-se no poder à abraçar os problemas brasileiros o império elitiza, a educação. Com o crescimento da classe média cria-se em São Mateus a Cadeira de Gramática Latina e na capital, 18 cadeiras de instrução pública primária, das quais, 10 não possuíam professores. O interior da província ficou

totalmente desprovido de um sistema educacional. “Os colonos também não tinham igreja e escola. Só a terra de extraordinária fertilidade não malograva as esperanças” (Rocha, 1980). A educação das meninas inicia-se por volta de 1835, mas só recebe professora, D. Maria Carolina Ibrense em 1845.

As escolas de primeiras letras, receberam um regulamento durante a gestão do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz, de acordo com as regras, as escolas de primeira classe ensinavam leitura, escrita, rudimentos de gramática da língua nacional, teoria e prática da aritmética até proporções, noções gerais de geometria, a moral cristã e a doutrina católica. As segundas classes aprenderiam o mesmo conteúdo, exceto geometria, pois os alunos deveriam aprender as quatro operações. Conforme observa-se com esses conteúdos dificilmente um aluno questionaria a sociedade em vigor, até porque o livro didático da época, denominado *Cathecismo*, não oportunizava tal ato pois trazia a seguinte pergunta e resposta:

“- Pergunta: Qual he o verdadeira, e mais seguro meio de viver na sociedade?
- Resposta: Respeitando a Deos, e aos maiores em idade, e autoridade, guardando os seus mandamentos, sendo amigo da verdade, do trabalho e da economia, e não fazendo aos outros o que não queremos que nos fação.” (Vasconcellos, 1859)

Em 1861, o sistema educacional possui um inspetor geral (Presidente da Província), Inspectores de Distrito e Inspectores Paroquiais.

Embora muitos capixabas estivessem fora da escola a província, segundo relatórios, de 1862 encontra-se em melhor situação educacional.

O final do século XIX, foi um fracasso, apesar da obrigatoriedade a escolaridade entre 6 e 15 anos, muitas crianças e adolescentes deixaram de estudar, uns porque trabalhavam na colheita, outros porque não encontravam escolas para matricular-se.

“... não conseguiram evitar que na virada do século a província chegasse à triste condição de ver escolas sendo fechada, por falta de recursos para manutenção, como por exemplo o Ginásio Mateense, iniciado em 1877.” (Coutinho, 1993)

A escola secundária não prospera na província, em 13 de junho de 1867, um Liceu que preparava alunos para as academias com aulas de língua francesa e latim, história, geografia, retórica, filosofia racional e moral, aritmética, geometria e música e rebaixado a categoria de Colégio do Espírito Santo, e finalmente em 1868 passa a ser definitivamente Escola Normal.

Em 1880, Herculeno Marcos Inglês de Souza, estuda possível reforma na educação e em 1884 um representante do partido republicano, José Silva Jardim,

ministra conferências sobre o Método João de Deus e era então realizada a reforma educacional na província.

Finalmente o império chegou ao fim, deixou a província sem o ensino superior, sem ensino secundário fortalecido e as escolas de primeiras letras em péssimas condições. O imperador sabia das necessidades educacionais do Espírito Santo, mas com seu medo burguês de instruir ao povo, intimida-se, e, detêm-se apenas em observar o fracasso do ensino conforme relatos da visita feita por ele a cidade de Anchieta em seus tempos de governo.

“Aula dos meninos de Antônio Carneiro Lisboa Júnior. ... Sabem apenas rezas; porém mal. Letra dos meninos sofrível. O professor não presta pra nada.” (Rocha, 1980)

Ao longo dos quatro séculos, a educação esteve sempre a serviço dos interesses burgueses, ora para fortalecer a coroa portuguesa, ora para manter os interesses do império e de toda uma classe de burgueses competentes apenas para estabelecer e perpetuar a ideologia dominante.

2 Referência Bibliográfica

COUTINHO, José Maria. Uma história da educação no Espírito Santo. Vitória : DEC, 1993. p. 15-80.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. Literatura do Espírito Santo : uma marginalidade periférica. Vitória : Nemar, 1996. 20 p.

GAMA, Oscar Filho. Razão do Brasil : em uma socio-psicanálise da literatura capixaba. Vitória : FCAA, 1991. p. 4-51.

REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, Vitória : IHGES, n. 49, p. 33-43, nov. 1997.

VASCONCELLOS, J. P. M. Cathecismo histórico e político seguido de máximas e pensamentos de diversos autores. Vitória : Pedro A. D. Azevedo, 1859. p. 13-14.

JORNAL CORREIO DA VITÓRIA. Vitória, 13 jan. 1856.

JORNAL CORREIO DA VITÓRIA. Vitória, 20 jan. 1856.

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. Rio de Janeiro : Revista Continente. Brasília, 1980.

ARANHA, Maria Lucia de A. Filosofia da educação. São Paulo : Moderna, 1997.
p. 15-99.

IMIGRAÇÃO ÁRABE NO ESPÍRITO SANTO

Annaelisa Aarão Marques

Falar sobre a imigração árabe ou simplesmente sobre os árabes no Espírito Santo constitui tarefa ingente dado o seu riquíssimo conteúdo de tantas tradições que influenciam e contribuem para a formação do nosso povo na arte, na culinária, no comércio...

Há 4.000 anos antes da Era Cristã, vários povos de cultura e hábitos diferentes foram conquistando o Oriente Médio em geral: os sumérios, os babilônicos, os acadianos, os egípcios, os assírios, os hebreus, os medos e os persas, os hindus e os fenícios. São as mais antigas civilizações da História e viveram às margens dos rios Tigre e Eufrates, na mesopotâmia; Nilo, no Egito; Amarelo, na China; Jordão, na Palestina; Indo e Ganges, nos atuais Índia e Paquistão. Todos eles contribuíram para a formação de uma brilhante civilização que tanto legado deixou à Humanidade. De lá nos chega a maior das invenções: o alfabeto; de lá vieram os dez símbolos numéricos que nos levam ao infinito; a arquitetura, a agricultura, a domesticação de animais, a metalurgia, a pintura em cerâmica, a divisão da sociedade em classes e a religião organizada.

Tantas coisas nos vêm desses povos que seria impossível, num simples ensaio, enumerá-las todas, como por exemplo a descoberta da púrpura pelos fenícios, povo de origem semita. Esta substância era retirada do merjan, animal marinho já extinto, e era empregada na tintura de tecidos. Os fenícios ocuparam a parte setentrional do Mar Vermelho, uma faixa de terra em forma de retângulo, atual Líbano, por volta do ano 1000 a.C.

O Líbano foi ocupado por vários povos que deram origem ao seu cosmopolitismo: hitistas, egípcios, assírios e persas. Porém, foram os fenícios que fizeram do Líbano o seu território histórico, cuja cultura floresceu por mais de 2 mil anos.

Professora de História e Estudante do Curso de Especialização em História e Literatura do Espírito Santo/UFES.

O Líbano, na Antigüidade pertenceu à Síria, juntamente com Israel e Jordânia. A conquista muçulmana (661 e 750) faz da cidade síria de Damasco a capital do Império Árabe. De 1516 e 1918, a Síria é dominada pelo Império Turco-Otomano. Em consequência desse domínio, sírios e libaneses tiveram que adotar a cidadania turca, daí, talvez, a confusão em juntá-los até hoje sob o manto dessa cidadania, apelidando-os, erradamente, de turcos.

Muitos fatores contribuíram para a imigração de outros povos para o Brasil. Dentre eles se pode destacar a proibição do tráfico de escravos, culminando com a abolição da escravatura em 1888, que diminuía a oferta de mão-de-obra, que já havia se agravado com a guerra do Paraguai onde muitas vidas se perderam. Por outro lado, a lavoura do café exigia cada vez mais o trabalho humano devido a suas características e o aumento da produção. Assim, o governo brasileiro facilitou a imigração, incentivando, subsidiando e regulamentando a vinda de estrangeiros para o Brasil, através de leis e decretos.

Em 28 de outubro de 1848, a Lei nº 514, no seu artigo 16, estabelecia como atribuição do Governo Provincial o direito de colonização, concedendo a cada Província seis léguas em quadra de terras devolutas em diferentes locais de seu território para esse fim, sob as seguintes condições: existência de mão-de-obra escrava e impossibilidade de transferência de propriedade. A desobediência a esses princípios legais ocasionava a devolução das terras ao governo.

O Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, aprova o regulamento para as Colônias do Estado. No seu artigo 6, estabelecia:

“Os colonos à sua chegada poderão escolher livremente o lote a que derem preferência, pagando a vista o preço fixado segundo respectiva classificação. Para os que comprarem a prazo, se adicionarão ao preço marcado 20% e será o pagamento feito em cinco prestações iguais, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento.

O colono, porém, que pagar antes dos respectivos vencimento terá um abatimento de 6% correspondentes ao total da prestação ou prestações antecipadas.”

Havia também aqueles que por alguma razão não conseguiram cumprir os princípios determinados pelo governo, provocando assim a devolução das terras.

Os imigrantes foram verdadeiros heróis, transpondo obstáculos diversos em terras completamente estranhas.

“O Mapa Geral da Província do Espírito Santo, porém, relativo às colônias e vias de comunicação, datado de 1886, era distribuído como propaganda para a imigração, com legenda em português, francês, alemão e inglês às suas margens.”

Enquanto aqui houve estímulo à imigração, do outro lado a emigração foi muitas vezes provocada por conflitos em seu país de origem – a Unificação da Itália e, mais tarde, a Primeira Guerra Mundial podem ser citados como exemplos. Esses fatores contribuíram para um tipo de imigração ao mesmo tempo intensa e desordenada, obrigando o governo brasileiro a baixar normas restritivas quanto à entrada de estrangeiros.

Já a imigração árabe tem como elemento determinante o desmembramento do Império Turco-Otomano, que vinha perdendo o seu domínio desde 1882, com a perda gradativa do seu território até se fragmentar totalmente, desencadeando, com isso, grave crise com retração da economia, superpopulação e desemprego. A partir daí, dá-se o êxodo dos povos dessa vasta região do Oriente Médio para outros países.

No último decênio do século XIX, logo após a Proclamação da República, vieram os sírios e libaneses. A corrente imigratória para o nosso país tornou-se considerável não só por parte dos árabes mas, sobretudo, dos italianos que acorreram em maior número.

Duas grandes dificuldades em saber estatisticamente o número de sírios e libaneses que entraram no Brasil nessa época foi devido ao seu passaporte onde constava a cidadania turca e a identificação dificultada pela prosaica classificação dada aos que aqui aportavam – os que vinham na primeira classe do navio eram considerados turistas; na classe inferior, ou terceira classe, simplesmente eram qualificados como imigrantes.

Somente em 3 de maio de 1934, através do Decreto Federal nº 24.215, é que se definiu o termo imigrante:

“Imigrante é todo estrangeiro que permanecer no Brasil por mais de trinta dias e no exercício de sua profissão.”

Em *La Vita di Vittorio...*, p. 55, Douglas Puppim descreve de maneira pungente a dura vida do aspirante a imigrante:

“A hemorragia demográfica mais preocupante é constituída da emigração permanente transoceânica. Todos os emigrantes para a América venderam cada coisa, do campo e da casa, os móveis e os utensílios, e só assim se encontravam providos dos meios para viajar.”

Era o que ocorria em geral com os imigrantes que aqui aportavam. Procuravam por todos os meios uma maneira para viajar na primeira classe do navio. O sofrimento era muito grande quando ocorria o contrário, pois a viagem durava, no mínimo, trinta dias.

Embora o governo brasileiro incentivasse e regulamentasse a entrada de estrangeiros em território nacional, estimulando-os à agricultura, os sírios e os libaneses, ao contrário de outros imigrantes que procuravam o interior e se dedicavam à agricultura, davam no exercício do comércio, no campo ou na cidade, a sua contribuição ao desenvolvimento da economia. Como mascates deram verdadeiras aulas de venda e se tornaram mais tarde, em sua maioria, prósperos comerciantes e industriais.

Quando vieram para o Brasil, de início, os sírios e libaneses instalaram-se no oeste paulista. No Espírito Santo, sua preferência foi pelas regiões de Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Guarapari. Não se sabe, até hoje, a data precisa da entrada do primeiro sírio ou libanês no Brasil.

Mintaha Alcuri, no seu livro *Turco pobre, sírio remediado e libanês rico*, na página 54, cita a controvérsia dos historiadores Adolfo Bezerra de Menezes e Slimane Zéghidour. O primeiro destaca o ano de 1808 e o segundo o de 1860 como o marco da chegada dos árabes ao Brasil.

Por índole, os árabes têm sempre a família como referencial. Vivem sempre rodeados pelos familiares e os assistem em todas as etapas da vida. Os parentes que permaneciam em sua origem eram sempre incentivados a emigrar para o Brasil. Enviavam cartas descrevendo as benesses aqui encontradas e como “ser muito fácil ganhar dinheiro...”

No livro citado acima, Mintaha Alcuri enumera alguns fatores que motivaram a vinda para o Brasil de familiares e amigos dos árabes aqui radicados. As razões da escolha variam da presença de parentes no Brasil, cartas de amigos e até mesmo achando que estavam chegando à América.

Os navios que traziam os imigrantes para o Espírito Santo eram inspecionados e seus passageiros eram submetidos ao comitê de triagem e, dependendo do seu estado de saúde, poderiam ter sua permanência negada. “Meu avô vinha com o meu pai para o Brasil, ficou doente e faleceu a bordo durante a travessia do Mediterrâneo. Seu corpo foi lançado ao mar...”

Era comum entre os emigrantes ocorrerem nascimentos e mortes durante o percurso e quando grassavam epidemias a bordo. Havia perturbações de todo o tipo, chegando a ser razão para mudanças de rota ou atraso nas viagens. Os navios muitas vezes ficavam impedidos de atracar em alguns portos.

A ESCOLHA DA TERRA PROMETIDA

Vindas em sua maioria da cidade de Magdouche – ou Magdusch – na província de Sidon – ou Sidônia (em árabe, Saida) – situada na parte sul do Líbano, atraídos pelas boas notícias de parentes aqui radicados, algumas famílias escolheram para viver a vila de Iconha. Dentre esses imigrantes estava o meu avô Jorge Aarão. Em 1897, desembarcara no Rio de Janeiro e com alguns recursos que trouxera pode comprar o seu primeiro estoque de mercadorias que lhe possibilitara iniciar-se comercialmente. De início, como mascate pelos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Fixou residência em Iconha, onde, já próspero, comprou uma propriedade rural no lugarejo conhecido por Monte Belo, onde cultivava a lavoura de café, milho, feijão, frutas diversas, criação de porcos e aves. Tornara-se notável na região pela criação de abelhas, atividade até então pouco conhecida. O comércio – como não podia deixar de ser – se fazia presente, representado por um armazém de secos e molhados que abastecia boa parte da população de Iconha e arredores de víveres, tecidos, ferramentas, utensílios domésticos etc.

O motivo determinante da vinda do meu avô a estas terras foi a militância política. Caído em desgraça pela oposição ferrenha que vinha exercendo ao regime político libanês, Jorge Aarão (e outros do seu grupo), para escapar da perseguição, emigrou, deixando para trás, além dos interesses políticos, parentes e amigos, a sua noiva, Latife Salem, moça prendada e puritana da classe média, de família cristã. Impulsionado pelo amor, Jorge volta ao Líbano, casa-se com Latife e volta feliz para o Brasil. Aqui, sempre em Monte Belo, angaria prestígio na comunidade e participa ativamente de movimentos políticos, nunca se omitindo ou ficando

indeciso em relação às suas preferências nesse campo. Claro está que quem criava abelhas para extrair o mel, na política criava vespas que lhe enchiam a vida de fel. Sua índole contestadora não lhe permitia ficar alheio ao que acontecia em sua volta. Dentro de casa tinha a oposição da esposa, avessa à política. Latife Salem carregava no ventre mais um filho do casal, e sua única aspiração era o bem estar da família. Assim convencera o marido a mudarem-se de Iconha para Cachoeiro de Itapemirim. Nesta próspera cidade do sul do Espírito Santo, Jorge Aarão dedicou-se também ao ramo de hotelaria, adquirindo o Grande Hotel Brasil, hoje Itabira Hotel, famoso durante anos por sua cozinha que, além dos pratos convencionais, tinha o acréscimo de iguarias árabes. Não só os hóspedes freqüentavam o seu restaurante. As famílias da sociedade cachoeirense ali se reuniam para se deliciar com as novidades gastronômicas.

Não demorou muito para que Jorge e Latife Aarão se integrassem à comunidade árabe radicada em Cachoeiro de Itapemirim. Juntamente com as famílias Moisés, Murad, Risek, Aboudib, Simão, Alcuri, Abrão e Depes formavam um pequeno pedaço do Oriente Médio na efervescente e principal cidade do sul do Espírito Santo. De espírito aberto e atuante, a comunidade árabe é influente nas mais diversas atividades, indo do comércio à nascente indústria, da agricultura à exportação do café, da religião à política. Como exemplo marcante desse ecletismo, encontramos, nas primeiras décadas deste século, o precedente histórico na figura de Miguel Depes.

Miguel Depes nasceu na cidade árabe de Dibs, situada em Damasco, capital da Síria. Veio para o Brasil aos quinze anos de idade, em 1898, em companhia do seu irmão Brahim e do cunhado Eduardo Sabra. Mascateou, fixando residência em Muniz Freire, na época pertencente à comarca de Rio Pardo. Após vários anos como mascate, tornou-se comerciante e exportador de café. Casado com Assma Depes, natural de Zable, no Líbano, tiveram dois filhos – Henriette e Julieta.

Foi político na República Velha - vereador, delegado de instrução, coronel da Guarda Nacional, comandante do 40º Batalhão de Infantaria sediado em Rio Pardo. Foi um dos responsáveis pela instalação da comarca de Muniz Freire e partidário do patrono da cidade, o senador Moniz Freire.

Contando assim, parece que tudo fora facilitado aos imigrantes e que a vida fluía sem obstáculos às suas realizações. Na verdade, pouca coisa se compara à obstinação desse povo. É dessa têmpera, uma mistura de sonho e realidade, que surge o combustível que impulsiona o progresso.. Os obstáculos, aparentemente

intransponíveis aos simples mortais, transformam-se em desafios que valorizam a vitória. Daí o ditado árabe – “Os cães ladram, mas a caravana passa.” – que poderia ser inscrito na bandeira desse povo cheio de determinação

Nada mais emblemático que finalizar este ensaio evocando a nobreza do patriarca Miguel Depes, nos seus cem anos de imigração, como portador e símbolo de nossa homenagem à toda comunidade árabe do Espírito Santo e do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Imigração, Urbanização e Industrialização. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. Cultura e Arquitetura – A casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. Vitória, EDUFES/FCAA/UFES. P. 195

Ibid., p. 25

PRADO, Eduardo. A Imigração no Brasil. Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, nº 4, dezembro-1941.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. Turco Pobre, Sírio Remediado e Libanês Rico. Vitória. Instituto Jones dos Santos Neves, 1987. P. 59.

OS VIAJANTES ESTRANGEIROS NO SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

MARIA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA

Desde épocas passadas, as narrativas dos viajantes confundiram-se entre a fantasia e realidade. Descrevendo o que viam, o que ouviam e o que queriam ver, os viajantes traziam notícias de homens e de terra desconhecidas. Os estranhos costumes dos povos da África, do Oriente e das Américas durante muito tempo alimentaram o imaginário popular elitista europeu. As narrativas registravam as experiências dos viajantes, o seu deslumbramento assim como as variedades de formas, dos seres e das cores das terras dos trópicos distantes.

Nos continentes novos os viajantes inauguram uma tradição narrativa comprovada através da pintura. Das mais diversas procedências, entre os séculos XVI ao XIX, os viajantes aportaram na América, percorrendo parte do nosso imenso continente. Das narrativas surgem a visão do inferno e o paraíso, o bom e o mau selvagem. A natureza exuberante que os atraía e os assustava fez com que eles elaborassem um confronto assustador entre as diversas culturas que aqui habitavam.

As expedições têm seu início no século XVI, mas a vinda desses viajantes vai ocorrer a partir do século XVIII, é nesse século que se inaugura o novo ciclo de viagens que se estende por todo o século XIX. As expedições científicas além de alimentar o imaginário europeu sobre as terras americanas, alimentam também o espírito científico e classificatório. O mundo, os seus povos com seus hábitos e costumes bem como suas obras, tornam-se passíveis de se transformar em peças de museu. As narrativas dos cientistas e os desenhos dos pintores que acompanhavam os viajantes, registram minuciosamente os povos e os tipos humanos, a fauna e a flora, as paisagens e as cidades.

A maior parte das missões científicas foram financiadas pelos governos da França, Inglaterra e Alemanha e seus integrantes faziam parte do movimento de

Professora de História e Estudante do Curso de Especialização em História e Literatura do Espírito Santo/UFES.

expansão das ciências naturais, onde os avanços da ciência tomavam por base o método da “observação”. As exigências do método impunham que a observação fosse cuidadosamente descrita, registrada, documentada e reproduzida através do desenho ou da pintura.

As missões científicas, instrumento pelo qual a antropologia moderna começou a construir seu objeto de estudo tendo como modelo a História Natural, utilizaram largamente a pintura, o desenho e a gravura para documentar e ilustrar suas observações e conferir-lhes legitimidade através de uma teoria da arte baseada no “Realismo Criativo”.

O conceito de “Realismo Criativo”, foi desenvolvido e aplicado, primeiramente por Alexandre Von Humbolt ao estudo do espaço geográfico e humano em suas viagens América do Sul por volta de 1810, concebendo “a representação científica da natureza numa imagem artisticamente conformada”, o uso de ilustrações acompanhando o texto científico era visto por Humboldt não só como objeto de interesse do estudioso e do cientista, mas como meio de popularizar a ciência, conquistando um público leitor sempre ávido por satisfazer o antigo fascínio pelo “Mundo Selvagem”.

Trezentos anos após a sua descoberta, as terras do continente americano, permaneciam praticamente inexploradas, despertando o interesse e a curiosidade dos europeus. As viagens exploratórias geralmente ditadas por instintos colonialistas, por vezes inspiravam-se também o desejo de explorar o exótico e o desconhecido, assumindo posteriormente um autêntico interesse científico.

De imediato verifica-se que a união entre esses elementos transformou os relatos sobre o Brasil. Até o começo do século XIX, o mundo não conhecia a respeito da flora, da fauna e da geografia do nosso país, além do que fora divulgado pela Missão Científica de Nassau, cujo título “História Naturalis Brasilian” (1648), descrevia com grande riqueza dados e observações a flora e a fauna do país.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, D. João VI em sua administração (1808-1821), toma várias iniciativas, abrindo assim novos horizontes à vida do país e como decorrência delas, inaugura-se um verdadeiro ciclo de viagens e expedições científicas, onde especialistas de várias partes do mundo põem seu

saber a serviço do conhecimento da flora e da fauna brasileira “ Pela primeira vez se cogita o ensino superior e das artes, quando o governo faz vir em 1816 uma missão de artistas de França e do estudo da flora nativa -Fundação do Real Horto, mais tarde 1819 jardim botânico”. (HOLANDA,1963, 120/131.)

Constata-se que a união entre a Arquiduquesa Leopoldina de Habsburg, filha do Imperador da Áustria com o futuro Imperador do Brasil D Pedro I, vai fazer com que ocorra um aumento considerável de cientistas, que aqui se dedicariam ao problema da exploração do solo, do aproveitamento do carvão e dos minerais de ferro.

A princesa Leopoldina revelou grandes inclinações pelas ciências naturais e pelas artes. Fez-se acompanhar de naturalista e minerólogo. No Brasil a arquiduquesa se transformaria em colecionadora enviando vários caixotes de minerais e plantas, bem como animais e aves de toda espécie para a Europa, para o museu de História Natural em Viena. “ A sua própria iniciativa geraram o projeto de trazer no seu séquito uma missão de cientistas e artistas que explorassem o país desconhecido, isto ainda no seu casamento” (HOLANDA,1963, 120/131.)

O século XVIII, foi um século de absoluto isolamento para a Província do Espírito Santo. O Ciclo do Ouro, no Brasil teve efeitos totalmente desfavoráveis sobre o território capixaba. Devido a sua proximidade com as “Minas Gerais”. Cumpria nesta época o Espírito Santo apenas uma função estratégica. Sua posição litorânea e boas condições para um porto foram vista pelo governo português como uma ameaça a corôa, devido a facilidade para o contrabando.

Dentro deste contexto o Estado do Espírito Santo foi uma das regiões que no século XIX receberam a visita de vários viajantes estrangeiros. Estas visitas ocorreram de duas formas: particular e financiada. A província do Espírito Santo passou a ser visitada por muitos pesquisadores europeus entre os quais se destacaram Augusto Cessar Prouvinçal de Saint-Hilaire e Maximiliano Wied Neuwied, Freyreiss, Sellow, François Biard além de outros naturalistas que aqui estiveram de passagem. (ROCHA,1971,33).

Diferentemente do Rio de Janeiro e da Bahia a Província do Espírito Santo, não fazia parte da rota dos navios que se dirigiam para outros continentes. É grande a relação de estrangeiros ilustres que se detiveram no porto de Vitória, somente o tempo necessário para o abastecimento do vapor. Enquanto se supria o navio de

água potável e alimentação ou para resolver problemas alfandegários muitos deles faziam anotações em seus diários (ROCHA,1971,20).

Maria Graham, em 1821 no seu “Diário de Uma Viagem ao Brasil” relata que a principal atividade econômica na Província era o comércio de escravo. “..Não menos de setenta e seis navios de escravos partiram sem contar os contrabandistas neste genero” (ROCHA,1971,21).

Charles Landsur, viajando para o Brasil acompanhando o Embaixador Sir Charles Stuart, em 1825 esboça aspecto de Vitória para seu álbum de desenhos.(ROCHA,1971,22)

Eduardo Wilberforce, aspirante oficial da corveta inglesa, percorreu a costa da Província do Espírito Santo em 1851, com o propósito de reprimir o tráfico de escravo. Deixou registrado as suas impressões da viagem num livro que foi publicado em Londres cinco anos depois (WILBERFORCE,1851).

Como citei anteriormente, a maioria das expedições científicas no Brasil foram financiadas por governantes europeus, como por exemplo ‘A Expedição do barão de Langsdorff ao Brasil 1821-1829’. O prussiano Gregori Ivonouch Langsdorff contribuiu muito para o estudo da nossa flora e fauna. Veio para o Rio de Janeiro em 1813, como Cônsul-Geral da Rússia, vivia em sua fazenda “mandioca”, onde a partir dali realizou algumas viagens científicas a Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, dos quais vários cientistas de renome mundial vão estar participando como: Ludwig Riedel, botânico, nasceu em Berlim, Alemanha, Saint-Hilaire, botânico; Eduardo Menetrier e Chistiem Hasse, zoólogo; Frederico Sellow, zoólogo; George Guilherme Freyress, zoólogo e experimentado ornitólogo; Johann Moritz Rugends (KOMISSAROV,1981,56).

Rugendas e Maximiliano Alexandre Philipp, Prinz von Nied-Neuwied, recebe o convite do Barão de Langsdorff para fazer parte da comitiva. Nesta época o Barão de Langsdorff já estava com sua comitiva preparado para uma viagem a Minas Gerais.

A maioria destes naturalistas eram apoiados financeiramente pelo Barão de Langsdorff, e este recebia apoio financeiro do Governo Russo, como também recebia apoio político e liberdade de pesquisa do Governo brasileiro, através do passaporte régio.

Tanto as expedições científicas de caráter governamental quanto as particulares, ocorreram com o objetivo de estudar a natureza, a população e a economia do Brasil em todos os seus aspectos. Entre estes naturalistas citados acima, que fizeram parte da comitiva do Barão de Langsdorff vários deles vão estar percorrendo a Província do Espírito Santo.

Na Província do Espírito Santo o que vai prevalecer é a expedição de caráter particular. A maioria dos naturalistas que estiveram aqui fazendo as suas pesquisas científicas, vieram por conta própria.

Os ligados à expedição governamental foram: Augusto Cessar Prouinçal de Saint-Hilaire, naturalista, nascido na cidade de Turpniere, França 1779, morreu em Orleans 1853. Veio ao Brasil em 1816, na comitiva do Duque de Luxemburgo, embaixador francês junto a Corte, viveu sete anos no Brasil, dentro deste período andou duas mil e quinhentas léguas.

Visitou a Província de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e ainda margem do Rio da Prata e Uruguai, seu principal objetivo era para estudar História Natural. Organizou importantes coleções de zoo-botânicas para o Museu de História Natural, as quais constituíram assunto de algumas obras científicas.

Aqui reuniu grande coleção de plantas e percorreu várias províncias brasileiras, dentre elas a Província do Espírito Santo, que a descreveu minuciosamente em sua obra ‘Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo 1830’, fornecendo dados de interesses etnográficos. Suas obras são: ‘Plantas Visuais dos Brasileiros 1824’; ‘Flora do Brasil meridional’ (3 vol. com a colaboração de Jussieu e Cambessedes 1825-1832); ‘A Agricultura e a Criação de Gado Nos Campos Gerais’ 1849 e ‘Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais’ 1830. Foi um dos mais notáveis viajantes e percorreu todo o litoral do Espírito Santo. (KOOGAN/HOVAISS, 1971).

Outros importantes naturalistas foram: Maximiliano Alexandre Philipp, Prinz Von Wied-Neuwied, que usara o pseudônimo de M. Von Brandenburg, nascido em 1782, na cidade cujo nome adotou. Chegou no Brasil em junho de 1815, cujo interesse era viajar pelo interior do Brasil.

George Guilherme Freyress, veio de São Petersburgo, Alemanha, zoólogo

e experimentado ornitólogo, chegou ao Brasil em 1813, enviado para o Brasil como ajudante e preparador do Barão de Langsdorff.

Frederico Sellow, nascido em 12 março de 1789, na cidade de Potsdam, Alemanha, chegou no Brasil em 1814. Ambos iniciaram uma expedição em agosto de 1815 pelas Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Eles conseguiram facilidades de trânsitos; carta de recomendação e o título de “Naturalista Subvencionado” por D. João VI. Os três viajantes visitaram Araçatiba, a maior fazenda da Província neste período. Eles percorrem também todo o litoral do Espírito Santo, chegando à Bahia através do Rio Doce. Como a viagem estava sendo muito rápida, Sellow resolveu ficar para trás. Estava convencido de que não era muito fácil conciliar uma viagem rápida com o ofício de coletar material para pesquisa. (ROCHA, 1971, 35/57)

Dr. John Julivs Linden, natural de Luxemburgo, 1836. Veio financiado pelo Governo Belga. Vieram com ele o desenhista N. Funck e o zoologista Augusto Guiesbreght. Durante três anos eles percorreram as Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo onde organizaram coleções zoo-botânica, que foram expostas em Bruxelas. (ROCHA, 1971, 21)

Outros viajantes, estiveram ainda na Província do Espírito Santo fazendo pesquisas científicas, tinham os mesmos objetivos das expedições governamentais, tinham em comum os seus roteiros de viagem, estiveram na região do Rio Doce, para conhecer e estudar o índio “BOTOCUDO,” e o caso de Johann Moritz Rugendas, pintor e desenhista alemão, nascido na cidade de Augsburg, Alemanha, chegou ao Brasil em 1821, ele foi contratado pelo Barão de Langsdorff, para participar da expedição científica programada em 1824. Ocorreu que em Minas Gerais ele se separa da comitiva para aventurar-se sozinho pela floresta. Desenhou paisagens e panoramas de cidades e a mineração do ouro, desenhou também os índios do Espírito Santo, ‘BOTOCUDOS’, onde ele próprio afirma, segundo seus apontamentos biográficos, redigidos para o escritor francês Rodiguet ‘... Penetrei, sozinho, na floresta, seguindo o curso dos rios nas canoas dos índios, passando uma estação inteira com eles... é preciso ter uma rija constituição física e moral para suportar todos os incômodos, privações e fadigas, aos quais se é esperado numa dessas viagens... Desenhei o tempo todo, enquanto pude dispor de papel e cadernos... Observei os selvagens em suas cabanas, seus costumes, anotando as suas linguas..’ (ROCHA, 1971, 19)

Todo o material desenhado por esse pintor, perdeu-se em parte na guerra e outra parte dispersou-se nas coleções particulares. Segundo Levi Rocha, existem dez desenhos desse autor na Biblioteca Municipal de São Paulo, sessenta estão nos arquivos da Academia de Ciências de Leningrado e três estão nos palácios em Potsdam e dois num palácio em Regensburg. As obras que retratam o Espírito Santo, estariam no álbum ‘Voyage Pittoresque Dans Le Bresil -1822-1834’. João Teodoro Descoutilz, de nacionalidade francesa, nascido na cidade de Havre, era médico, esteve no Espírito Santo em 1839, sua obra ‘Ontologia Brasileira’ ou ‘História Natural das Aves do Brasil’, foi impressa na oficina de Rensburg 1854-56, às expensas da Imperatriz Tereza Cristina. No seu primeiro capítulo faz um amplo resumo das aves em relação ao meio ambiente. Este estudo veio caracterizá-lo como nosso primeiro ecologista. Percorreu os sertões de Santa Cruz, onde veio a falecer, envenenado pelos preparados arsenicais que usava para dessecar os animais que colecionou. Foi sepultado no cemitério de Santa Cruz.

Augusto François-Biard, francês, esteve no Espírito Santo em 1859. Era mais um pintor do que naturalista, sua viagem foi feita também pelo litoral ao norte de Vitória, visitou Nova Almeida, ali seguiu viagem para Santa Cruz, onde entrou sertão adentro, as margens do rio Piraquê-Açu. Era um homem de temperamento expansivo e alegre. Sua obra ‘Dois Anos No Brasil’ foi publicada em 1862. Entusiasmou-se contudo com a beleza das matas de Santa Cruz.

A vinda de Biard ao Brasil é dada por Augusto Barroso, para “Pintar retratos do Imperador, da Imperatriz e das princesas imperiais.” Há controvérsia sobre as verdadeiras causas de sua viagem. Os retratos foram pintados, isto ocorreu devido ao conhecimento travado no Rio de Janeiro entre D. Pedro II e o pintor. Sua fama de pintor era notória, tanto que se tornou conhecido, devido ao gosto de viajar por terras consideradas exóticas pelos europeus. Aqui no Espírito Santo, Biard permaneceu vários meses, vivendo nas florestas de Santa Cruz com os índios. (FRANÇOIS-BIARD, 1945,18).

Paul Von Ehrenreich, antropólogo germânico, em 1884 deteve-se por alguns meses na região do Rio Doce, dedicando-se ao exame dos botocudos, em especial aos aldeados às margens do rio Pancas. Suas obras “A Terra e a Gente do Rio Doce, 1891-92” e “Sobre os Botocudos da Província do Espírito Santo e Minas Gerais 1887.” (ROCHA, 1971,28)

William Steains, naturalista, segundo documento Jornal do Comercio, 7

junho de 1885, partia do Rio de Janeiro rumo a Vitória, precisamente para a região do Rio Doce. Sua viagem foi relatada à Régia Sociedade de Geografia de Londres, divulgou em seu boletim, um mapa da região explorada, estimou em 7.000 botocudos existente nas matas virgens do Rio Doce. (ROCHA,1971,101)

Charles Frederico Hartt, geólogo canadense, naturalizado norte-americano, chegou no Brasil em companhia de Eduardo Copeland, integrante da expedição Thayer, dirigida pelo professor Luiz Agassiz. As suas explorações de geologia e paleontologia se concentraram nas regiões do Rio de Janeiro, litoral fluminense, litoral capixaba e baiano. Retorna para os EUA sem terminar suas pesquisas. Em 1866, Hartt volta ao Brasil por iniciativa própria para dar continuidade às pesquisas. Reuniu seus estudos num livro que publicou em Boston “Geologia e Geografia Física do Brasil 1870”. (ROCHA,1971,119)

Teresa Carlota, terceira filha de Augusto, Princesa de Toscana e do Príncipe Luitpolt, herdeiro do Reino da Baviera, chegou no Brasil em 1888. Sua viagem durou duas semanas, seu objetivo era visitar tribos indígenas, fazer coleções botânicas, zoológicas e de objetos etnográficos. Esteve nas Províncias do norte e do nordeste, na Bahia, no Rio de Janeiro, São Paulo. Não estava em seus planos visitar a província do Espírito Santo. Chegando à Corte, amadureceu a idéia de conhecer a mata virgem do Rio Doce, bem como seus habitantes “Botocudos”. Tudo que aconteceu em sua viagem ela relata num livro “Minhas Viagens nas Regiões Tropicais do Brasil 1897” Berlim, Alemanha. (ROCHA,1971,119)

O interesse pela História Natural, por todos os seus ramos, principalmente pela botânica, é explicado por estar ligada à Medicina, a Agricultura e as Artes. O esforço concentrado dos naturalistas era no sentido de conhecer todas as espécie de plantas existentes, assim como todas as espécie de seres vivos que existiam nas florestas brasileira. Não apenas para as classificar dentro do sistema científico, como também descobrir seus usos medicinais.

Os trabalhos da Academia de Ciência, convergiram para uma decodificação da natureza brasileira, e encontraram em seus sócios (cientistas naturalistas), o espírito especulativo. A idéia de natureza oriunda da vivência dos trópicos, pragmatizada terá grande influencia na vida dos naturalistas europeus. As reflexões dos naturalistas sobre o Brasil ultrapassaram as visões paradisíacas, demoníacas ou edênicas e assumiram uma dimensão científica, no sentido das luzes (ciência), decifrando o mundo natural e integrando-o às interpretações sobre as utilidades da flora e da fauna brasileira, para o progresso da ciência e das artes.

BIBLIOGRAFIA

- FRANÇOIS-BIARD, Auguste. Dois Anos no Brasil. Tradução de Mario Sette. São Paulo: Ed. Nacional, 1945.
- ROCHA, Levy. Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo. Brasília: Ed. ebrasa, 1971.
- HOBSBAWM, Eric J. A Era das Revoluções. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991, parte II
- KOOGAN/HOVAISS. Enciclopédia e Dicionário. Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1995.
- BONI, Luiz A. de. A Presença Italiana No Brasil. Volume III. I parte, Porto Alegre: Ed. EST. 1996..
- BERTUS, B.N, KOMISSAROV e LICENK T.I. A Expedição Científica de G.I. Langsdorff ao Brasil. 1821-1829, Brasília: Ed. Fundação Nacional Pró-melhoria-SPHN, 1981.
- HOLANDA, Sergio Buarque. O Brasil Monárquico: Dispersão e unidade. São Paulo: Ed. DIFEL, 1963. Volume I e II.

**CARTAS
E
DEPOIMENTOS**

La Habana, el 30 de agosto de 1998

A los colegas miembros, académicos, socios del eminente

Instituto Histórico y Geográfico de Espíritu Santo.

Ilustres y queridos amigos y amigas:

Con mucha alegría, sano orgullo y agradecimiento, he recibido el diploma acreditativo como Socio Correspondiente del prestigioso Instituto Histórico y Geográfico de Espíritu Santo, organización de base cultural y científica que me honra al incorporarme a sus filas.

No poseo otro mérito que el de considerarme, como hace el ilustrísimo poeta Carlos Nejar en la firma de sus libros, como un Siervo de la Palabra, un servidor de la cultura, de la Poesía, y de los lazos de hermandad entre hombres y mujeres que el buen disfrute, creación o acrecentamiento diverso de la cultura, ofrece como premio a una de las maneras supremas que el ser humano posee para cada vez ser precisamente más humano. La cultura, la ciencia, la creación y la investigación, implican elevar nuestra cabeza no en símbolo de privilegio racial, de clase o estético, sino como valioso medio de mostrarnos los unos a los otros cuánto de hermosa es la paz en el arte, que no es una “paz eterna”, al modo mortal, sino una paz de vida, creativa, plena de luchas y contradicciones y anhelos y sueños realizados o que se quedan en lo mejor que nosotros llevamos por dentro.

Recuerdo ahora con gran alegría, la tarde lluviosa (y la lluvia ofrece los mejores augurios) en que nos encontramos, con alguna “palestra” mía, en la sede de la prestigiosa institución que en el pasado junio decidió recibirme entre sus socios. Hago clara memoria de cada uno de ustedes, colegas, sentados en aquella especie de mesa informal en la que pronuncié algunas palabras, seguramente inconexas y poco ahondadoras, sobre el desarrollo cultural en mi Isla caribeña. Uno por uno se me presentan sus rostros amistosos, y uno por uno los saludo con mi mejor cordialidad.

No se asocia nadie a una institución para medrar con los méritos de otros, y mal haría yo con servirme del prestigio que ustedes le conceden al Instituto Histórico y Geográfico de Espíritu Santo, sin cumplir con su encomienda fundamental de profundización y acrecentamiento culturales, y, en lo que me corresponde, en la

difusión amorosa de la cultura y en especial de la literatura brasileña en Cuba; ya he tenido el honor de honrarme traduciendo algunas obras de ilustres hijos de esa región fundamental del Brasil, y espero que el futuro me ofrezca la ocasión de ser útil en tal fin. Ser útil creo yo que es una de las marcas distintivas de la vida. Y la utilidad pública, el amor práctico hacia la cultura, son formas esenciales (de esencia y raíz) en nuestra presencia en ella, en la vida.

Muchas gracias, colegas, amigos, ilustrísimos socios y socias del Instituto Histórico y Geográfico de Espírito Santo. Quiera Dios que tenga ocasión de serles más que un colega numerario un activo socio en la distancia, desde la Cuba que sufre y crece y vence porque sabe sufrir y avanzar. Así, desde el amor hondo a mi patria verde y amistosa, les abrazo,

Virgilio López Lemus

Doctor en Ciencias Filológicas

Socio del Instituto Histórico y Geográfico de Espírito Santo

(Investigador Titular del Instituto de Literatura y Lingüística de Cuba, miembro de la Unión de Escritores y Artistas de Cuba, de la Academia de Ciencias de Cuba, de la Sociedad Económica de Amigos del País de Cuba, de la Fundación Alejo Carpentier, Honorario de la Sociedad Mexicana de Profesores de Español y Literatura...)

Arcozelo, 27 de setembro de 1998

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
À Atenção do Ilustre Presidente Dr. Miguel Depes Tallon
Vitória

Exmº Senhor:

Foi com viva emoção que recebi a notícia da atribuição do título de sócio-correspondente dessa ilustre casa, distinção que não esperava e atribuo, fundamentalmente, à deferência e amizade de V.Exª.

Sempre aprendi que as distinções não se solicitam nem se agradecem. Não posso, contudo, deixar de me confessar profundamente honrado por fazer parte dessa plêiade de intelectuais que vêm contribuindo, de forma tão expressiva, para a difusão da cultura, mormente da cultura capixaba.

Não sei se estarei à altura das minhas responsabilidades, como sócio-correspondente. Tudo farei, no entanto, por corresponder à honraria recebida e tentarei contribuir, dentro das minhas limitadas possibilidades, para uma maior aproximação e conhecimento das nossas culturas e povos.

Aproveito a oportunidade para desejar os maiores êxitos a essa venerável Instituição, na pessoa de V.Exª, a quem penhoradamente endereço as minhas mais

Cordiais Saudações.

José Manoel Oliveira Machado de Faria
Sócio-correspondente do IHGES

UM CERTO DETETIVE WELLS

Reinaldo Santos Neves

Em 1997 recebi do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o Prêmio Almeida Cousin por conjunto de obra. Na ocasião Renato Pacheco, que bem me conhece, tranqüilizou-me: “Não precisa fazer discurso.” Com efeito, no dia da entrega do prêmio, entrei mudo e saí calado — mas com cheque no bolso. Aí, querendo anestésiar a minha consciência, acabei prometendo a Renato, para a revista do Instituto, um texto sobre meu *premiado* conjunto de obra. E, como promessa é dívida, aqui estou pagando, bem ou mal, a minha promessa.

Sempre digo e repito, e raramente sou acreditado, que não sei teorizar sobre qualquer trabalho literário, inclusive o meu. As pessoas parecem achar que de um escritor (ainda mais formado em Letras, como é o meu caso) têm o direito de esperar qualquer coisa que seja feita de palavras, o que vai desde um discurso em público até um ensaio literário. Ora, não se espera de um clarinetista que ele toque também contrabaixo, nem de um contrabaixista que toque também clarinete. No meu caso específico, então, minhas limitações com as palavras são legião. Sei, ou me esforço por saber, usá-las em determinados contextos, para tratar de determinados assuntos ou contar determinadas histórias; mas em outros contextos menos a ver comigo dá-se um branco e não sai uma só linha que preste. Lembro aqui o caso de José Carlos Oliveira, autor de algumas das mais bem escritas crônicas jamais bem escritas em língua portuguesa; talvez seja sacanagem minha trazer esse caso à baila, mas preciso de argumentos fortes para defender o que digo, e por isso lá vai: encomendaram a José Carlos uma crônica necrológica sobre um jogador de futebol, que tinha sido até amigo de infância dele na velha Jucutuquara dos tempos do bonde e da vala. Saiu, mas saiu uma merda. José Carlos estava tão preparado para escrever aquilo como para escrever um arrazoado jurídico sobre verificação de paternidade.

Dito isso, vamos ver o que dá pra dizer sobre o tema que eu mesmo encomendei a mim próprio. Não posso deixar em branco o papel que meu pai e meus dois irmãos representaram na minha descoberta da literatura. Nasci numa casa de livros. Sim, a casa da rua Afonso Brás, que lá está até hoje, tinha cheiro de livro, e foi esse o cheiro que mamei desde a infância. Filho temporão, criei-me entre pessoas adultas que estavam sempre com um livro diante do nariz, ou com um lápis ou caneta na mão; sempre conversando, à mesa de jantar, sobre este autor

Arcozelo, 27 de setembro de 1998

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
À Atenção do Ilustre Presidente Dr. Miguel Depes Tallon
Vitória

Exmº Senhor:

Foi com viva emoção que recebi a notícia da atribuição do título de sócio-correspondente dessa ilustre casa, distinção que não esperava e atribuo, fundamentalmente, à deferência e amizade de V.Exª.

Sempre aprendi que as distinções não se solicitam nem se agradecem. Não posso, contudo, deixar de me confessar profundamente honrado por fazer parte dessa plêiade de intelectuais que vêm contribuindo, de forma tão expressiva, para a difusão da cultura, mormente da cultura capixaba.

Não sei se estarei à altura das minhas responsabilidades, como sócio-correspondente. Tudo farei, no entanto, por corresponder à honraria recebida e tentarei contribuir, dentro das minhas limitadas possibilidades, para uma maior aproximação e conhecimento das nossas culturas e povos.

Aproveito a oportunidade para desejar os maiores êxitos a essa venerável Instituição, na pessoa de V.Exª, a quem penhoradamente endereço as minhas mais

Cordiais Saudações.

José Manoel Oliveira Machado de Faria
Sócio-correspondente do IHGES

UM CERTO DETETIVE WELLS

Reinaldo Santos Neves

Em 1997 recebi do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo o Prêmio Almeida Cousin por conjunto de obra. Na ocasião Renato Pacheco, que bem me conhece, tranqüilizou-me: “Não precisa fazer discurso.” Com efeito, no dia da entrega do prêmio, entrei mudo e saí calado — mas com cheque no bolso. Aí, querendo anestesiar a minha consciência, acabei prometendo a Renato, para a revista do Instituto, um texto sobre meu *premiado* conjunto de obra. E, como promessa é dívida, aqui estou pagando, bem ou mal, a minha promessa.

Sempre digo e repito, e raramente sou acreditado, que não sei teorizar sobre qualquer trabalho literário, inclusive o meu. As pessoas parecem achar que de um escritor (ainda mais formado em Letras, como é o meu caso) têm o direito de esperar qualquer coisa que seja feita de palavras, o que vai desde um discurso em público até um ensaio literário. Ora, não se espera de um clarinetista que ele toque também contrabaixo, nem de um contrabaixista que toque também clarinete. No meu caso específico, então, minhas limitações com as palavras são legião. Sei, ou me esforço por saber, usá-las em determinados contextos, para tratar de determinados assuntos ou contar determinadas histórias; mas em outros contextos menos a ver comigo dá-se um branco e não sai uma só linha que preste. Lembro aqui o caso de José Carlos Oliveira, autor de algumas das mais bem escritas crônicas jamais bem escritas em língua portuguesa; talvez seja sacanagem minha trazer esse caso à baila, mas preciso de argumentos fortes para defender o que digo, e por isso lá vai: encomendaram a José Carlos uma crônica necrológica sobre um jogador de futebol, que tinha sido até amigo de infância dele na velha Jucutuquara dos tempos do bonde e da vala. Saiu, mas saiu uma merda. José Carlos estava tão preparado para escrever aquilo como para escrever um arrazoado jurídico sobre verificação de paternidade.

Dito isso, vamos ver o que dá pra dizer sobre o tema que eu mesmo encomendei a mim próprio. Não posso deixar em branco o papel que meu pai e meus dois irmãos representaram na minha descoberta da literatura. Nasci numa casa de livros. Sim, a casa da rua Afonso Brás, que lá está até hoje, tinha cheiro de livro, e foi esse o cheiro que mamei desde a infância. Filho temporão, criei-me entre pessoas adultas que estavam sempre com um livro diante do nariz, ou com um lápis ou caneta na mão; sempre conversando, à mesa de jantar, sobre este autor

ou aquele. Tanto que comecei cedo, lá pelos seis anos, a imitá-las, por um lado lendo as histórias de Monteiro Lobato, por outro escrevendo, com lápis de ponta rombuda, em compridas tiras de papel, alguns textos do tipo que hoje se convencionou chamar de mini-contos.

As leituras continuaram, que livro é o que não faltava, como continuaram as *produções literárias* também. Mergulhei na Coleção Terramarear, cujos livros tinham capas de encher os olhos de qualquer guri, como a da *Ilha do Tesouro*, de Stevenson, que mostrava um bando de piratas ameaçadores avançando ameaçadores sobre o leitor. Comecei, paralelamente, a ir ao cinema — em especial o São Luiz, a um passo de casa, na rua 23 de Maio. Descobri o mundo da aventura, do crime e do faroeste. De todo esse imaginário em formação muita coisa passou a vazar para o papel. Vieram histórias com um elenco de gangsters sarcásticos, e que, curiosamente, eram apresentadas como de autoria de um certo detetive Wells — criei, assim, um narrador para essas histórias, num ensaio infantil de metalinguagem. Vieram histórias de cowboys e índios, vieram histórias de piratas. Em contraponto a todo esse universo ostensivamente estrangeiro, escrevi algumas histórias — de óbvia inspiração na série Taquara-Póca, de Fernando Marins — ambientadas numa Manguinhos redimensionada, numa Manguinhos-do-Fim-do-Mundo, tendo como personagem principal meu avô Ceciliano. Eram as preferidas de minha mãe.

Lógico que era tudo uma merda, em que só se salva a própria puerilidade criativa ou criatividade pueril dos textos. Mas o enxame de informações não parava de voejar à minha cabeça. Fiz, como ouvinte, todo um curso de literatura à mesa do jantar. A literatura estava sempre renascendo na véspera, e o pessoal lá de casa acompanhava as novidades na medida do possível. De repente passei a ouvir nomes de poderosa sonoridade como Faulkner, Hemingway, Steinbeck e Graham Greene. Não tinha lido nada deles, é claro, mas, só pelo que ouvia à mesa, já me sentia capaz de imitá-los. Dei um passo ambicioso tentando um romance. Chamei-o de *Os Fanáticos*. Nessa época, já adolescente, achava o máximo virar as costas a Deus. O romance, ambientado numa pequena cidade fictícia dos Estados Unidos — ainda era um colonizado cultural —, tinha dúzias de personagens, dentre os quais alguns jovens rebeldes que cultivam uma sociedade secreta. A morte da esposa de um deles leva-o à obsessão da vingança contra Deus, a quem atribui a culpa daquela morte. Valendo-se de sua influência na sociedade, consegue induzir os companheiros ao assassinato do pastor local. Dostoiévski em Yoknapatawpha, certamente.

Não creio que tenha ficado satisfeito com o resultado do romance, porque logo a seguir voltei ao gênero mais curto. Só que, agora, com a missão quase sagrada de ser *original*, de ter um estilo próprio. Nasceram daí três ou quatro

longos contos, o primeiro dos quais se chamava “Chuva no dia da morte de Théó”. Que a linguagem é original, é, mas quanta força de barra e, em paralelo, quanta angústia expressa no vazio dos personagens. Meu pai, lendo aquelas coisas, ficava todo coruja do filho. Tanto que impingiu a sua leitura ao amigo Eugênio Sette, que me escreveu uma carta memorável, com o título “Carta a um jovem contista” — muito mais memorável do que qualquer dos textos do próprio jovem contista.

Pois foram esses contos existencialistóides que abriram o meu caminho de volta ao romance. No “Reino dos Medas”, meu livro de estréia, que costumo chamar de romance em desuso, tresanda o mesmo miasma dos contos, e a mesma chatice narrativa. Só a linguagem, depurada dos excessos das tentativas prévias, não me envergonha hoje.

O resto faz parte do meu currículo oficial. Veio o romance medievalesco, *A crônica de Malemort*, inspirado em *O Eleito*, de Thomas Mann; a esse seguiu-se o romance intertextual, *As mãos no fogo*, em que é grande a influência de um autor inglês chamado Richard Hughes. Concomitantemente saiu, na revista *Letra*, o “Poema Graciano”, atribuído ao personagem principal desse romance. Um longo hiato de cinco anos fechou com a publicação do romance metalingüístico, *Sueli*. Segue-se mais um longo hiato improdutivo, em que Joca Simonetti me transformou numa espécie de jornalista, como co-piloto da revista *Você*, da Ufes. Virei editorialista; escrevi muita coisa por encomenda. Nesse meio tempo, saiu a coletânea de contos inspirados no romancista tradicional, *Má notícia para o pai da criança*, publicado como encarte do jornal *A Gazeta*, publicação que tem o mérito de me ter valido uns trocados de direitos autorais.

1998 começa com a minha presença, como cronista serial, na *Gazeta On Line* e na revista *Você*. Essas crônicas pingadas mês a mês tratam das peripécias de um certo Garibaldi, fanático por jazz, mulher e poesia — parece alguém que eu conheço. Paulo Sodré diz — e é verdade — que esses textos deixam claro o prazer que me dá escrevê-los. São, pra usar o termo de Graham Greene, os meus *entretenimentos*. E agora sai meu primeiro livro de poemas, *Muito soneto por nada*, via Lei Rubem Braga.

Projetos? Muitos: tantos que nem vale a pena enumerá-los, inclusive pra não dar azar. Quem foi mesmo que disse que se você conta uma história que pretende escrever você não consegue escrevê-la?

Disse a Renato que faria minha profissão de fé como escritor. Acabei foi traçando em retrospecto meu itinerário pessoal pela literatura. Minha profissão de fé está em tudo que escrevi. O amor pela língua portuguesa, a identificação visceral com as coisas capixabas, a sublime tentação representada pela mulher, donde o alto teor de erotismo dos textos, a obsessão estética pela Igreja Católica — o que,

aliás, extraiu de mim *A confissão*, um conto comprido, ainda inédito, que costumo chamar de *conto católico*, meu momento de Graham Greene. Em termos, mais especificamente, de técnica, o gosto por recursos como intertexto e metalinguagem, por brincar à vera com essa tão amada última flor do Lácio, e por essa coisa misteriosa que é o drama. E quando digo drama não me refiro a teatro — gênero que me deixa redondamente indiferente —, mas sim ao pathos mesmo de um texto literário, aquele conteúdo dramático que pode estar presente até numa frase como “Bom dia”, que, se inserida na trama no ponto exato de interação com tudo o mais, pode até equivaler a “Te vejo no inferno” — como diziam os saudosos personagens dos contos escritos em criança.

CONTOS

O VELHO BERNARDO

Berredo de Menezes

O velho Bernardo – meu avô materno – era uma figura humana extraordinária. Em Lorena, onde viveu até exalar seu último suspiro, não havia uma só pessoa – de importância social e até mesmo entre as mais humildes – que não soubesse contar pelo menos uma das incontáveis “estórias” ouvidas por ele.

Bastava alguém falar no velho Bernardo e logo apareciam espectadores ávidos – meninos, jovens e até os de idade mais avançada – na esperança de conhecerem a última do legendário ancião, para passarem adiante, pois não faltava, nunca, quem quisesse saber notícias suas, sobretudo os casos que ele inventava sobre si mesmo, geralmente aventuras fantásticas que ele jurava ter vivido, ora no meio das selvas, ora em alto mar, e todos acreditavam, felizes e emocionados.

Mas foi o “doutor” Oliveira Marques – rábula muito festejado e respeitado na cidade, por ser poeta e advogado dos que nunca podiam pagar coisa alguma – que espalhou aquela “bomba”, na Praça da Matriz, logo que a missa domingueira do Padre Estrela terminou:

– O velho Bernardo ficou doido, minha gente! Brigou com o delegado e sumiu no mato.

Diante do olhar de espanto dos presentes, inclusive do padre, o poeta resolveu explicar-se:

– Com a nova lei no governo federal proibindo a criação de passarinhos em gaiolas, o velho foi preso em flagrante quando tratava dos seus gaturamos, sabiás, curios e do seu corrupião de estimação. Se não fosse a interferência milagrosa do prefeito, que passava na hora, o desinfeliz teria ficado nas grades.

Depois de recuperar o fôlego, o poeta contou o conchavo entre o prefeito e o delegado do IBAMA, que acumulava, por ser bacharel com anel no dedo e diploma pendurado na parede, as funções de delegado de polícia e do IBAMA.

– Após o flagrante, o delegado foi à casa do velho Bernardo, acompanhado do prefeito, soltou um a um os passarinhos, mas quando o velho viu voar para longe o corrupião que ele ensinara, durante anos, a assobiar o Hino Nacional, começou a gritar por socorro, soltar palavrões e sair correndo, desesperado, na mesma direção em que o corrupião se perdeu em busca do infinito.

Membro do HIGES. Com este conto, o autor conquistou o 1º lugar no concurso literário de Domingos Martins, para 1998.

A notícia logo tomou conta da cidade, espalhou-se como o vento-sul na sua faina de semear tristeza e frio fora de época. Virou conversa obrigatória na barbearia do Joca, onde todos paravam não apenas para fazer barba ou cortar cabelo, mas principalmente para tomarem conhecimento das novidades do dia ou da véspera.

O velho Bernardo passara o resto da tarde e da noite embrenhado no mato, mas, compreendendo que não havia mais nada a fazer, voltou para casa, quando a noite já ia longe, na certeza de que, àquela hora, não haveria ninguém nas ruas de Lorena para testemunhar o seu desolo.

Acostumado a contar seus casos em que figurava sempre como personagem principal e vitorioso, sempre, aquela bravata do delegado – protegido dos seus adversários políticos – tinha sido um vexame para ele, humilhação insuportável.

Proibido de ter seus passarinhos, sob pena de também ser engaiolado, o velho Bernardo passou a viver indiferente a tudo, trancafiado em sua própria casa, como se pretendesse, por opção voluntária, fazer dali sua prisão, não admitindo sequer a visita do Padre Estrela, que ainda ganhou desaforo pela tentativa:

– Mande o padre para o inferno – esbravejou ele à velha empregada, trancando-se no quarto.

Arauto das notícias boas e ruins, o poeta Oliveira Marques correu logo à barbearia do Joca, ampliou os desaforos do velho Bernardo contra o padre e sentenciou, com a voz carregada de piedade:

– O velho Bernardo pirou de vez, compadre Joca. Não fala coisa com coisa, o coitado. Imagine que além de ter sido escorraçado como um cachorro doido, o nosso vigário teve que sair correndo para não apanhar.

Como Joca não guardava segredo do que ouvia, logo espalhou-se, pela cidade, e cada vez mais aumentada, a carreira que o padre levou para escapar de uma surra do velho.

Para espanto de todos, após uma semana de clausura e sem permitir qualquer espécie de visita, o velho Bernardo saiu de casa, ganhou a direção da Praça da Matriz e ali pegou um ônibus, sem revelar a ninguém o seu destino. No dia seguinte, por volta das onze da manhã, ele saltou no mesmo lugar em que embarcara na véspera, trazendo um embrulho que segurava com cuidados especiais, e exibia, para quem quisesse ver e acreditar, aquele sorriso alegre de quem se sente feliz com a vida. E estava.

Conhecera, nos velhos tempos de pescador, um italiano que ganhava a vida empalhando pássaros. Empreendera aquela viagem inesperada à procura do amigo, duzentos quilômetros distantes de Lorena, e encontrou, no seu pequenino museu onde comerciava os seus bichos, o que ele fora procurar. E trouxe, muito

bem empacotados, um lindo gaturamo, um casal de sabiás, dois curiós e um bellissimo corrupião que, num galho seco de árvore e cabeça bem esticada para cima, dava a mais nítida impressão de estar cantando.

O velho Bernardo, com atenção especial e redobrados cuidados, foi colocando os seus pássaros nas gaiolas correspondentes aos que foram soltos pelo delegado do IBAMA, e pendurou-os, a seguir, com indescritível felicidade, estampada nos olhos. Acendeu um cigarro, sentou-se na sua cadeira de balanço e não se conteve:

– Meus bichinhos estão de volta! Quero ver, agora, qual é o filho da puta que terá coragem de soltá-los.

O poeta Oliveira Marques, que assistira tudo de longe, não conseguiu evitar o pranto, de emoção. E ao notar que o prefeito acabara de chegar, balbuciou, com lágrimas nos olhos.

– O velho Bernardo endoidou de vez, compadre. Mas, pelo visto, está convencido de que seus bichinhos empalhados vão substituir até o canto dos pássaros. Não é lindo? – concluiu, abraçando-se ao compadre, chorando ainda.

Na manhã seguinte Joca contou a novidade a todos os que passaram pela barbearia e não houve ninguém que não ficasse sabendo, em Lorena, a fórmula que o velho Bernardo havia encontrado para vingar-se do delegado. E a metade dos habitantes de Lorena, todas as tardes, passava pelo quintal do velho Bernardo, só para vê-lo, feliz e sorridente, contemplando as suas gaiolas, sobretudo depois que o poeta Oliveira Marques, para redmir-se da notícia infausta que espalhara anteriormente, se encarregou de divulgar a todos os amigos e conhecidos que encontrasse, a começar da barbearia do Joca, a cura milagrosa do velho Bernardo.

– O velho ficou bom de novo, compadre. Apesar de não querer falar com ninguém, encafifado com a humilhação que passou, ele agora está tão feliz que não pára de sorrir como antigamente, principalmente quando ouvia o Hino Nacional assobiado pelo seu corrupião.

E aumentava, a cada dia, o número de curiosos a espiar, de longe, o velho Bernardo e suas gaiolas, com os pássaros que o italiano Lorenzutti lhe presenteara quando tomou conhecimento do seu drama. Era tão convincente e comovedora a concentração do velho, diante dos pássaros, que toda a população de Lorena – as crianças principalmente – acreditava não apenas na sua cura, mas, também, que ele aprendera a ouvir, pelo silêncio da seda do pôr-do-sol, o canto alegre ou triste de cada pássaro, em especial o do corrupião, que ele ensinara com tanto amor, paciência e exagerado sentimento cívico.

A cura do velho Bernardo passou a ser conversa obrigatória entre os habitantes de Lorena, sobretudo depois que o poeta Oliveira Marques revelou, na

barbearia do Joca, que o velho Bernardo se recusara a aceitar de presente um belíssimo canário belga que cantava o dia todo – e não era proibido pelo IBAMA – apresentando um fundamento que não admitia controvérsia, nem contestação:

– Muito obrigado, doutor, mas eu não posso aceitar um passarinho que pode distrair o meu corrução na hora dele acordar as estrelas para que a noite de Deus seja mais bela.

Intrigado e sem compreender bem o que o poeta queria transmitir, Joca arriscou uma pergunta:

– Será que ele escuta, de verdade, seus passarinhos empalhados?

O poeta pensou um pouco, antes de responder, mas se esforçou na explicação:

– Um dia eu também ousei essa sua pergunta, e foi o próprio velho quem me convenceu, com esta resposta que me deixou embaçado, comprade – e repetiu o que o velho Bernardo lhe dissera, tropeçando no compasso das vírgulas:

– Ouvir é viajar, pelo silêncio, o que a alma canta, dentro de nós. E hoje eu vivo para ouvir, até no escuro, o concerto sinfônico dos meus pássaros, como antes.

O olhar carregado de atenção dos circunstantes, parecia iluminar a barbearia do Joca. Silenciosos e ensimesmados, foram saindo, sem dizer uma só palavra, como se estivessem convencidos, realmente, da cura do velho Bernardo, ou de sua loucura definitiva.

Não se conformando com as informações que recebia sobre o velho Bernardo, e que ele considerava retaliação à sua autoridade, o delegado do IBAMA, e da polícia local, resolveu fazer uma represália contra o velho. Dirigiu-se à sua casa, acusou-o publicamente de prática criminosa de “cativeiro de pássaros empalhados”, intimando-o a entregar-lhe os bichinhos, sob pena de ser preso, por “desobediência à ordem superior de autoridade constituída”.

O velho Bernardo levantou-se com muita tranquilidade de sua cadeira de balanço, observou com serenidade e firmeza os amigos que pareciam estarecidos e indignados com o autoritarismo grosseiro e descabido do delegado e dirigiu-se delicadamente ao mesmo, como se pedisse, com humildade:

– O doutor delegado me permita um minutinho só, que eu terei muito prazer em atendê-lo.

O velho caminhou calmamente em direção à porta dos fundos que dava acesso à cozinha, e voltou, menos de um minuto após, com a sua espingarda calibre 12 já apontada para o delegado.

Sem a menor chance de reação ou de fuga, o delegado recebeu, no peito esquerdo, toda a carga que o velho e experiente caçador já havia preparado dias

antes, certo de que, a qualquer momento, aquele reencontro teria que acontecer.

Diante do olhar de espanto e incredulidade de todos os que assistiram ao trágico desfecho, o velho Bernardo encaminhou-se até o cadáver do delegado, estirado no chão de seu quintal, examinou-o com o olhar duro de quem aniquila, para sempre, um inimigo, e saiu caminhando, como se flutuasse no ar, até à casa do Juiz de Lorena, oferecendo-se espontaneamente à prisão.

O julgamento, três meses depois, com a sala do Fórum repleta, foi uma nova consagração para o poeta e “doutor” Oliveira Marques, que sustentou, exagerando nas lágrimas e citações de jurisprudência, a tese da legítima defesa da honra e da propriedade privada, “violentada, conforme o depoimento unânime das testemunhas, pela desditosa vítima, cujo passamento nós todos deploramos”.

O resultado do Júri não poderia ter sido outro: absolvição por sete votos a zero.

O Juiz, embora “crente” convicto, não teve como recusar o pedido de expedição imediata do Alvará de Soltura, em cumprimento à decisão soberana dos jurados, mas, acolhendo um pedido sigiloso do novo delegado, empossado na véspera, determinou a dois soldados que fossem à casa do velho e ali recolhessem todos os pássaros empalhados que se encontravam nas gaiolas.

Quando chegou em casa e tomou conhecimento da decisão do Juiz, que considerou absurda e violenta demais para aceitá-las sem dor, o velho Bernardo, perplexo, arriou o corpo todo em sua cadeira de balanço, como se desmoronasse, esticou demoradamente o olhar na solidão vazia das gaiolas, como se viajasse o silêncio de uma música muito triste, e, recostando a cabeça no espaldar, exalou o suspiro que nunca teve volta. Mas era fácil entender – como explicaria mais tarde o poeta Oliveira Marques, após o enterro – aquele sorriso quase feliz que os lábios do velho Bernardo espalhavam sob a luz das velas: “ele morreu ouvindo, na sinfonia litúrgica do silêncio, o canto dos seus pássaros que agora o acompanham, com a alegria de quem sabe voar, pelos caminhos de música da Eternidade.”

PRETÉRITO PERFEITO

Maria Helena Teixeira de Siqueira

Ela era perfeccionista em tudo. Desde menina não se contentava em aprender alguma tarefa. Tinha que realizar, sempre com perfeição, qualquer trabalho que lhe pediam ou que ela própria se impunha. Competia com todos e consigo mesma.

Como lhe saía caro essa mania de perfeição! Para todos, filha perfeita, aluna exemplar, mulher sem igual, mãe modelo.

Acontece que a vida não premia os perfeitos, nem poupa sofrimentos a quem não os merece.

Deus, na sua “imperfeição” deixara-a, tão perfeita, com a imperfeição da viuvez.

Naturalmente, transformou-se numa viúva perfeita. Luto na alma. Luto nos trajes.

Perfeita sempre fora em acatar os desejos do marido enquanto vivo e até depois de morto.

Ele desejava que ela aprendesse o italiano, língua de sua família de origem. Agora ela se sentia capaz de aperfeiçoar-se no idioma de Dante, como gostaria, com toda perfeição. Tempo já não lhe faltava.

Pôs-se a estudar durante várias horas por dia. Leitura, filmes e música só em italiano. Em pouco tempo dominava, perfeitamente, o novo idioma.

Para conseguir a façanha, deixou de lado o vernáculo. Abandonou contatos com sua família, porque esta não falava o italiano.

Passou a trocar poucas palavras com a única empregada que ainda mantinha e que se despediu por não entender a nova linguagem da patroa.

Começou a falar em voz alta consigo mesma. Seu interlocutor? – Os espelhos! Cartas, escrevia para si. Não tinha a quem enviá-las.

Um dia, por falta de papel, começou a escrever nas paredes que se cobriam de palavras e frases italianas, com uma caligrafia perfeita!!!

A porta, entreaberta, permitiu que a vizinha a visse desfalecida, com um bilhete entre as mãos: – “Nessun sa quello che fa.”

*Classificado em terceiro lugar no Concurso de Contos - Domingos Martins - 1998.
A autora pertence ao IHGES, à Academia Espírito-Santense de Letras e à Academia Feminina de Letras.*

CONTO UCRÔNICO

João Bonino Moreira

Na tarde do dia 13 de novembro de 1944, o IOWA, mais novo encouraçado da marinha dos Estados Unidos, saído dos estaleiros em fevereiro do mesmo ano, deslocando 46 mil toneladas e com a velocidade de 33 nós, desatracou da base naval de Hampton Roads, na Virgínia, com destino ao porto de Oran, na Argélia. Nessa viagem, o IOWA transportava a bordo, no maior sigilo, o presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt, os generais Marshall, Arnold, Watson, Somervell e Handy, os almirantes King, Leahy, Brown, McIntire e Cook e o conselheiro presidencial Harry Hopkins. O grande navio, que tinha como comandante o capitão John McCrea, transportaria essa importantíssima comitiva – a elite política e militar dos Estados Unidos – até Oran, com chegada programada para 20.11.1944, de onde voariam com destino a Túnis e daí ao Cairo, local em que, juntamente com Eisenhower, madame Chiang Kai-shek, Andrei Vichinski e Churchill fariam reunião preliminar à Conferência de Teerã, que então contaria com as presenças do premier Stalin, dos chanceleres Molotov e Anthony Eden e do marechal Voroshilov. Essas personalidades, na capital do Iran, decidiriam sobre a estratégia a adotar para o final da II Guerra Mundial e traçariam planos para o futuro que supunham ser de paz.

Desde a manhã do dia seguinte ao da partida o IOWA e sua escolta de destroyers faziam exercício antiaéreo com canhões de 20 e 40; as belonaves soltavam grandes balões com gás e as armas procuravam atingi-los. Ao mesmo tempo, as baterias de 5 polegadas faziam subir granadas a 20 mil pés, procurando elas mesmas acertarem na bola de fumaça decorrente da explosão destes artefatos. O presidente Roosevelt e seus acompanhantes, após o almoço, todos com chumaços de algodão nos ouvidos para poderem suportar o troar da artilharia, assistiam ao treinamento no convés do lado de fora do refeitório. O presidente, em sua cadeira de rodas, manta sobre as pernas paralíticas, a longa piteira entre os dentes, trajava “camisa pólo marron, calça de flanela cinza e chapéu de pesca branco e usava óculos escuros”. O ilustre homem vibrava com as manobras, ele que, no governo do presidente Wilson, havia sido subsecretário da marinha. Os demais, mareados e protegendo-se do intenso frio, faziam companhia ao presidente, entre entediados e assustados com as explosões.

Transcorria normalmente o adestramento, quando um oficial, na ponte de

Membro do IHGES, do qual é Tesoureiro. É autor de “O Presidente Nu”.

comando, duas cobertas acima, gritou: “Alerta! Não se trata de exercício. A coisa é séria!” e apontava freneticamente para estibordo do encouraçado. Houve grande agitação entre os circunstantes e o presidente, depois de ser informado que algo de anormal estava ocorrendo, não quis ser transportado, como medida de segurança, para o interior do vaso de guerra. Percebeu-se então que, a estibordo do navio, todas as armas estavam atirando contra o rastro de um torpedo que, à velocidade de 5 nós, furava as ondas em sua direção e do qual se achava já a 600 metros de distância. A barragem de fogo durou cerca de 30 segundos e uma hábil manobra do comandante McCrea livrou o grande barco da mortífera bomba.

Partiram imediatamente do IOWA ordens para que fosse localizado e afundado o submarino inimigo que lançara o torpedo. Mas, para perplexidade de todos, quatro minutos após foram informados pelo rádio pelo comandante de um dos destroyers que compunham a escolta que o projétil havia sido disparado do seu navio. Passado os momentos de nervosa agitação, o almirante Ernest J. King, chefe das operações navais dos Estados Unidos, também pelo rádio, ordenou ao comandante do destroyer que, juntamente com todos seus oficiais, se considerasse preso e retornasse imediatamente à base para investigações sobre a grave ocorrência. No inquérito que posteriormente foi instaurado, o comandante do destroyer esclareceu que, inexplicavelmente, o torpedo, que estava em seu berço, soltou-se em virtude da agitação do mar e como estava apontado para o IOWA, em sua direção partiu. A imprensa não foi notificada do acidente e o nome do destroyer e do seu comandante foram omitidos dos comunicados oficiais.

Tomadas essas medidas disciplinares, o comandante McCrea explicou aos seus hóspedes que “quando navios de guerra navegam juntos, habitualmente usam uns aos outros como alvos (simulação de alvos, claro) ou pontos de referência para treinamento”. E o infeliz comandante do destroyer tomou como alvo simulado para o seu exercício logo o IOWA, a bordo do qual (e ele não sabia disso) estavam alguns dos homens mais importantes do mundo. Encerrou aí sua carreira de marinheiro.

O quase acidente que acabamos de descrever anima-nos a uma especulação: e se o torpedo houvesse realmente atingido e afundado o IOWA? Roosevelt seria um dos primeiros a desaparecer, pois além de idoso – 62 anos – era paralítico. Seu vice-presidente Harry Truman estaria, então, preparado para chefiar a delegação norte-americana nas conferências do Cairo e Teerã? Teria tido Truman capacidade para convencer Stalin a envolver a União Soviética na guerra contra o Japão no Pacífico depois de derrotada a Alemanha na Europa? Levaria Truman à frente a idéia de Roosevelt de, após o conflito, fundar uma organização internacional dos países vencedores (futura ONU)? Teria tido Truman habilidade suficiente para,

RESQUÍCIOS DO PASSADO NO PRESENTE

Madalena de Assis Torres

Por volta de 1558, chegava à capitania do Espírito Santo o Frei Pedro Palácios, que vinha em busca de oração e penitência, por causa dos males que lhe aprontara o amor em sua terra bendita Portanhola.

Dentro de si trazia o coração estraçalhado por Berta, seu grande amor, e a mente voltada para o trabalho de catequese que realizaria com os gentios, e que até então, era ministrado por jesuítas desde 1551. Sua infeliz alma parecia por encontrar-se dividida triedricamente entre o sofrimento por ter se separado de um grande amor e a encarnação, na essência, do conflito barroco a fé x amor carnal.

Porém, como não era capaz de livrar-se totalmente de um para entregar-se a outro, usou de subterfúgio próprio dos artistas. Fez a junção desse dilema em um quadro que representava Nossa Senhora dos Prazeres, mas que delicadamente delineava a figura de Berta. Seu grande amor que o abandonara por um amante do cassino ao saber que ele tinha fortes tendências religiosas e achar que estas lhe prejudicariam nas luxúrias do amor.

Tal dilema seria pivô para a implantação da devoção à Santa Imagem, que este cultuava sinesteticamente, e que maliciosamente caracterizava a devoção franciscana, a qual ficou implantada dessa forma.

Os ritos de veneração eram realizados sistematicamente às segundas-feiras, em forma de longas procissões quando sentia-se culpado por no domingo anterior, entregar-se mentalmente à Berta.

A capelinha no alto do monte transformou-se a partir de 1591 em santuário, e posteriormente, no magnífico convento que hoje, como farol, ilumina a rota daqueles que sofrem do mesmo mal de amor e por isso entrega-se à veneração da milagrosa Nossa Senhora da Penha Berta.

Trabalho apresentado no III Encontro Estadual do PROLER, com a proposta de trabalhar ucronicamente um fato da História do Espírito Santo.

como fez Roosevelt, conciliar o gênio turbulento e imprevisível de Winston Churchill com o temperamento fechado e obstinado de Joseph Stalin? E as tantas outras decisões que somente foram aceitas pelo teimoso líder russo pelo fabuloso dom de persuasão e simpatia de Roosevelt? É claro que Truman não era um inepto, pois em 1944, ao ser eleito vice de Roosevelt, já contava 10 anos como senador e depois, desde abril de 1945, quando assumiu a presidência em virtude do falecimento daquele, revelou-se excelente político e homem de idéias claras e definidas (foi quem decidiu pelo emprego da bomba atômica contra o Japão).

Ficam entretanto no ar as perguntas, embora muitos historiadores não admitam investigações teóricas e raciocínios com base na conjunção condicional “se”. Mas esse “se” na história dos povos é, no mínimo, intrigante (ou instigante?).

Fontes:

- Sherwood, Robert A. (1998), “Roosevelt e Hopkins”, Rio, Neofront.
- The World Almanac Book of World War II (1990), New Jersey, USA.
- The World Almanac and Book of Facts (1997), New Jersey, USA.

RESQUÍCIOS DO PASSADO NO PRESENTE

Madalena de Assis Torres

Por volta de 1558, chegava à capitania do Espírito Santo o Frei Pedro Palácios, que vinha em busca de oração e penitência, por causa dos males que lhe aprontara o amor em sua terra bendita Portanhola.

Dentro de si trazia o coração esvaído por Berta, seu grande amor, e a mente voltada para o trabalho de catequese que realizaria com os gentios, e que até então, era ministrado por jesuítas desde 1551. Sua infeliz alma perecia por encontrar-se dividida triêdricamente entre o sofrimento por ter se separado de um grande amor e a encarnação, na essência, do conflito barroco a fé x amor carnal.

Porém, como não era capaz de livrar-se totalmente de um para entregar-se a outro, usou de subterfúgio próprio dos artistas. Fez a junção desse dilema em um quadro que representava Nossa Senhora dos Prazeres, mas que delicadamente delineava a figura de Berta. Seu grande amor que o abandonara por um amante do cassino ao saber que ele tinha fortes tendências religiosas e achar que estas lhe prejudicariam nas luxúrias do amor.

Tal dilema seria pivô para a implantação da devoção à Santa Imagem, que este cultuava sinestésicamente, e que maliciosamente caracterizava a devoção franciscana, a qual ficou implantada dessa forma.

Os ritos de veneração eram realizados sistematicamente às segundas-feiras, em forma de longas procissões quando sentia-se culpado por no domingo anterior, entregar-se mentalmente à Berta.

A capelinha no alto do monte transformou-se a partir de 1591 em santuário, e posteriormente, no magnífico convento que hoje, como farol, ilumina a rota daqueles que sofrem do mesmo mal de amor e por isso entrega-se à veneração da milagrosa Nossa Senhora da Penha Berta.

Trabalho apresentado no III Encontro Estadual do PROLER, com a proposta de trabalhar ucronicamente um fato da História do Espírito Santo.

CRÔNICAS

RESGATANDO UM VELHO SONHO

Zoel Corrêa da Fonseca

Sob os auspícios do Ministério da Cultura, estiveram reunidos, no Palácio Anchieta, em 20 de julho de 1998, representantes do **Projeto Resgate de Documentação Histórica** e nossas autoridades governamentais, para entrega solene do material histórico pertencente à Capitania do Espírito Santo.

Antecipando-se aos demais Estados em sua conclusão, nosso acervo histórico propiciou aos responsáveis pelo **Projeto Resgate**, a oportunidade para que comemorassem, solene e festivamente, sua primeira manifestação objetiva, através da cerimônia de entrega de nossa documentação histórica ao Governo Espírito-santense.

Congratularam-se visitantes e visitados; aqueles, nas pessoas do Embaixador Wladimir Murtinho – Coordenador Geral do Projeto Resgate; Esther Caldas Bertoletti – Coordenadora técnica e João Eurípides Franklin Leal – Coordenador Acadêmico do Projeto.

O Espírito Santo fez-se representar pelo Governador Vitor Buaz e pelo Secretário da Cultura, Maciel Aguiar, que também usaram da palavra, em agradecimento pela honrosa visita.

Durante a solenidade de entrega, João Eurípides Franklin Leal historiou os diversos trâmites e percalços por que passaram os pesquisadores, para a consecução da espinhosa tarefa: depois de obtida a autorização da **Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental**, nossos pesquisadores deslocaram-se para o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, no início de 1997.

Naquele arquivo, tiveram de enfrentar seu primeiro desafio, sob forma de monumental acervo contendo mais de duzentos e cinquenta mil documentos, amontoados em completa desordem e sem sequência de datas.

Durante todo o ano de 1997 viram-se às voltas com um tipo de trabalho, a que caberia melhor a designação de “garimpagem documental”, pela necessidade de revirar, pelo avesso, quase todo o passado histórico do Brasil-Colônia.

Separado o material de interesse para a pesquisa, foi a vez dos especialistas em escrita antiga – os paleógrafos, atirarem-se com determinação, à tarefa de traduzir, e às vezes quase decifrar os milhares de manuscritos redigidos em linguagem arcaica, vasada em intrincado português quinhentista, seiscentista...

Médico, romancista e historiador, pertence ao IHGES.

Atingiu-se, então, a fase final da pesquisa, com a catalogação dos manuscritos já ordenados.

O material entregue aos governantes capixabas, consta de microfilmagens dos inúmeros manuscritos, de um CD-Rom contendo todas as informações históricas pretendidas, e também de um **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo**, contendo cento e cinquenta páginas.

Organizado pelo historiador e paleógrafo capixaba João Eurípides Franklin Leal, esse Catálogo enumera, por ordem cronológica, quinhentas e quarenta e nove peças documentais pertencentes à Capitania do Espírito Santo, equivalentes a cinco mil páginas manuscritas.

Trezentos e sessenta e cinco desses documentos são anteriores ao ano de 1770 – data do mais antigo documento existente em nosso Arquivo Estadual. Todos esses documentos catalogados correspondem ao período histórico compreendido entre 1585 e 1822 e preenchem uma lacuna de cento e oitenta e cinco anos da historiografia do Espírito Santo.

Muito se conseguiu com esse resgate histórico, embora ainda restem por devassar, aqueles cinquenta anos iniciais, cercados por lendas e mistérios envolvendo os primeiros tempos do donatário Vasco Fernandes Coutinho, com suas muitas contendas e poucos esplendores. Também Belchior de Azeredo, Araribóia, Anchieta, os irmãos Marcos e Miguel Azeredo e até mesmo Vasco Coutinho Filho e Da. Luíza Grimaldi situam-se por detrás dessa misteriosa cortina.

Mesmo assim, em se tratando de material inédito e, portanto, ainda não constante das publicações sobre história, é de se esperar revelem outras facetas do nosso passado colonial.

O **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo** inclui vasta documentação de caráter administrativo, sócio-econômico, educacional e cultural, que por certo interessará não só a pesquisadores e historiadores, como também a sociólogos, antropólogos, educadores... e ao povo, em geral.

O **Projeto Resgate de Documentação Histórica** do Ministério da Cultura foi orçado em três milhões de reais, e contou com as parcerias feitas com os diversos Estados da União. No que concerne ao Espírito Santo, louve-se a generosidade de nossa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, na pessoa de Maciel Aguiar, patrocinando metade dos custos referentes à nossa parte no **Projeto**.

Deve-se esclarecer que o Ministério da Cultura incentivou o **Projeto Resgate de Documentação Histórica**, com a finalidade precípua de abrilhantar os festejos comemorativos pelo transcurso dos 500 Anos de Descobrimento do Brasil.

Registre-se, também, uma omissão histórica na solenidade laudatória do dia 20 de julho, no Palácio Anchieta: ficou faltando a homenagem devida à memória do Imperador Pedro II, pois a ele pertencem a idéia e as primeiras tentativas de resgate de nosso passado colonial. Chegou mesmo Sua Majestade Imperial a enviar historiadores à Europa, com essa finalidade. Mas a tarefa era ingente e superior aos recursos da época, inviabilizando o antigo sonho do Imperador.

Porém, das sementes espargidas, algumas frutificaram nos dias presentes, para o justo relevo de nosso passado histórico e para manterem viva a chama de nosso acendrado idealismo de ontem... e de sempre!

A ORQUÍDEA BRANCA

Érico de Freitas Machado

O catixicôco, também conhecido como caxinguelê, é um pequeno esquilo da mata atlântica e habitante da região montanhosa do estado do Espírito Santo. De uma agilidade impressionante, desafia a lei natural da gravidade e viaja pela galhada das árvores, com desempenho igual ou melhor que os macacos. Um deles estava no meio da trilha, escolhendo coquinhos caídos de uma palmeira, quando percebeu a aproximação do homem. Pegou, com a boca, um coquinho e subiu, reto, na vertical, num grosso tronco de “quaresmeira branca”, rápido, mas sem apresentar o nervosismo próprio dos que fojem por medo e tomou rumo, já nas alturas, em pulos precisos e pousos certos.

Cantídio olhou o animalzinho e sentiu certa inveja por não poder ter tal habilidade. Ele era “mateiro”, tirador de orquídeas e também subia nas árvores e, por vezes, mudava de uma para a outra, pelos galhos entrelaçados, ou bastante próximos, que permitissem u’ a mudança de local, sob poucos riscos. Era cuidadoso, pois uma queda poderia ser fatal, ou, pelo menos, causar graves consequências.

Magro, de estatura pouco acima de 1,70 mts., cor bronzeada, denunciando certa origem indígena, cabelos lisos e os braços relativamente longos e fortes. Quem procurava orquídeas nas matas frondosas só as encontrava nas forquilhas e galhos altos. Era necessário muita força nos braços para se agarrar e puxar o corpo para cima. Nos troncos médios e mais finos, subia abraçando os mesmos, mas nos grossos, o processo consistia em escalar planta mais fina, ao lado, passando depois para a planta grossa, ou encostar uma vara de bom diâmetro no tronco grande e amarrá-la com cipós, a cada certa distância, fazendo uma espécie de escada, para chegar ao ponto desejado.

Cordas, ganchos, escadas de cordas e outros instrumentos, eram inviáveis, pelo peso e condições de transporte e também pelo valor, mesmo parecendo pequeno, mas impossível de ser conseguido. O certo era usar os recursos que a mata permitia e a imaginação própria.

Corria o ano de 1952. Em Castelo tinha chegado um novo residente e que estava comprando orquídeas. Era oportunidade de fazer bons negócios. Trabalhava em lavoura de café, mas na entressafra pouco tinha o que fazer e sua outra profissão, aliás que era um verdadeiro divertimento, ou seja, andar atrás das “parasitas”. Conhecia as melhores espécies e as que tinham maiores valores.

Cantídio seguiu caminho pela trilha da mata. Logo que pudesse iria procurar o homem, em Castelo.

Escritor e Orquidófilo, é membro do IHGES.

Castelo é uma pequena cidade do interior capixaba e está ligada, para o sul, com Cachoeiro do Itapemirim e para o norte, com Muniz Freire, Venda Nova do Imigrante e Conceição de Castelo.

Na década de 50 as estradas eram de terra e na época das chuvas, o lado norte, montanhoso, ficava quase intransitável, mas mesmo assim o movimento continuava entre as cidades e vilas (Venda Nova e Conceição faziam parte do município de Castelo).

Cantídio morava em Muniz Freire e viajou na carroceria de um caminhão, de carona, trazendo dentro de um saco de aniagem, algumas “mudas” recém-colhidas das matas.

Chegando à cidade pediu informações e por fim estava diante do possível comprador de suas plantas.

Fez a oferta:

– O senhor compra “parasitas”?

Olhei para ele e para a encomenda que trazia. Fiquei curioso por ter sido procurado. Não tinha anunciado sobre compra de orquídeas. Apenas já colecionava algumas e estava montando um orquidário na casa que acabara de alugar, após o casamento.

Mandei que sentasse e passei a fazer algumas perguntas, para me situar quanto ao trabalho do “mateiro” e sua procedência. A Região, sabia, tinha bastante mata, serras intocadas e possivelmente muitas espécies de orquídeas nativas, pois o estado já tinha ganho nome nacional, como grande produtor dessas plantas da mini-flora.

– Como é seu nome e você é de onde?

– Sou Cantídio e vivo em Muniz Freire. No município, pois a casa e a família ficam num povoado bem perto da cidade sede.

– Há quanto tempo você mexe com orquídeas?

– Já uns dez anos, ou mais.

– O que trouxe aí?

– Umas “labiatas”.

E começou tirando as plantas de dentro do saco para mostrar a qualidade do produto. Foi falando:

– Tudo forte e bonita. Folhas inteiras e já floridas.

Sempre houve um acordo tácito entre os “tiradores” e compradores de orquídeas nativas, para não serem colhidas plantas jovens (seedlings). Estas deveriam continuar crescendo em seu habitat. Depois, já adultas, ou seja, após a primeira floração, então poderiam ser tiradas. Também nunca tiravam aquelas que estavam com fruto (capsula). Era uma maneira de preservar e manter o “celeiro” sempre abastecido. Com o passar do tempo, a derrubada das matas e o fogo, as orquídeas nativas tendem à extinção.

Comprei as orquídeas e fiquei sabendo de outras espécies que ele conhecia. Citou a “Tenebroza” (*Laelia tenebroza*), a “Sofileriana” (*Cattleya schofieldiana*), a “gutata” (*Cattleya guttata*) e outras. Todas de flores grandes e vistosas.

Aproveitei para ensinar que a nossa “labiata” chamava-se *Cattleya warneri* e que o nome que ele empregava vinha de outra planta do Nordeste brasileiro, muito parecida e por isso, por vezes, eram confundidas entre si.

Cantídio passou a tirar duas espécies que me interessavam mais, naquela época. *Cattleya warneri*, planta de flores enormes e que chegavam até 22 cms. de diâmetro, em tonalidade lilás (clara ou escura) e com um labelo (sépala central modificada), de um colorido mais acentuado, quase carmezim, com envolvimento branco e amarelo, até cor de ouro, e *Laelia tenebroza*, de outro gênero e de folhas mais compridas, mas flores de aproximadamente do mesmo tamanho, se bem que os coloridos sejam bem diferentes: sépalas e pétalas amarronzadas e até a cor de vinho, com labelo sempre de um roxo-avermelhado forte.

A *Cattleya warneri* floresce em outubro e a *Laelia tenebroza* em dezembro. São duas das mais cobiçadas das orquídeas capixabas.

Como sempre, os colecionadores procuram plantas de flores diferentes para aumento de seus plantéis e até hoje, qualquer novidade é disputada e alcança alto valor comercial. Naquele tempo a flor mais desejada era a branca (albino, puro), ou variedades (semi-alba e outros albinos). Isto na *Cattleya warneri*. Para a *Laelia tenebroza*, as variedades eram poucas e a albina não era conhecida. Só muito depois consegui dois exemplares diferentes. Devido à influência de anatócianos (pigmentos próprios), a flor tem pétalas e sépalas amarelas e o labelo branco.

Cantídio passou a trazer uma remessa de orquídeas, a cada final de mês. Ficamos nos conhecendo melhor e comecei a ajudá-lo. A vida estava um pouco melhor para ele e a família, mas vez ou outra era dominado pela cachaça e criava confusões. Numa delas tive que socorrê-lo e ameaçar de deixar de comprar as orquídeas. Ele melhorou, mas a “branquinha” era a companheira nas horas de aflições e de alegrias.

Como tirar um dos poucos prazeres de um homem simples, cuja vida se resumia na família, simples como ele, e no aconchego das matas, onde existiam plantas, que ele procurava, com o sonho alimentado de um dia encontrar uma touceira de orquídeas brancas (*Cattleya warneri*) e talvez conseguir o dinheiro para compra de uma casa, mesmo modesta, mas sua e da família?!

O tempo foi correndo e em 1956, por exigência de meu trabalho, de Eng^o Agrônomo, do serviço público, fui transferido para Vitória, mas continuei em contato com Cantídio. Ele mandava as plantas em jacás de taquara (uma espécie de cesto comprido e com aba, como tampa), onde as orquídeas eram embaladas ou

aconditionadas com folhas secas de bananeira (para não machucar) e despachadas por trem, ou trazidas diretamente por ele.

Em nossas conversas a “orquídea branca” era sempre lembrada.

– Um dia vou encontrar!

Sabe-se que a semente da orquídea só germina, na natureza, em contato com um fungo do Gênero **Rizoctonia** e o máximo que alguns cultivadores tinham conseguido, eram algumas mudinhas que nasciam próximo às raízes de algumas dessas plantas (o fungo vive em simbiose com as raízes).

Em fins do século passado, o pesquisador inglês Knudson conseguiu, em laboratório, determinar as propriedades químicas da **Rizoctonia** e criou uma fórmula, com diversos sais que reproduziam as referidas propriedades do fungo. Foi o primeiro passo para o desenvolvimento da atual orquidofilia. As sementes das orquídeas passaram a ter uma germinação total. Agora os cuidados principais se resumiram na desinfecção e os meios de cultura.

Cruzamentos e hibridações passaram a serem feitos em grande escala e indivíduos novos e variados surgiram nas coleções e em quase todos os lugares do mundo.

Até a metade do século XX, os passos eram vagarosos, mas a partir da década de 60, o desenvolvimento surgiu aos pulos, vertiginoso. Orquídeas raras eram superadas em beleza por seus descendentes (criados com autofecundação ou cruzamentos específicos). Em cada semente surgiam, pelo menos, de 200 a 500 novas plantas (semelhantes ou não) e apareceram as hibridações, com exemplares das mais diversas formas e cores.

Descobriu-se a clonagem ou meristema e plantas que eram únicas, valiosíssimas, se viram diante muitas outras, completamente idênticas. Os albinos foram os mais usados em sementeiras e em clonagem, e proliferaram pelos orquidários dos colecionadores, causando uma desvalorização sem precedentes, ao ponto de quase igualar, no preço, aos **Tipos** (Flores quase padrão e existentes em grandes quantidades). Mas Cantídio não sabia dos acontecimentos, nessa área, em outros lugares. E seu sonho continuava. Finalmente encontrou a “orquídea branca”. Trouxe, pessoalmente, florida, para que eu comprasse!

Foi o momento mais difícil que tive com ele.

Como explicar a mudança?

Como fazê-lo compreender que tudo era diferente e que a evolução e o modernismo tinham superado os tempos e o seu sonho?!

A sua grande alegria vinha mesclada com a maior tristeza!

Cantídio faleceu no início da década de 80.

EXPOSIÇÃO DALÍ MONUMENTAL

Maria Helena Teixeira da Siqueira

Graças a nossa proximidade com o Rio de Janeiro, muitos capixabas puderam apreciar a magnífica exposição do multifacetado artista catalão – **SALVADOR FELIPE JACINTO DALÍ** – no Museu Nacional de Belas Artes, com 464 itens: pinturas, desenhos, esculturas, gravuras, cenários, figurinos, jóias, fotografias, documentos e objetos pessoais.

O acervo apresentado ao público se deve à cessão de obras de museus da Europa e dos Estados Unidos, bem como de colecionadores privados.

Para nos fazer chegar essas preciosidades, exigiu-se a formação de uma equipe multinacional que atuou no exterior e no Rio de Janeiro.

Num vôo da imaginação, à moda das excentricidades de quem se dizia: “Eu sou o Surrealismo”, podemos vê-lo de olhos arregalados, coíando os seus pontiagudos bigodes, recebendo o público ao pé da escadaria do Museu para pontificar aos visitantes: – “As pessoas devem buscar prazer nos recursos ilimitados, nos enigmas, nas surpresas, nas angustias que minhas imagens oferecem ao subconsciente.”

Ao nos atermos neste artista, o que menos conta é a sua conturbada biografia (1904 - 1989). O que verdadeiramente importa é a sua variada e poliforme obra que começa com a influência da Escola Impressionista, passa pelas correntes do Pontilhismo, Futurismo, Cubismo e Fauvismo para se espriar no Surrealismo.

Sofre profundas influências de Picasso, Miró, Rafael e Velasquez.

Marcado por paixões, amores e amizades sua vida se entrelaça com personalidades marcantes: a mãe, o amigo Garcia Lorca, a mulher de sua vida Gala Helena Diakonova, o líder surrealista André Bréton e Antonin Artaud, entre outros.

Dalí é considerado o mais ousado artista do século XX.

Iniciou-se no cinema realizando com Buñel o elogiado “Um Cão Andaluz”, marco de sua entrada oficial no grupo surrealista parisiense.

A personalidade do artista nos obriga a refletir sobre o Surrealismo que aproxima a Arte da Psicanálise, prega a desordem, usa a técnica do automatismo, das imagens sem coesão, da irracionalidade, da incoerência e do niilismo.

Rimbaud considerava uma das metas do Surrealismo os desmandos dos sentidos, enquanto Bréton proclamava a integração das atividades oníricas do homem aos momentos de realidade.

Pertence ao IHGES e à AEL.

Dalí usa sem medidas a liberação do sentido cronológico, associa a lógica com a fantasia, na imanência do passado com o presente, no uso imoderado do erotismo e na completa liberação da moral.

Posteriormente, ele escapa do próprio Surrealismo quando, como pós moderno, se aproxima da arte sacra: pinturas de Anjos, da Madona, do Cristo na Cruz, da Ascensão de Cristo e da Última Ceia...

Principalmente nesta fase, descobre-se o artista na permanente busca do sobrenatural, do mágico e do maravilhoso.

Segundo Artaud, representante do Surrealismo na literatura, as obras de Dalí são retiradas da sua paisagem mental, pois não é fora, mas dentro de si que ele busca e encontra o seu modelo.

A incrível e intensa produção de Dalí inclui: ensaios, romances, dissertações, libretos e pensamentos, além de três autobiografias.

Uma das grandes originalidades que a exposição de Dalí ofereceu foi a “Sala das Crianças”.

Cerca de 200m² buscavam acolher as fantasias infantis, descortinando aos pequenos visitantes obras do legítimo representante do Surrealismo.

Ambientação e recursos de alta tecnologia davam asas às fantasias e ao imaginário dos jovens. Atividades múltiplas de recreação completavam o que as crianças poderiam desejar ou sonhar nessa visita cultural e prazerosa, coordenada por recreadores experientes.

Dalí se dizia apreciador de um bom prato: “Sei o que como, não sei o que faço.” Em sua homenagem o Museu cuidou de diversificar os restaurantes, as lanchonetes, os bares e os cafés. Desde o bufê “Aquim” e o requintado “Restaurante Dalí” com pratos de comida francesa e espanhola, até os mais simples agradaram aos clientes.

Segundo os críticos, “Dalí Monumental” foi uma das maiores exposições sobre o artista, apresentada nos últimos anos, superando as de Madri, de Barcelona, do Centro Georges Pompidou, em Paris e a da Tate Gallery, em Londres.

Há sempre quem descubra novas óticas para apreciar e analisar a trajetória do insuperável artista Salvador Dalí.

Em Vitória, no salão da Aliança Francesa, o artista plástico Gilbert Chaudanne aliou-se à psicanalista Ana Lúcia da Cunha para oferecer ao público uma brilhante palestra sobre os mitos, os preconceitos e as obras deste genial, contestador e superlativo artista.

FIGURAS FEMININAS INESQUECÍVEIS

Ormando de Moraes

Confesso que sempre fui muito dependente das mulheres. Primeiro, como é óbvio, de minha mãe, em cujos seios fui buscar meu primeiro e delicioso alimento. Depois, de uma mestiça agregada lá em casa, a Penha, um tanto rude e grosseira, porém, um pé de boi, pau para toda obra, que judiava da meninada, pegando uns cacos de telha, para raspar as pernas enlameadas e encrustradas de sujeiras, e tirava bicho de pé a ponta de faca ou tesourinha, indiferente ao choro e à gritaria. Mas as crianças a amavam pela proteção física que lhes dava, pondo-os até no colo, se necessário e preparando-lhes um feijão, um torresmo, um aipim, uma couve, uma traira assada, uma fornada de pães, bolos e biscoitos, que eram uma delícia e um cativeiro.

Foi relembando esta admirável mulher de minha infância, que decidi escrever sobre figuras femininas inesquecíveis, a fim de atender à intimação para uma palestra na Academia Feminina Espírito Santense de Letras. Passo a apresentá-las com todo carinho e fidelidade de minha memória.

1 - Odília de Oliveira Barreto - Professora diplomada em Campos, foi exercer o magistério primário em Barra de Itabapoana. Mulata de bom físico, não era de grande beleza, mas atraía muito os alunos, que a amavam bastante, por sua simpatia, sua dedicação, seus ensinamentos, suas iniciativas lá pelos idos dos anos 20. Principalmente o teatrinho de meninos e meninas, com suas cançonetas, que deixavam os pais vibrando de orgulho:

“Menina, tu me digas onde é tua morada,
Eu moro muito longe, muito longe da estrada.
Então espere um pouco que desejo te falar,
Meu senhor eu moro longe e não posso demorar...
Trá, lá, lá, trá, lá, lá, ...”

2 - Luzia Deps - Professora de catecismo em Muniz Freire, para onde nos mudamos ainda nos anos 20. Após suas aulas, às 2 da tarde de cada domingo, a meninada treinava futebol no gramado de acentuado declive atrás da Igreja do Padre Bazzarella. Hoje, fico pensando que o futebol só era possível naquele gramado, graças à proteção dos santos.

*Palestra proferida na Academia Feminina Espírito-Santense de Letras.
Presidente de honra do IHGES e membro da Academia Espírito-Santense de Letras.
Romancista, cronista e historiador, tem vários livros publicados.*

3 - Minhas colegas do curso normal do Colégio Pedro Palácios, do Dr. Aristeu Portugal Neves, onde eu fazia também o ginásio, no início da década de 30. Eram cerca de 30 meninas de 15 a 17 anos, terríveis em suas algazarras, e apenas três homens: Cesar Santana, Moacyr, caseiro do Dr. Aristeu e eu, que ficávamos tontos no meio daquele mundo feminino de beleza e irreverência. Moacyr morreu, Cesar abandonou o curso meio atordoado e eu resisti à pressão e me diplomei professor primário em 1935, como único homem da turma e seu orador. Lembro-me, entre as meninas, de Mercedes, que era bem comportada e logo começou a namorar o Prof. Waldemar, com quem se casou, de Vera, que faleceu recentemente, de Cecília Rios, muito eficiente nos esportes, de Marina Coelho, de Yeda Braga, irmã de Rubem e Newton Braga, e de Joaquina Moraes, que se casou com o poeta Solimar de Oliveira.

4 - Em meu primeiro ano como professor primário (1936), além de dar aulas particulares para recuperação de crianças de baixo aproveitamento, eu procurava o Grupo Escolar “Bernardino Monteiro”, de Cachoeiro, para substituir professoras que faltavam por doença ou outro qualquer motivo, e tinha como principais protetoras, junto ao Diretor, as professoras Brasilina e Noêmia Costa (irmãs), mas minha amizade era com outras também, como as professoras Inah Werneck e Veronica Oliveira, que se tornaram, para mim, figuras femininas inesquecíveis.

5 - Nomeado professor primário, em 1937 vim para Vitória objetivando fazer carreira no magistério, aproveitei oportunidade oferecida e me matriculei na Escola de Educação Física, mas de olho numa mudança para o Rio de Janeiro, a fim de fazer curso superior. Dava aulas particulares, escrevia artigos na Revista de Educação e no “Diário da Manhã” e procurava relacionar-me no meio intelectual. Foi então que o poeta Ciro Vieira da Cunha, Diretor da Escola Normal “Pedro II” e Anexas, convidou-me para assumir o 4º ano primário masculino da Escola Modelo, que nenhuma professora aguentava, vistas as diabruras dos meninos. Consegui dominá-los pondo-os a fazer jornaizinhos manuscritos em classe e organizando, com eles, times de futebol. Meu prestígio subiu e Dr. Ciro, generosamente, fez-me outro convite, agora para assumir interinamente a cadeira de Pedagogia da Escola Normal, visto prolongada licença saúde da catedrática Judith Leão Castelo, que se tornou para mim, figura feminina inesquecível, pela oportunidade que me proporcionou aos 22 anos, dar aulas para duas turmas de cerca de 40 meninas cada, entre 15 e 18 anos, que me sufocavam nos intervalos, com seu charme, veneno e arte. Elas também se tornaram figuras femininas inesquecíveis, semelhantes às minhas colegas de curso normal do Colégio Pedro Palácios.

6 - Ainda no magistério, não me esqueço de mulheres notáveis, como Aurora Estelita Herkenhoff, Diretora da Escola de Comércio de Cachoeiro, Madame Caetano, professora de francês e Maria José Imperial, professora de português do Liceu “Muniz Freire” da mesma cidade, onde também fui professor de 1938 a 1942. E, por associação de idéias, incluo nesta minha galeria, as grandes professoras e pedagogas Ana Bernardes da Silveira Rocha, casada com meu amigo, o escritor Levy Rocha, Madalena Pizza, eterna namorada do poeta Narciso Araújo, de Itapemirim, e Zilma Coelho Pinto, que realizou de Cachoeiro, nos anos 50, notável “Campanha de Alfabetização de Adultos”.

7 - No início dos anos 40 fui convidado a colaborar na organização do curso ginásial do Colégio Cristo Rei, de Cachoeiro, dei aulas para as Irmãs que iriam fazer provas, a fim de obter registro como professoras, no Ministério da Educação e, a seguir, continuei como professor do curso ginásial. Do Cristo Rei, ficaram em minha galeria de inesquecíveis a Madre Adelaide de São Norberto e a Irmã Bernardete, por sua eficiência como educadoras, além da Superiora Madre Gertrudes de São José, uma italiana muito engraçada que, todo dia, na hora do recreio dos alunos, mandava servir aos professores um café bem acompanhado. Nessa ocasião, ela chegava perto da gente e perguntava: – Professor, o senhor aceita um pouco de vinho? Na realidade, ela queria era companhia para tomar o vinho, hábito que trouxera da Itália, onde, quando menina, no internato, todo dia recebia uma garrafinha de vinho – dizia. Certa ocasião, ela se aproximou de mim e falou: – Professor Ormando, só com a frequência de meninas, o ginásio está dando prejuízo. Estou com vontade de aceitar também meninos, mas só de famílias muito boas (na realidade, as boas a que se referia, eram as ricas ou de bons recursos). Foi assim que, no Ginásio Cristo Rei, tive vários alunos homens, entre os quais se destacaram posteriormente, como políticos, Gilson Carone e José Moraes. Madre Gertrudes e Madre Adelaide ficaram em minha galeria de figuras femininas inesquecíveis.

8 - Irmãs de Santa Catarina - Além das de Cristo Rei, de Cachoeiro, outras religiosas foram incluídas em minha galeria de figuras femininas inesquecíveis.

Acabara de chegar em Santa Tereza, simpática cidade de Ruschi, no início dos anos 70, para fazer uma inspeção na agência local do Banco do Brasil e como a conversa inicial com o gerente e outros funcionários se estendia demasiado, e já se aproximava a hora do almoço, eu lhes dirigi a pergunta meio intimatória:

– Onde é que eu posso me hospedar aqui em Santa Tereza?

Meio sem jeito, eles responderam:

– Santa Tereza não está bem de hotéis e quando chega uma pessoa importante, (eles queriam me lisongear...) a melhor hospedagem a oferecer é no Hospital Mãe do Bom Conselho, das Irmãs de Santa Catarina.

Fui p'ra lá meio desconfiado, mas fiquei muito satisfeito com o tratamento e, no final, com as ofertas de venda de várias conservas de doces e salgados, que constituíram um sucesso no regresso à minha casa. E as Irmãs de Santa Catarina foram incluídas em minha galeria de figuras femininas inesquecíveis.

9 - A mulher no Banco do Brasil e no Banestes - A primeira mulher a ingressar no Banco do Brasil aqui no Espírito Santo e possivelmente uma das primeiras em todo o País, foi Odette Braga Furtado, na década de 20. Era um mulher de bom valor intelectual e profissional, que havia sido secretária do governo de Nestor Gomes e, naturalmente, foi atraída pela administração da primeira agência do Banco em Vitória, na qual fez carreira, indo terminá-la no Rio de Janeiro. Naquela época, mulher no Banco era caso raro.

Somente a partir de 1970, o Banco do Brasil pasou a admitir mulheres em seus concursos, em igualdade com os homens e, em pouco tempo, elas conquistaram uma participação considerável em seus quadros, com um desempenho surpreendente na administração financeira.

Observei esse desempenho feminino também no Banestes e o registrei com destaque em meu livro “História dos Bancos no Espírito Santo”. Mas, além de Odette, não vou citar aqui nomes de outras bancárias, pelo risco de cometer alguma injustiça por omissão, visto que é longa a lista e todas as que conheci estão incluídas em minha galeria de “Figuras Femininas Inesquecíveis”.

Figuras femininas históricas

10 - Maria Urtiz - Diz o historiador José Teixeira de Oliveira, em seu livro “História do Estado do Espírito Santo” que a tentativa dos holandeses de invadirem nossa Capitania, em 1625, deu origem a uma tradição de exaltação da bravura da mulher capixaba, orgulhosamente reverenciada até hoje. Conta-se que, no fragor dos combates de rua, em Vitória, uma senhora de nome Maria Urtiz decidiu a batalha lançando água fervente sobre o comandante Pieter Heyn. Verdade ou mito, o nome de Maria Urtiz transformou-se em lenda de merecido preito àquelas matronas que, na paz e na guerra, colaboraram na edificação deste pedaço do Brasil.

Como nos anos 30, residi numa pensão na Escadaria Maria Ortiz, toda vez que passo por aquele local, tenho a impressão de que uma respeitável senhora, por um motivo qualquer, pode estar jogando água fervente do alto de seus prédios.

11 - Luíza Grimaldi era mulher de Vasco Fernandes Coutinho, filho bastardo de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário de nossa Capitania. Vasco Filho substituiu o pai e foi substituído, em virtude de sua morte, por Luíza Grimaldi, que governou a Capitania e renunciou após 4 anos, tendo feito boa administração.

- Mercês Garcia Vieira - “O Ginásio de Calçado”.
- Alda Estelita Lins - “Espelho que me revela”- crônicas.
- Maria Helena Hees Alves - cronista.
- Marzia Figueira - cronista.
- Joacy Ribeiro Novais - “A estrela do meio dia” - romance.
- Arlette Cypreste - historiadora.
- Magda Lugon Arantes - “As faces de Proteu”- poesias.

Nesta minha longa lista de “inesquecíveis”, incluo, também, neste momento, todas as brilhantes componentes desta atuante e admirável Academia Feminina Espírito Santense de Letras, que me proporcionaram a oportunidade desta modesta palestra, nada mais que a confissão do quanto respeito e admiro as mulheres.

FUMACAS DO TRIANON

Ivan Borgo

Meu pai foi mesmo um craque em coisas que pensava e fazia. Mas não é de suas qualidades (muitas) que quero falar aqui. Quero falar um pouco desse ser muito querido mas que, como todos nós, tinha lá suas rabugices. Contra filmes, por exemplo.

– Bobagens - dizia ele.

Os únicos filmes que o interessavam eram os que ele denominava de naturais. Acho que gostaria dessa série levada agora pela TV, “Planeta Terra”. Livro, para ele, tinha de ser no modelo de “A vida das abelhas” de Maeterlinck (lido e relido) ou algumas publicações tratando de assuntos – como ele dizia – da vida real. Ler ficção? Não entrava em seus planos.

Em certo momento pensei até em sugerir, por exemplo, leituras de um autor como Hemingway que cumpria esse item obrigatório de falar da vida real mas que extraía do duro materialismo da realidade americana a substância eterna que teima em se agarrar ao ser humano. Não cheguei a fazer a sugestão por vários motivos que não vêm ao caso.

Quando no final dos anos quarenta as tropas do mundo cinematográfico, com grandes contingentes europeus, acamparam em Jucutuquara, no Trianon, ao pé da Pedra do Bode, achei que a situação ia ficar difícil para ele. O cinema, construído a dois passos de nossa casa, era uma provocação muito forte. No entanto, apesar de todo o alarido daquelas tropas de ocupação e seus bivaques iluminados na rua Barão de Mauá, meu pai não lhes deu a menor atenção.

– Bobagens.

Mas meu pai, como disse, era um craque e por baixo daquela casca radical havia uma boa camada de senso de humor.

– Pai, que tal irmos hoje ao cinema com a mãe? – falei de surpresa. Está passando um filme muito bom baseado na vida de um compositor italiano. Sublinhei o italiano para espicaçar suas raízes. O filme se chama “Um grande amor de Belini”.

O convite-bomba foi feito pela manhã e não posso dizer o que aconteceu durante o dia porque fui trabalhar e só voltei à noite.

Ao chegar, vi minha mãe no tocador passando loção de alfazema, indispensável quando saía de casa. Pó-de-arroz, também. Coty, aquele da grande caixa amarela com uma esponja cor-de-rosa e um pegador de seda. Não falei nada

Escritor, pertence aos quadros do IHGES.

quando vi meu pai saindo do quarto vestindo passeio completo, envergando um antigo terno de casemira inglesa. Essa roupa ele mandava fazer no Rio através de um alfaiate ambulante chamado Garcia que tomava as medidas dos fregueses do interior do Estado, onde morávamos, e aparecia periodicamente na serraria de meu pai. As encomendas eram feitas à “Alfaiataria Estadual”, estabelecida na Rua Uruguaiana.

Tomei café e, depois, com o ar mais displicente possível juntei-me aos dois.

– Vamos?

Fomos.

O Trianon era aquela jóia que brilhava na noite prometendo mil alegrias e emoções em sua tela mágica. Não foi diferente naquela noite. Mas assistimos ao filme quase em silêncio. A situação exigia prudência.

– Gostaram do filme? – perguntei na saída.

– Gostei – adiantou-se meu pai com aquela sua voz de baixo profundo – um filme natural...

– ???

– “Um amor de Belini”. O que é mais natural que o amor?

Mais não disse e nem lhe foi perguntado.

A esperança de que ele transformasse a ida ao cinema num hábito para compensar um pouco sua dura vida de trabalho, foi vã. Aquele foi o único filme a que assistiu no Trianon. Apenas para me agradar, com certeza. Como hobby continuou lendo sobre assuntos naturais e entre eles, naturalmente, “A vida das abelhas” ou criando as próprias num pequeno apiário no fundo do quintal ou fabricando peças para o presépio mecânico visitado por gente que vinha até da cidade para vê-lo, no Natal.

TRADUÇÕES

EXEMPLO

OCTAVIO PAZ

Tradução de OMMAR MELLADAH

A borboleta voava entre os carros.
Maria José me disse: há de ser Chuang Tzu,
de passagem por Nova York.

Mas a borboleta
não sabia que era uma borboleta
que sonhava ser Chuang Tzu
ou Chuang Tzu
que sonhava ser borboleta.
A borboleta não duvidava:
voava.

AH, QUE TU ESCAPES

JOSÉ LEZAMA LIMA

Tradução de VIRGÍLIO LÓPEZ LEMUS

Ah, que tu escapes no instante
em que já tinhas alcançado tua melhor definição.
Ah, minha amiga, que tu não queiras crer
nas perguntas dessa estrela recentemente cortada,
que vai molhando suas pontas em outra estrela inimiga.
Ah, se fosse certo que na hora do banho,
quando numa mesma água discursiva
se banham a imóvel paisagem e os animais mais finos:
antílopes, serpentes de passos breves, de passos evaporados,
parecem entre sonhos, sem ânsias, levantar
os mais extensos cabelos e a água mais lembrada.
Ah, minha amiga, se no puro mármore dos adeuses
tivesse deixado a estátua que podia nos acompanhar,
pois o vento, o vento gracioso,
se estende como um gato para se deixar definir.

(De: *Enemigo rumor*, 1941)

Poeta cubano, é sócio-correspondente do IHGES.

O OUTRO

ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR

Tradução de VIRGÍLIO LÓPES LEMUS

(1º de janeiro de 1959)

Nós, os sobreviventes,
A quem devemos a sobrevida?
Quem morreu por mim na masmorra,
Quem recebeu a minha bala,
A que era para mim em seu coração?
Sobre qual morto eu estou vivo,
Seus ossos jazem nos meus,
Os olhos que lhe arrancaram, vendo
Pelo olhar de minha cara,
E a mão que não é sua mão,
Que também já não é a minha,
Escrevendo palavras rotas
Onde ele não está, na sobrevida?

(De: *Vuelta de la antigua esperanza*, 1959)

Do Instituto Nacional de Linguística e Literatura de Cuba. Poeta, é sócio-correspondente do IHGES.

NOBEL

NOBEL

O. M.

Finalmente os internacionalmente famosos (sim, porquanto todos os conhecem) e consagrados membros da Real Academia Sueca desconfiaram da existência de outras línguas no mundo, que não a inglesa e a sueca. É que o Nobel de Literatura de 1998 foi atribuído ao escritor lusitano José Saramago, não obstante a inócua oposição da igreja.

Saramago é autor de uma vasta obra em prosa, compreendendo romances, peças, contos, crônicas e memórias. Mas o que muita gente ignora é que Saramago é, também, poeta, com dois livros de poemas publicados: **Provavelmente Alegria** e **Os Poemas Possíveis**. Numa homenagem ao Nobel de 98, publicamos uma pequena amostra dessa poesia:

De **Os Poemas Possíveis**:

QUANDO OS HOMENS MORREREM

Sinal de Deus não foi, que Deus não há
(Ou se há, vive longe e nos engana),
Mas a gaivota que sobre mim voou,
E o grito que lançou,
Foi um sinal de vida não humana.
Recordação seria doutras eras
Em que homem não ainda,
Só promessa?
Ou presságio seria?

JUDAS

Do pão, o corpo; o sangue, deste vinho;
Das misérias do homem, divindade:
Nada põe de si ou deuses vãos.
Nesta mesa da terra se restauram,
Tudo lhes é sustento, comem tudo,
Que tudo lhes prolonga a duração.

Um corpo de enforcado é alimento,
Um baração faz escada para os céus,
É trono uma figueira, é luz moedas:
Sem Judas, nem Jesus seria deus.

RECEITA

Tome-se um poeta não cansado,
Uma nuvem de sonho e uma flor,
Três gotas de tristeza, um tom dourado,
Uma veia sangrando de pavor.
Quando a massa já ferve e se retorce
Deita-se a luz dum corpo de mulher,
De uma pitada de morte se reforce,
Que um amor de poeta assim requer.

DIZ TU POR MIM, SILÊNCIO

Não era hoje um dia de palavras,
Intenções de poemas ou discursos,
Nem qualquer dos caminhos era nosso.
A definir-nos bastava um acto só,
E já que nas palavras me não salvo,
Diz tu por mim, silêncio, o que não posso.

De Provavelmente Alegria:

O FRUTO

Mordo, voraz, a polpa, e sob a língua
Se derrama o sabor reconhecido
Do fruto que se deu e que não mente.
Tudo parece igual, mas, no limite,
Decifro como um deus a obra doutro:
A promessa escondida na semente.

E SE VIER

E se vier que traga o coração
No seu lugar de paz. Amor diremos,
Que outro nome melhor se não descobre.
Só a vida não diz quanto sabemos.

-0-

**A POESIA
É NECESSÁRIA**

MANOEL DE BARROS

O poeta Manoel de Barros está de livro novo na praça. Trata-se de **Retrato do Artista Quando Coisa**, lançado pela Editora Record. Numa homenagem ao poeta, a Revista do IHGES publica quatro poemas do livro.

SOBRE O MEU CORPO SE DEITOU A NOITE

(Como se eu fosse um lugar de paina)

Mas eu não sou um lugar de paina.
Quando muito um lugar de espinhos
Talvez um terreno baldio com insetos dentro.
Na verdade eu nem tenho ainda o sossego de
uma pedra.
Não tenho os predicados de uma lata.
Nem sou uma pessoa sem ninguém dentro –
feito um osso de gado
Ou um pé de sapato jogado no beco.
Não consegui ainda a solidão de um caixote –
tipo aquele engradado de madeira que o poeta
Francis Ponge fez dele um objeto de poesia.
Não sou sequer uma tapera, Senhor.
Não sou um traste que se preze.
Eu não sou digno de receber no meu corpo os
orvalhos da manhã.

SENTADO SOBRE UMA PEDRA ESTAVA O HOMEM

desenvolvido a moscas.
Ele me disse, soberano:
Estou a jeito de uma lata, de um cabelo, de um
cadarço.
Não tenho mais nenhuma idéia
sobre o mundo.

Acho um tanto obtuso ter idéias.
Prefiro fazer vadiagem de letras.
Ao fazer vadiagem com letras posso ver quanto
é branco o silêncio do orvalho.

“1”

Retrato do artista
quando coisa: borboletas
Já trocam as árvores
por mim. Insetos
me desempenham.
Já posso amar as moscas
como a mim mesmo.
Os silêncios me praticam.
De tarde um dom
de latas velhas se atraca
em meu olho
Mas eu tenho
predomínio por lírios.
Plantas desejam a minha
boca para crescer
por de cima. Sou livre
para o desfrute das aves.
Dou meiguice
aos urubus.
Sapos desejam ser-me.
Quero cristianizar as
águas. Já enxergo
o cheiro do sol.

A maior riqueza
do homem
é sua incompletude.
Nesse ponto

sou abastado.
Palavras que me aceitam
como sou
– eu não aceito.
Não agüento ser apenas
um sujeito que abre
portas, que puxa
válvulas, que olha o
relógio, que compra pão
às 6 da tarde, que vai
lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc.etc.
perdoai. Mas eu
preciso ser Outros.
Eu penso
renovar o homem
usando borboletas.

EN TI

Alberto Acosta Pérez

En ti
toda la tierra
y la mañana de verano
En ti
el sol
y las manos
las trenzas del corazón
y el azar impuro
En ti
el plumón del cisne
las puertas del cerebro
y el melancólico domingo
En ti
el aroma
y el verso
Todo
todo se condensa
en ti.

Poeta cubano, diretor do Teatro Nacional de Cuba.

PACIÊNCIA

Xerxes Gusmão Neto

cai na malha
se espalha
a gota longa da espera

emudece o cântico
é silêncio
na sonolenta manhã chuvosa

a mulher pede pra esperar
alguém vai chegar
trazendo esperança
(e quem acredita?)

o telefone agride
espanca o sono
traz o mundo para a sala

vejo o mapa
gosto dele
tem cores e lembranças

é bom plantar a paciência
no vaso comum do cotidiano
veremos quem chega primeiro:
o esperado ou o desengano

a porta se abre
sem alarde
não adianta, é tarde
interlocutor não vem

quem espera, se desilude

Publicitário e poeta, pertence ao IHGES.

DISTANTE

Heraldo Brasil

Que silêncio é esse
que acordou nossa distância,
que ódio é esse
que avivou nossa vingança
que tempo é esse
que guardou tanta mágoa,
que caminho é esse
que nos leva a nada

Bom seria se não existissem
silêncio nem distância,
o ódio e a vingança se
perdessem no tempo
o caminho desviasse o nada
e a gente se entendesse
sem mágoa

Mas o caminho vestiu-se de ódio
e de vingança fomos o tempo,
agora de distância e por nada
nos magoamos em silêncio.

Poeta e compositor.

PEDRA DOS DOIS OLHOS

Simone Maria de Oliveira Gonçalves

Há olhos que não se cansam de te velar...
Estes olhos presenciaram tua silhueta sendo despida,
Quando ainda eras virgem...
Por certo, estes olhos ainda te contemplam...
Ficam imóveis, observando-te em silêncio.
Parecem entristecidos pela ação brusca como foste possuída;
Não penses que estes olhos a invadem, Jucutuquara
Com tua ação contemplativa.
Eles são discretos...
Só entendem o que eles dizem, quando os interpretam como poesia.
Tenha por certo, Jucutuquara
Que eles continuarão a te observar em silêncio,
Só falando como testemunhas vivas
Dentro da minha poesia.

OURO PRETO

Jô Drummond

Tortuosa e serena
com segredos ancestrais
cravada a duras penas
no coração das gerais.

Negros cativos plangentes
pobres escravos braçais
suspiros árcades pungentes
dos poetas das gerais.

Pelas ruelas pendentes
casarios coloniais
confidências inconfidentes
traições eventuais.

Em solo fértil verseja
e flameja a liberdade
muito ouro nas igrejas
e esperança na cidade

Artista plástica, poeta e mestranda em literatura, na UFES.

Rosto
sem riso
noite
sem luz
fumaça
no ar
o homem
e a cruz

que é feito do mundo?
um silêncio profundo.
em meio a colina,
num céu de neblina,
o homem e a cruz

rosto
sem riso.
noite
sem luz.
fumaça
no ar.
o homem
e a cruz.

O HOMEM

E A CRUZ

Josafat

Joaquim

Costa

CHAMA EXTINTA

Athayr Cagnin

Se ela me amasse como amou outrora,
com aquele mesmo ardor com que me quis,
eu mandaria esta tristeza embora
e voltaria até a ser feliz.

Versos de amor faria sem demora,
como jamais, em qualquer tempo, fiz,
e não vegetaria como agora,
acabrunhado, apático, infeliz.

Se ela me amasse como antigamente,
com o mesmo anelo, o mesmo amor enfim,
minha vida seria diferente.

... Pedi-lhe que voltasse e ela voltou,
mas que me vale tê-la junto a mim,
se já não me ama mais como me amou!...

Professor, odontólogo e poeta, integra os quadros do IHGES, da AEL e da ACL.

VOZ DO VENTO (António Monteiro)

A vozeria do vento
repercuta na ramagem
vem do Nordeste a mensagem
que viaja meu pensamento:

gritam os trinta reais
salário das professoras

dá pra nada...dá pra nada...

gritam as gargantas secas
sem ter água pra beber
gemidos dos retirantes
com imagens delirantes
dos que em qualquer circunstância
se recusam a morrer
berra o gado sem ter pasto
sem ter água pra beber
terra mirrada e seca
mirrada de estarrecer.

O que falta no Brasil
neste Brasil do Nordeste
Agreste que morre à sede
e fome que já é peste?

O mar doce da Amazônia
pode espriar no Nordeste
levando com abundância
a vida para o Agreste?

A vida só é possível,
sabe-se disso com mágoa,
riqueza só pode haver
com presença da mãe água
retirante volta à terra
terra de muito amar
com redobrada alegria
vendo a terra verdejar.

Pedra Azul, 24/04/98

Poeta, integra o IHGES.

ARAGUAIA

MIGUEL DEPES TALLON

Para Roberto Mazzini

Morros coroados de neblina.
Um casinhas singelas,
com muitas portas e janelas
nos dois lados da única rua.
Fumaça saindo das chaminés.
Uma igrejinha cheia de andorinhas.
A estação ferroviária da Leopoldina,
uma locomotiva chamada Ramona.
Uma videira carregada de uvas,
no pátio de uma casa à entrada da vila.
À frente de outra casa uma árvore de cedro.
Um ribeirãozinho cortando a vila.
Numa das margens, um bambuzal
flauteando ventos.
O som de uma concertina
numa noite de junho.
Truco, bocha e bisca.
Piabas com polenta durante a semana,
aos domingos galinha com macarrão.
Algumas hortas de verdes alfaces,
alvos repolhos, rubros tomates
e o coração numa bota.

Miguel Depes Tallon é membro do IHGES e da AEL. O poema, detentor do 3º lugar no V Concurso Literário de Domingos Martins, é uma homenagem intertextual a Ivan Borge.

**RESENHAS E
CRÍTICAS**

RESENHA

RENATO PACHECO

Teixeira, Pedro. **O último carro de boi da Vila do Calçado**. (e outros contos e lendas do folclore do Vale do Itabapoana e do Muriaé). Itaperuna. SEA, 1998.

Nosso consócio Pedro Teixeira, o grande estudioso do Vale do Itabapoana, autor de três livros na área da crônica, da literatura infantil e da história, lança, agora, seu primeiro livro de contos. Com o material que, ao longo dos anos ele reuniu, é de se presumir que muitos e muitos novos livros do gênero serão por ele publicados, em futuro próximo.

O drama ganha toda a sua força em **Nas trilhas dos cafundós da serra e O último carro de boi da Vila do Calçado**, justamente o conto que abre a coletânea e aquele que a encerra. Para mim são os que mostram em sua plenitude o dedo do gigante.

A preocupação com a amizade (e Pedro Teixeira é homem de bons amigos) está em **Amigos com A maiúsculo**, uma lenda que envolve o bom Imperador D. Pedro II, **Amigos do peito** e no conto do folclore árabe: **Uma amizade é eterna como as rochas**.

Histórias que correm aqui e ali, algumas anedóticas, como **João Bobo, mas nem tanto**, **Um trato mal feito com o diabo**, **O preço da honra ultrajada**, **Jogos de azar** e **Pelas pontes do caminho** merecem excelente tratamento literário por parte do autor.

Conquanto bem escrito, no linguajar do homem da roça, achei inverossímil a **Brincadeira de criança**, onde o delito dos meninos seria facilmente ligado ao adultério da mãe e do capataz.

Repito: enquanto carros de boi cantarem nas rua de São José do Calçado, e nas vizinhanças rurais, o escritor do Vale estará preparando para nós novos e saborosos pratos. E, oxalá, continue ele a explorar o rico veio do folclore de nossa terra.

Escritor e Presidente de Honra do IHGES. Pertence também à Academia Espírito-Santense de Letras.

ESCRITOR GAÚCHO LANÇA OBRA IMPORTANTE SOBRE ARQUITETURA ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO

LUIZ CARLOS BIASUTTI

Com 559 páginas, ótimas fotografias e plantas, o engenheiro e escritor gaúcho **Júlio Posenato** lançou o livro **Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo**. Já em 1989, a colatinense Maria Izabel Perini apresentou uma obra notável sobre a arquitetura rural do século XIX no Espírito Santo com o paradigma do interior da região italiana de Trento e Vêneto. O certo é que somente agora houve um despertar para a maravilha arquitetônica das colônias e cidades capixabas que nasceram graças à imigração veneto-trentina. O importante no caso presente de Júlio Posenato é o fato de um gaúcho passar mais de dez anos fazendo pesquisa no interior capixaba. Entre os municípios que colaboraram com a obra está o de Colatina que ajudou com veículo e guia.

O objetivo da obra, como o próprio autor disse, em entrevista (A GAZETA, caderno dois, 20/08/98) foi: “ajudar a descoberta da própria identidade desta população que a gente chama de usuários e mostrar que o patrimônio cultural representa a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico”. O principal em tudo isto está que, aos poucos, paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos ficam surpreendidos com a grande herança histórica deixada pelos italianos que aqui chegaram em 1874.

A expedição de Pietro Tabachi com 388 colonos foi a primeira que chegou ao Brasil, em sentido comercial e conforme a lei vigente no território italiano: presença de um médico e um capelão no navio. Tanto assim que para burlar a lei italiana, os empresários da imigração dos anos de 1875 e 1876 levavam os colonos para a França onde o embarque era feito no porto de Havre ou La Havre, sem capelão e sem médico.

Nossos historiadores capixabas devem realçar esta primazia da imigração italiana no Espírito Santo que, acredito mesmo, ser anterior à chegada de italianos ao Uruguai e à Argentina. Renzo Gracelli, Luiz Buzatto foram os primeiros a pesquisar com documentação tal fato. Riolando Azzi através de documentação religiosa exaustiva em A IGREJA E OS IMIGRANTES coloca em ordem a chegada dos italianos:

Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul. Hoje, todos sabem que, pelo menos, sessenta por cento da população capixaba (do lado paterno ou materno) é de origem italiana. Outra verdade que não pode ser esquecida: nas duas primeiras décadas do século XX, Colatina foi a concentração e ao mesmo tempo a expansão da imigração interna de filhos e netos de italianos para o norte do Rio Doce. O livro de Júlio Posenato, pela primeira vez, apresenta uma síntese de vida e obra dos italianos através de suas residências, igrejas, cemitérios e serviços comerciais ou industriais. Vale a pena ser lido e estudado como um começo de novos horizontes para o turismo cultural.

À MARGEM

MIGUEL DEPES TALLON

Reunindo poemas inéditos, **compostos à margem de outras atividades do autor**, Waldir Ribeiro do Val publica, pela Nórdica, o seu **Poemas à margem**.

São poemas da mais variada escritura, passando, inclusive, pelo soneto, do qual são exemplos marcantes **Era uma hora pródiga**, **Só Bruma**, **Quando eu me for** e **Soneto Antigo - I**, de onde pinço o primeiro quarteto:

**“Nesse rio que corre, transparente,
Quero lavar meu corpo de pecados.
Às águas descerei, e na corrente
Hei de lavar meus erros bem lavados”**
(p.46)

A **Cambaxirra** é de uma simplicidade universal, valendo transcrever seus versos iniciais:

**“No mulungu florido
a cambaxirra canta, interminável.
Esqueço Vivaldi, Mozart, Bethoven,
neste momento só ouço os pássaros,
sua linguagem campestre.”**
(p.21)

Essa mesma simplicidade bucólica comparece em **Poema**:

**“Numa lápide ao vento
deixei meu pensamento.
Numa árvore do bosque
esculpi meu nome.”**
(p.25)

Membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Tudo isso e muito mais
naquele ano de 1938,
em que andamos léguas a cavalo,
tio Ribeiro e eu, até Cavarú,
para ouvir o Brasil jogar na Copa do Mundo,
no único rádio que havia em toda a redondeza.”

(p.35)

Em Saudade, novamente o poeta rememora sua infância:

“Saudade dos domingos longínquos,
das meninas que brincavam do outro lado do jardim,
saudade das Três Marias
que minha mãe apontava no céu.

Saudade das músicas da infância,
bão-balalão, senhor Capitão,
meu avô me contando histórias
de poetas e outros heróis.

.....
Saudade da serenidade que havia em tudo,
dos luas como não há mais,
saudade de ontem, de hoje mesmo,
saudade de um adeus, de uma partida,
de uma imagem que ficou para sempre, tão nítida.”

(p.36)

Só mesmo quem já andou de trem, ou viu o trem passar, pode alcançar toda a substância dos dois versos iniciais de **Solidão**:

“O trem acorda a paisagem noturna
com seu olho de espanto.”

(p.39)

Em **Convite**, há resquícios do hedonismo de Khayyam, no seu amor ao vinho e à vida:

**“Vamos beber, amigo.
Beber ao violino que está tocando,
a essa canção que vem pelo ar,
à parede pintada de azul.**

.....
**Vamos beber, amigo,
vamos beber à vida.”**

(p.49)

Coroando o livro, WRV o fecha com **Epitáfio**:

**“Aqui jaz
nesta fuma fria
meu coração.
Orai por ele
que buscou a poesia
em vão.”**

(p.53)

Ora, ora, Waldir, não terá sido em vão.

*VAL, Waldir Ribeiro do. **Poemas à margem**, Rio de Janeiro: Nórdica, 1992, 80 p.*

COLEÇÃO “ALMEIDA COUSIN”

ÉRICO DE FREITAS MACHADO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, numa homenagem ao benemérito Almeida Cousin, em comemoração ao centenário de nascimento, lançou o ano passado (1997), a Coleção **Almeida Cousin**, com cerca de 25 volumes, de vários autores e versando sobre os mais variados temas, numa demonstração de vigor e dinamismo de sua Diretoria, conduzida com maestria pelo Presidente Miguel Depes Tallon e destaques especiais para João Bonino Moreira (arte e apresentação de 24 capas), Frederico Teixeira Filho, Xerxes Gusmão Neto e Taneco (José Hygino de Oliveira).

Rápido comentário e ligeiras citações, pela ordem, os títulos e autores.

01 - **Antologia Poética** (Poesia e Prosa), de Almeida Cousin. Mais uma homenagem, por dar início à série com trabalhos do benemérito. Conto, Crônicas e Poemas, organizados por Miguel Depes Tallon e apresentação de Frederico Teixeira Filho. “Vitória foi até hoje a minha terra de eleição. Deu-me talvez os melhores anos de minha vida e mora na minha saudade”.

02 - **O Vento no Bambuzal**, poemas de Berredo de Menezes. É a visão **Haicai**, poesia em forma oriental, com a beleza do sentimento latino: “No silêncio da noite/ o jardim veste o ar/ de suave perfume”, ou “Olhando de longe/ as acácias são meninas/ com tranças douradas”.

03 - **Castelo de Yama** (ou vida e morte de Renato Pacheco, poeta menor), de Fausto Barbosa. Poemas. Aponto dois versos que ilustram o valor do livro: “As portas que abri não mais existem/ há feridas antigas, hoje sem cura”.

04 - **Lorca que te quero Lorca** (ensaios), de Ester Abreu Vieira de Oliveira e Maria Nurtis Caser. Belo trabalho sobre a dramaticidade do autor e do sangue quente espanhol.

05 - **A história do palito**, de Yvonne Amorim. Um dos menores (ou mais finos) dos livros, mas hilário e atraente, como as boas anedotas. O palito, que a autora descobriu, veio do tempo de Adão, até Freud, “que já tinha percebido que era um simbolozinho fálico”.

06 - **Poemas de cá e de lá**, de António da Silva Monteiro. Português tão capixaba quantos os que têm amor ao Espírito Santo, faz sua “Prece”: “Que/ a nossa viagem/ ao infinito/ dos tempos/ seja em barco/ a vela/ com ventos brandos/ e mar/ tranqüilo”.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

07 - **Além do sonho**, de Berredo de Menezes. Agora com uma prosa versada, de excelente qualidade. “Pelos canais e pontes daquele reino, as ilusões trafegavam seu destino em busca de encontrar pouso”. Ou “Ninguém esquece o sol de suas mágoas, nem o frio que a dor nos faz chorar quando não temos mais uma canoa onde embarcar as nossas ilusões”.

08 - **Lauro Santos, um contador de histórias**, de Miguel Depes Tallon. Folclore, estórias, história, poesias e coisas da terra. “Porque é a sombra do passado/ o grande espelho da saudade”, ou a lembrança: “eu tinha 9 ou 10 anos e um dia passando pelo terreiro da Leonélia, vi as galinhas empoleiradas em cima do porco” “De tão gordo o porco, as suas costas racharam e as galinhas se colocaram sobre ele, bicando-o e se deliciando com o toucinho”.

09 - **Recordações do futebol de Vitória** (Memórias), de Roberto Mazzini. O velho Rio Branco e 20 anos de sua vida, entre 1946 e 1966. Anos dourados, como falou João Bonino Moreira, na apresentação. E mais adiante o grande dilema: o que fazer quando o Rio Branco jogava com o Fluminense do Rio de Janeiro. Seus dois clubes do coração: Torcer pelos dois!

10 - **A rainha que piava** e outros contos, de João Bonino Moreira. As pitadas de humor enriquecem as narrações do autor e o conto título bem retrata o caminho a ser trilhado. Não é que a Rainha “piava” feito galinha, mas foram os **Pios**, presente aqui recebido, que posteriormente foram usados como “afrodisíacos”!

11 - **Navegantes**, de Roberto Mazzini. Aqui, são contos, variados, falando da cidade, do país, de além-mar e até do lançamento do navio “Argonauta” e trecho do discurso do governador: “Vá, vá barco da esperança, vá singrar tanto mares procelosos como os bonançosos, enfrente a fúria de Netuno, durma com o canto das sereias nos portos do mundo”.

12 - **Vel Âm Pa Gos** (Móviles) de Carlos Nejar. Outro livro de **Haicais**. Algumas pérolas: “Quem ama, lê/ nas letras água/ as mesmas almas”. “Cezindo/ a luz agulha/ me fiz”. “Deus está todo/ onde o consolo/ da luz nos farta”.

13 - **Sangue no muro** (Poemas) de Xerxes Gusmão Neto. Homem da literatura, o autor pincela bonitas cores em seu canto. “O homem visitou o escuro/ e a sombra correu / da luz acesa”. “Não quero viver o tempo / de flores murchas / e páginas amarelas”. “Tudo estava em farrapos: / a casa, as roupas, a esperança”. “Você foi embora/ deixou o perfume/ levou a história/ agora/ sou imagem da saudade”.

14 - **A palavra revelada**, de Papiniano Carlos. O Presidente Miguel Depes Tallon faz a apresentação do poeta lusitano, sócio correspondente do IHGES e residente na cidade do Porto, Portugal. O autor inicia com a despedida ao

amigo António da Silva Monteiro, que partia para o Brasil: “Que te dizer amigo/ na solidão da hora em que te vais?”. E vai falando: “Edificar/ a palavra/ que cruel/ teu fardo/ poeta”. “Quem passa não somos/ nós e o tempo sem/ princípio nem fim quem/ velocíssimo”.

15 - **Assim cantava a Nonna**, de Douglas Puppín. Livro escrito principalmente para os “de origem” e bem ao jeito dos italianos, amantes do canto e das canções raízes. Todos os poemas na língua mater e pontos destaques: “O bella ciao/ bella ciao/ bella ciao...” “Oh! como é bello/ star sulla nave!/ su, passageri/ venite via!”.

16 - **Chão de Araguaia**, de Roberto Mazzini. São pequenos poemas, de recordações e um pouco da saudade da montanha, do ar puro e da infância. E a beleza do “Nonna”- “O olhar da minha Nonna/ quando eu tinha cinco ou seis anos/ é um velho tesouro que guardo comigo”.

17 - **História da Pedra Azul**, de Júlio de Oliveira Pinho. Português de nascimento, Júlio foi um dos pioneiros da região fria de Pedreiras, em Domingos Martins. Engenheiro Agrônomo, ensinou aos nativos sobre fruticultura temperada, fabricação de vinhos, horticultura e foi um dos primeiros incentivadores do turismo local, construindo um hotel para visitantes. É um relato da história dos imigrantes e da colonização feita pelos italianos. As páginas 53 a 56 traçam um perfil do que é a terra e o que deveria ser “reforma agrária”. Beleza de livro e que enaltece a memória do autor.

18 - **Estação das águas**, de Virgínia Coeli. São poemas de “fino trato”. Anotei: “Quero decifrar a mensagem nessa saudade...”E “Quantas são as cores de/ tanta memória/ tanto faz/ vermelho de puro sangue/ tanto faz/ a cor do vazio”.

19 - **Vida vivida**, de Francisco Aurélio Ribeiro. Poemas. Cada autor com seu estilo e sua visão das coisas e da vida. Escolhi: “Fazer poesia pra chuva/ e rimar com coração”. “O poeta sonha o mundo/ a vida passa rápido/ ele só não vê”.

20 - **Cidade de palha**, de Taneco (José Hygino de Oliveira). As poesias de Taneco são lições de vida. Retratam o Zéca (Taneco), seus anseios, seus medos, ou as conquistas do dia a dia. O coração sempre falando mais alto. “Os anos passaram e a recordação ficou.../ eram dez horas quando eu saí de casa...” “A minha mãe”- “Eram azuis seus olhos/ não digo da cor do céu,/ muito menos da cor do mar”. Ou então É sempre assim “Faz não, moço.../ Moço, faz não!/ A...i Ai! A...i”.

21 - **O doente disfarçado e outros poemas**, de Roberto Almada. Ele diz que “a única aventura de que tem notícia o poeta, é a esperança e por isso talvez não vacile”. E vai em frente: “tenta outra vez / erra outra vez / erra melhor”. Ainda: “A tua ausência é todo o desespero de minha palavra”. Ou: “Na vida como na morte/ nosso instante nossa sorte”.

22 - **Pequenos filmes sobre o corpo** (Poemas), de Alexandre Moraes. Cantos profundos e de sentimentos raros. “Eu sou menos uns trezentos/ mais uns nenhuns/ tantos assim fantasma/ preso a um corpo”. “Eu deveria te falar como quem engole o ar/ por amor”. “Anos e anos e séculos e séculos/ vou tecendo um texto de respirar tecido/ que se expande como um dilúvio sem palavras”. “Persigo um sentido/ sabendo que perseguir sentidos/ é a luta mais vã”.

23 - **Delito, Semiótica e Análise Transacional** (Direito e Sociologia Jurídica), de Henrique Geaquinto Herkenhoff. Interessantíssimo estudo sobre assuntos jurídicos (crime, pena, causa, conceito, ficção, igualdade, culpabilidade e uma série de outras temas), inclusive mostrando como é difícil aplicar uma sentença, em determinadas condições e sobre certos fatos. E ainda, o valor da comunicação.

24 - **Bilhete para Cervantes**, poemas de Renato Pacheco. Pequeno livro, como o volume 5, mas tão rico em conteúdo quanto aquele. Não apenas “Um bilhete para Cervantes”, mas uma “Ode a Espanha!” “Vem depressa prá acordar Espanha/ antes de Outubro! Senão, tu não terás/ festa”. “Espanha dorme, e é preciso acordar/ Espanha...” Outro: “Roubei a poesia dos céus,/ e, infelizmente, não a sei usar!”

25 - **Momentos mágicos** (Poemas), de Victor Biasutti. Os sonetos são dominantes, entre as 73 páginas do livro, mas outras formas aparecem no poeta, arrumar as palavras e brilhar, como esses versos: “Em

silêncio são empurradas as nuvens/ esgarçantes sobre o azul;/ O vento sopra o mar/ a onda se derrama na areia/ Escute o gritar da água/ o marulhar da fonte”.

Que outros sigam os exemplos, preparem seus trabalhos e façam ampliar, sempre, a **Coleção Almeida Cousin**.

FANTASMAS DA INFÂNCIA

Maria Helena Teixeira de Siqueira

Francisco Aurélio Ribeiro nos ofereceu, no primeiro semestre deste ano, essa coletânea de crônicas que ele adjetiva de “fantasmáticas” e “risíveis”.

Concordo com a primeira qualificação. Com a segunda, nem tanto. Que suas crônicas contém um imaginário rico e invulgar, não há como negar. Não fora ele dotado, desde a infância, desses vãos largos da fantasia. A sorrir é o que nos convida o autor, com as suas andanças pelo passado. Sempre temperadas de profunda emoção. Cancelamos, porém os “risíveis”, que nos arremetem para o escárnio.

Tenho a pretensão de ser um dos leitores sensíveis que ele busca para as suas reminiscências: ricas, pungentes, românticas, realistas, sofridas, intensas.

Ao lê-las, não me senti espectador. Interagi como ator, participante da lírica dos primeiros anos de uma vida como a de todos nós. Os felizes, que tiveram a graça de um família grande. Com seus percalços, problemas, tristezas e muito mais alegrias. Os que privaram com os pais, irmãos, avós, tios e primos, num cenário onde atuavam também os fiéis serviçais. Todos completando a rede dos afetos e da dedicação que nem sempre eram explicitados, mas sempre compreendidos.

Em qualquer lugar deste Brasil, tão diverso e tão igual, o leitor vai aportando no seu passado. Participa das festas folclóricas, onde o sacro e o profano se misturam gostosamente. Comemora o seu aniversário por entre a família. Mergulha numa religiosidade que vai além de um religião qualquer. Ouve, com o coração aos saltos, os “causos” ou as estórias de assombração. Isso tudo sem falar nas nossas Marias, Evas, Petitas, Marianas que com outros nomes eram tratadas por “sias” para distinguí-las das outras “senhoras”, numa sociedade elitista do sul do país, em tempos idos. Esbarra na devoção particular pela primeira professora, cuja lembrança é tão indelével como a da primeira namorada.

Fantasmas da Infância nos proporciona uma leitura aprazível. Se comove e entenece, diverte também.

O autor não nos deixa esquecer o professor, cujo texto é sempre útil para os que apreciam um bom estilo e um boa forma. Sem pretensão, ensina. Não é esse o seu ofício?

Membro do IHGES e da AEL.

Os diálogos escorregam *comme il faut*. Não teme ser ingênuo quando ao texto se impõe a singeleza. Foge do rebuscamento. Diz com exatidão o que pretende.

Insinuante como só ele, Francisco Aurélio intromete-se nas nossas recônditas lembranças. Sem pedir licença, leva-nos, por gosto ou a contragosto, às lágrimas incontidas.

Por certo, de qualquer rincão do Brasil, os adultos de hoje – que preservaram a alma da infância – se reencontrarão, através das crônicas de Francisco Aurélio, com os seus fantasmas...

Ler “Fantasmas da Infância” é um ato prazeroso que nos incita a novas releituras!

Mais uma vez o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo está de parabéns por seu apoio nesta editoração da Grafer.

NOS SULCOS DO TEMPO

Maria Helena Teixeira de Siqueira

Entre a tarde das flores
há um silêncio
que enferruja a luz.
E na tristeza dos espaços,
vazios,
o que ainda resta,
intacto,
é a lembrança do que não volta
nunca.

Berredo de Menezes em Clarividência do Nunca.

Em boa hora o professor, jurista, escritor e poeta – Dr. Aylton Rocha Bermudes – lança-se no gênero romance.

O Acadêmico Josué Montello aposta na intimidade entre a obra e a biografia de um autor. Embora isso nem sempre aconteça, é o que ocorre com o “Nos Sulcos do Tempo”, onde autor e obra se fundem numa relação íntima, sem fugir da fantasia e do sonho.

Quem, como nós, tem o privilégio de ouvir os pronunciamentos e discursos do Dr. Aylton na Academia Espírito-santense de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não se surpreende com o romancista. Ele escreve como fala. Sempre com propriedade. Numa linguagem de estilo clássico, jamais escorrega para a vulgaridade. Elegante na forma, enriquece o que diz com citações, quer em latim, quer em francês, línguas que domina tão bem quanto o vernáculo. É um artífice da palavra da qual se serve com seguro domínio.

Saborosas as descrições sobre a criatividade dos homens da roça que substituíam, por necessidade de sobrevivência, os recursos que a tecnologia de hoje oferece.

Em cinquenta capítulos, a narrativa do romance é um rio caudaloso de imagens, descrições, relatos da economia rural e do *modus Vivendi* dos brasileiros do interior, num passado não tão distante, vivenciado pelo autor que relata, com conhecimento de causa, o convencionalismo familiar, a submissão feminina, as credices populares, a maldade e a malícia dos que detinham o poder econômico ou político.

Pertence ao IHGES e à AEL.

Com tintas fortes, repinta as paisagens interioranas das cidades circunvizinhas da capital, cujos personagens são os moradores evocados ou recriados, numa intemporalidade que os eterniza.

Enquanto percorre os sítios da sua infância e adolescência, nos carrega no lombo da memória, transportando-nos às nossas primevas e profundas recordações que teimam em se perpetuar.

Prioriza a natureza da terra natal – força telúrica – que lhe marcou as raízes.

Discreto, deixa-se levar pela evocação do primeiro e grande amor, dos amores, dos afetos, das amizades... Não teme em desnudar alguns sentimentos arrebatadores, que culminaram por afastá-lo do Seminário.

A lealdade e a sinceridade para consigo mesmo e para com a sua fé, mudaram-lhe as rotas. Cabe aqui o que diz o poeta Paulo Roberto do Carmo, no “Livro dos Preceitos”.

“O que importa
é desabituar-se de si mesmo
para que possamos ser por inteiro.
Sonho e Verdade, frente a frente,
em luta feroz.”

Que bom que o Dr. Aylton Rocha Bermudes, a exemplo de Machado de Assis, resolveu reduzir à linguagem as lembranças que viveu ou sonhou! Ofereceu-nos, assim, por livre entrega, “uma retrospectiva saudosa de pessoas, de coisas, de estados de alma, a nênia da saudade de si mesmo”.

Com certeza, o ramancista se dá conta de que Deus fala por ele nos silêncios guardados e na preservação da simplicidade dos sábios...

* - BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. p. 109.

¹ BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, p.92 e seg.

² - Ibid., p. 92

³ - Ibid., p.109.

⁴ - NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d. p. 69.

⁵ - HUTCHEON, Linda . *Poéticas do pós modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago,1991.p.152.

⁶ - TODOROV, Tzvetan. 4.ed. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1976, p.119.

⁷ - BAKHTIN, op. cit., p. 168.

⁸ - Ibid., p. 107.

⁹ - BAKHTIN, M. op.cit., p. 107.